

**MANUAL DE PARTICIPAÇÃO EM ASSEMBLEIA GERAL DE ACIONISTAS
DA TECHNOS S.A.**

**CNPJ Nº 09.295.063/0001-97
NIRE 33.3.0029837-1**

O presente manual (o “Manual”) tem por objetivo prestar esclarecimentos e orientações de voto aos Senhores Acionistas acerca das deliberações a serem tomadas na Assembleia Geral Ordinária da **TECHNOS S.A.** (a “Companhia” ou a “Technos”), a ser realizada no dia 30 de abril de 2019, às 10:00 horas, na sede social da Companhia, na Avenida das Américas, nº 3434, 301 a 308, bloco 1, 3º andar, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, RJ (a “Assembleia Geral”), as quais se encontram discriminadas e detalhadas no presente documento. Este Manual foi elaborado pela Administração da Companhia com o objetivo de prestar esclarecimentos e orientações aos Senhores Acionistas acerca de sua participação na Assembleia Geral, bem como submeter à sua apreciação, de acordo com as determinações legais e estatutárias, as propostas da Administração para as matérias a serem tratadas na ordem do dia.

DOCUMENTOS ANEXOS AO PRESENTE MANUAL

ANEXO A – Modelo de Procuração;

ANEXO B – Boletim de voto à distância

ANEXO C – Comentários dos Administradores sobre a situação Financeira da Companhia;

ANEXO D – Proposta de Destinação do Lucro Líquido;

ANEXO E – Proposta de Orçamento de Capital para o Exercício Social de 2019;

ANEXO F – Proposta de Remuneração dos Administradores;

ANEXO G – Candidatos Indicados ao Conselho de Administração;

1) MATÉRIAS DA ORDEM DO DIA:

A. Em Assembleia Geral Ordinária:

- (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018;
- (ii) deliberar sobre a proposta da Administração para a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018;
- (iii) deliberar sobre a proposta de orçamento de capital para o exercício social de 2019; e
- (iv) fixar a remuneração anual global dos administradores da Companhia para o exercício social de 2019;
- (v) deliberar sobre a proposta da Administração para fixação do número de assentos no Conselho de Administração da Companhia;
- (vi) eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia.

2) PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS NA ASSEMBLEIA GERAL

Para participar da Assembleia Geral, os Senhores Acionistas ou seus procuradores legalmente constituídos deverão observar o disposto no Artigo 12 do Estatuto Social da Companhia, e apresentar, até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia:

(i) documento de identidade;

(ii) extrato expedido pela instituição prestadora dos serviços de ações escriturais ou da instituição custodiante, com a quantidade de ações que constavam como titulares até 3 (três) dias antes da realização da Assembleia;

(iii) se for o caso, vias originais dos instrumentos de mandato para representação do Acionista por procurador constituído há menos de um ano, que seja Acionista, administrador da Companhia ou advogado, nos termos do Art. 126, §1º, da Lei das S.A. Juntamente com a procuração, cada Acionista que não for pessoa natural ou que não estiver assinando a procuração em seu próprio nome deverá enviar documentos comprobatórios dos poderes do signatário para representá-lo (cópia do estatuto social, do contrato social ou do regulamento do fundo de investimento atualizado e do ato que investe o representante dos poderes necessários); e

(iv) se o Acionista for constituído sob a forma de fundo de investimento: (a) comprovação da qualidade de administrador do fundo conferida à pessoa física ou jurídica que o represente na Assembleia, ou que tenha outorgado os poderes ao procurador; (b) ato societário do administrador pessoa jurídica que confira poderes ao representante que compareça à Assembleia ou a quem tenha outorgado a procuração; e (c) caso o representante ou procurador seja pessoa jurídica, os mesmos documentos referidos na alínea (b) deste item, a ele relativos.

Para os fins do item “i” acima, a Companhia aceitará os seguintes documentos: (i) Carteira de Identidade de Registro Geral (RG) expedida por órgão autorizado; (ii) Carteira de Identidade de Registro de Estrangeiro (RNE) expedida por órgão autorizado; (iii) Passaporte válido expedido por órgão autorizado;

(iv) Carteira de Órgão de Classe válida como identidade civil para os fins legais, expedida por órgão autorizado (OAB, CRM, CRC, CREA); e (v) carteira nacional de habilitação com foto (CNH nova).

Com relação ao item “ii” acima, os documentos deverão ser requeridos aos órgãos competentes com antecedência de três dias úteis antes da data de entrega pretendida, que deverá estar especificada no requerimento.

Para os fins do item “iii” acima, no caso de pessoas jurídicas com representantes que não sejam nomeados no próprio contrato social ou com algum procedimento de nomeação por ato em separado (como no caso dos administradores de sociedades por ações nomeados pelo seu conselho de administração ou nomeados diretamente pela assembleia geral), é necessário que o Acionista comprove a validade da nomeação, providenciando comprovante do arquivamento do ato no registro competente, bem como respectiva publicação, quando aplicável).

A Companhia examinará a procuração e os documentos comprobatórios de representação e, se não puder validar a representação com base nos documentos recebidos, não entregará a procuração para o procurador designado acima, em conformidade com as disposições da Lei das S.A. e da ICVM 481/09.

Os documentos assinados no exterior deverão ser notariados e legalizados perante o consulado brasileiro mais próximo, não sendo necessária a tradução juramentada se a língua de origem do documento for o português, o inglês ou o espanhol. Documentos redigidos em outras línguas só serão aceitos mediante apresentação de tradução juramentada para uma dessas três línguas mencionadas.

Com o propósito de facilitar a participação na Assembleia dos Acionistas que desejarem ser representados por procurador, a Administração da Companhia informa que se encontra a disposição dos Senhores Acionistas, como mera cortesia e sem qualquer compromisso formal de solicitação, o modelo de procuração constante do Anexo A deste Manual, cabendo aos Senhores Acionistas nomear seus respectivos procuradores e observar os requisitos indicados neste item “2 – Participação dos Acionistas na Assembleia Geral”.

Os originais ou cópias dos documentos citados neste item “2 – Participação dos Acionistas na Assembleia Geral” deverão ser entregues na sede da Companhia até o início da Assembleia.

Para facilitar sua participação, a Companhia recomenda que os Senhores Acionistas antecipem, até às 18:00 horas do dia 26 de abril de 2019, o envio de cópia da procuração e dos documentos de comprovação da qualidade de Acionista e de representação, remetendo tais documentos por e-mail, em atenção à Diretoria de Relação com Investidores para ri@grupotechnos.com.br, ou, ainda, para o seguinte endereço: **TECHNOS S.A.**, na Avenida das Américas, nº 3434, 301 a 308, bloco 1, 3º andar, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, RJ, CEP: 22640-102.

A Companhia esclarece que, observados os procedimentos previstos na Instrução CVM nº481/2009, encontram-se à disposição dos acionistas na sede e nas páginas da Companhia todos os documentos pertinentes aos assuntos que serão deliberados na Assembleia, podendo o acionista exercer o direito de voto por meio de preenchimento e entrega do Boletim de Voto à Distância disponibilizado no site da Companhia (<https://www.grupotechnos.com.br>), da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.bmfbovespa.com.br).

Por fim, esclarecemos que a apresentação antecipada de cópia simples não exclui o dever de apresentação de vias originais, exceto se a apresentação antecipada dos documentos for de cópias autenticadas por notário competente. No caso de apresentação de cópias autenticadas, a Companhia colocará as vias autenticadas entregues à disposição dos Acionistas no dia seguinte à realização da Assembleia, mediante pedido por escrito entregue na sede da Companhia na mesma data de realização da Assembleia.

3) LEGITIMADOS E PRAZO PARA REQUERER A ADOÇÃO DO VOTO MÚLTIPLO

De acordo com o artigo 141 da Lei das S.A., artigos 1º e 3º da Instrução Normativa CVM n.º 165/91, conforme alterada, e com o artigo 4º da Instrução Normativa CVM n.º 481/2009, conforme alterada, a eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia poderá ser realizada por meio do processo de voto múltiplo, ou seja, por meio de procedimento mediante o qual se atribui a cada ação tantos votos quantos sejam os cargos a preencher no Conselho de Administração, sendo reconhecido ao acionista o direito de cumular os votos num só candidato ou distribuí-los entre vários, sendo que todos os acionistas votam simultaneamente.

É facultado aos acionistas representando no mínimo 5% do capital social da Companhia requerer, na forma da lei, a adoção do processo de voto múltiplo à Companhia, desde que em até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia Geral.

Caso a adoção do processo de voto múltiplo seja solicitada, a Companhia divulgará imediatamente, por meio de aviso inserido em sua página na rede mundial de computadores e encaminhado, por meio eletrônico, para a CVM e para a BM&FBOVESPA, a informação de que a eleição se dará pelo processo do voto múltiplo.

4) PARTICIPAÇÃO DA ASSEMBLEIA POR VOTO À DISTÂNCIA

Caso o acionista opte por exercer seu direito de voto à distância, nos termos da instrução CVM nº 481/2009, conforme alterada, este deverá preencher o boletim de voto a distância (“Boletim”) disponível no site da Companhia e arquivado na CVM, o qual somente será considerado válido, bem como os votos nele proferidos contabilizados no quórum da assembleia geral ordinária, se observadas as seguintes condições: (i) todos os campos, necessariamente, deverão estar devidamente preenchidos; (ii) todas as páginas deverão ser rubricadas; e (iii) a última página deverá ser assinada pelo acionista ou seu(s) representante(s) legal(is), conforme o caso e nos termos da legislação vigente. É imprescindível que os itens 1 e 2 acima sejam preenchidos com o nome (ou denominação social) completo do acionista e o número do Cadastro no Ministério da Fazenda, seja de pessoa jurídica (CNPJ) ou de pessoa física (CPF), além de um endereço de e-mail para eventual contato. Os documentos dos acionistas expedidos no exterior devem conter reconhecimento das firmas dos signatários por Tabelião Público, devem ser apostilados ou, caso o país de emissão do documento não seja signatário da Convenção de Haia (Convenção da Apostila), devem ser legalizados em Consulado Brasileiro.

Orientações de entrega, indicando a faculdade de enviar diretamente à companhia ou enviar instruções de preenchimento ao escriturador ou ao custodiante

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto à distância poderá (i) preencher e enviar o Boletim diretamente à companhia; ou (ii) transmitir as instruções de preenchimento para prestadores de serviços, conforme orientações: No primeiro caso deverá remeter à Companhia, aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores, por meio de correio postal ou por meio eletrônico, os seguintes documentos, que devem ser recebidos pela Companhia até 23 de abril de 2019: i) via física do Boletim preenchido, rubricado, assinado; e ii) cópia autenticada dos seguintes documentos: a) pessoas físicas: documento de identidade com foto do acionista ou de seu representante legal e atos que comprovem a representação legal, quando for o caso; b) pessoas jurídicas: documento de identidade com foto do acionista ou de seu representante legal; contrato social/estatuto social consolidado e atualizado; e documento que comprove a representação; c) fundos de investimento: documento de identidade com foto seu representante legal; contrato social/estatuto social consolidado e atualizado do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo; documento que comprove a representação; último regulamento consolidado e atualizado. O acionista também poderá transmitir as suas instruções de voto a seus respectivos agentes de custódia observando as regras por eles determinadas: • Acionistas com posição acionária em livro escritural: podem exercer o voto à distância por intermédio do escriturador. As instruções de voto deverão ser realizadas através do site Itaú Assembleia Digital. Para votar pelo site é necessário realizar um cadastro e possuir um certificado digital. Informações sobre o cadastro e passo a passo para emissão do certificado digital estão descritas no site: <http://www.italu.com.br/securitiesservices/assembleiadigital/>. • Acionistas com posição acionária em instituição custodiante/corretora: deverão verificar os procedimentos para votar com a instituição custodiante da ação. Acionistas com ações custodiadas em mais de uma instituição (parte da posição custodiada nos livros do escriturador, e outra parte em custodiante, ou ações custodiadas em mais de uma instituição custodiante): basta enviar a instrução de voto apenas para uma instituição, o voto será sempre considerado pela quantidade total de ações do acionista. O prazo para recebimento das instruções para os agentes de custódias também é de até 7 dias antes da data de realização da assembleia geral ordinária. *A central depositária da B3, desconsiderará instruções divergentes pertencentes ao mesmo acionista em

relação a uma mesma deliberação. Uma vez recebidos o Boletim e respectivas documentações exigidas, a Companhia comunicará ao acionista por meio de envio de e-mail ao endereço eletrônico informado no Boletim, no prazo de 3 (três) dias corridos contados de seu recebimento, acerca de seu recebimento, de sua aceitação ou não, e/ou necessidade de retificação.

Endereço postal e eletrônico para envio do boletim de voto a distância, caso o acionista deseje entregar o documento diretamente à companhia

Departamento de Relação com Investidores da Technos S.A. Avenida das Américas, 3434, 301 a 308 bloco 1, 3º andar - Barra da Tijuca Rio de Janeiro, RJ, CEP: 22640-102 E-mail: ri@grupotechnos.com.br Aos cuidados da Área de Atendimento ao Acionistas. Telefones: (21) 2131-8909 e (21) 2131-8950

Indicação da instituição contratada pela companhia para prestar o serviço de escrituração de valores mobiliários, com nome, endereço físico e eletrônico, telefone e pessoa para contato

ITAU CORRETORA DE VALORES S.A. Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.500, 3º andar, Itaim São Paulo, SP, CEP: 04538-132 E-mail: atendimentoescrituracao@itau-unibanco.com.br Aos cuidados da Área de Atendimento a Acionistas. Telefone: (11) 3003-9285 e 0800 720 9285

5) ESCLARECIMENTOS ADICIONAIS

Em consonância com a ICVM 481/09, os documentos de interesse para a participação na Assembleia encontram-se anexos ao presente Manual e disponíveis na sede da Companhia, bem como nos *websites* da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br), da BM&F Bovespa S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (www.bmfbovespa.com.br) e da Companhia (www.grupotechnos.com.br).

6) PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos, a seguir, aos Senhores Acionistas a proposta da Administração em relação às matérias constantes da ordem do dia da Assembleia Geral. O objetivo é esclarecer, com relação a cada um dos itens constantes da pauta a ser votada, a recomendação da Administração da Companhia a respeito de tais deliberações. Além disso, os documentos relevantes para a discussão das matérias encontram-se anexados ao fim deste Manual.

I. EXAMINAR, DISCUTIR E VOTAR AS CONTAS DOS ADMINISTRADORES E AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RELATIVAS AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31.12.2018.

Trata-se da aprovação do Relatório Anual da Administração relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, bem como o exame, a discussão e a deliberação acerca das Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Os documentos apresentados pela Administração da Companhia para a análise de V.Sas. acerca das contas dos Administradores são:

- (i) Relatório Anual da Administração sobre os resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018;
- (ii) Demonstrações Financeiras e notas explicativas;
- (iii) Comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do artigo 10 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 481, de 17 de dezembro de 2009 (“ICVM 481/09”) e conforme item 10 do Formulário de Referência da Companhia (Anexo C);

- (iv) Parecer dos Auditores Independentes;
- (v) Declaração dos diretores de que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes;
- (vi) Declaração dos diretores de que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras; e
- (vii) Formulário de Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP.

A Administração da Companhia informa que, nos termos da regulamentação, todos os documentos acima listados encontram-se consolidados e disponíveis no Sistema de Envio de Informações Periódicas e Eventuais – Empresas.Net da CVM, na categoria “Dados Econômico-Financeiros”, tipo “Demonstrações Financeiras Anuais Completas”, com exceção (i) do documento constante do item “iii” acima, que se encontra anexo ao presente Manual como Anexo C; e “ii” do documento constante do item “vii” acima, que se encontra disponível no Sistema de Envio de Informações Periódicas e Eventuais – Empresas.Net da CVM, na categoria “DFP”.

O Relatório da Administração contém informações de caráter financeiro e não financeiro, além de informações estatísticas e operacionais, sobre a análise e discussão das principais contas da Demonstração do Resultado do Exercício.

As Demonstrações Financeiras expressam a situação econômico-financeira da Companhia, permitindo aos Senhores Acionistas avaliar a situação patrimonial, os índices de liquidez, o nível de lucratividade e o grau de endividamento da Companhia. Ademais, referido documento deve ser elaborado de acordo com as práticas contábeis emanadas pela legislação societária e as normas complementares editadas pela CVM.

As Demonstrações Financeiras são compostas por cinco documentos, a saber:

- (i) Balanço Patrimonial;
- (ii) Demonstração dos Lucros e Prejuízos Acumulados;
- (iii) Demonstração do Resultado do Exercício;
- (iv) Demonstração dos Fluxos de Caixa; e
- (v) Demonstração do Valor Adicionado.

As Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido e as Notas Explicativas acompanham as Demonstrações Financeiras, no intuito de complementá-las, além de auxiliar sua análise e entendimento, ao indicar os seguintes aspectos:

- (i) os principais critérios de avaliação dos elementos patrimoniais, especialmente estoques, dos cálculos de depreciação, amortização e exaustão, de constituição de provisões para encargos ou riscos, e dos ajustes para atender a perdas prováveis na realização de elementos do ativo;
- (ii) os investimentos em outras sociedades, quando relevantes;
- (iii) o valor de elementos do ativo resultantes de novas avaliações;
- (iv) os ônus reais constituídos sobre elementos do ativo, as garantias prestadas a terceiros e outras responsabilidades eventuais ou contingentes;
- (v) a taxa de juros, as datas de vencimento e as garantias das obrigações a longo prazo;
- (vi) o número, as espécies e as classes das ações do capital social;
- (vii) as opções de compras de ações outorgadas e exercidas no exercício;
- (viii) os ajustes de exercícios anteriores; e
- (ix) os eventos subsequentes à data de encerramento do exercício que tenham, ou possam vir a ter, efeito relevante sobre a situação financeira e os resultados futuros da companhia.

I.A. Procedimento de Tomada de Contas dos Administradores

As contas dos Administradores são apresentadas junto do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras elaboradas pela Diretoria da Companhia.

I.B. Auditoria pelos Auditores Independentes

Por força do §3º do artigo 177 da Lei nº 6.404/76 (“Lei das S.A.”), as Demonstrações Financeiras das companhias abertas devem ser auditadas por auditor independente registrado na CVM. As Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram auditadas por KPMG Auditores Independentes.

Após a verificação dos registros da Companhia, a KPMG Auditores Independentes emitiu parecer aprovando, sem ressalvas, as Demonstrações Financeiras, divulgado por meio do Sistema de Informações Periódicas – Empresas.Net em 29 de março de 2019.

I.C. Data Base das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras têm como data base o dia 31 de dezembro de 2018 e são referentes ao exercício social encerrado nessa mesma data.

A Administração da Companhia recomenda a aprovação de todas as matérias constantes deste item I, as quais foram aprovadas sem restrições pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 27 de março de 2019.

II. EXAMINAR, DISCUTIR E VOTAR A PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO, A DISTRIBUIÇÃO DE JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO / DIVIDENDOS

O resultado do exercício social da Companhia é obtido pelo cômputo das receitas e rendimentos ganhos no período, bem como dos custos, despesas, encargos e perdas, pagos ou incorridos, correspondentes a essas receitas e rendimentos. Deste resultado, são deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, a provisão para o imposto de renda e, se for o caso, a provisão para participação dos Administradores no resultado do exercício.

A Administração da Companhia apresenta à Assembleia a proposta sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido do exercício resultante das deduções acima apresentadas, quando houver lucro existente, sendo que tal proposta deverá observar as seguintes regras, de acordo com o Art. 56 do Estatuto Social da Companhia e da legislação em vigor:

- (i) antes de qualquer outra destinação, no mínimo 5% do lucro líquido do exercício serão aplicados na constituição de reserva legal, que não excederá de 20% do capital social. A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das demais reservas de capital, exceder de 30% do capital social;
- (ii) em seguida, serão consideradas as importâncias destinadas à formação da reserva para contingências ou à reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores;

(iii) do lucro líquido ajustado conforme itens acima, será distribuída aos Acionistas, a título de dividendo obrigatório, quantia não inferior a 25%, compensados os juros sobre o capital próprio e dividendos semestrais e intermediários que tenham sido declarados; e

(iv) a parcela dos lucros que ainda remanescer após as deduções e pagamentos acima previstos terá a destinação que for deliberada pela Assembleia Geral, observada a proposta do Conselho de Administração.

O lucro líquido da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$14,4 milhões. O Anexo D contém a proposta dos Administradores para a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, nos termos da ICVM 481/09.

A Administração da Companhia recomenda a aprovação da matéria constante deste item II, a qual foi aprovada sem restrições pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 27 de março de 2019.

III. APROVAR A PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE CAPITAL PARA O EXERCÍCIO SOCIAL DE 2019

A Administração da Companhia propõe o orçamento de capital descrito no Anexo E do presente Manual para o exercício de 2019.

A Administração da Companhia recomenda a aprovação da matéria constante deste item III, a qual foi aprovada, sem ressalvas, pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 27 de março de 2019.

IV. FIXAR A REMUNERAÇÃO ANUAL GLOBAL DOS ADMINISTRADORES PARA O EXERCÍCIO SOCIAL DE 2019

Conforme previsto no art. 152 da Lei das S.A. e no artigo 15 do Estatuto Social da Companhia, a Assembleia fixará o montante global da remuneração dos administradores, inclusive benefícios de qualquer natureza e verbas de representação, tendo em conta suas responsabilidades, o tempo dedicado às suas funções, sua competência, reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado.

O Anexo F traz a proposta de remuneração dos Administradores para o exercício social de 2019, nos termos do artigo 12 da ICVM 481/09 e do item 13 do Formulário de Referência da Companhia, a qual totaliza até R\$11.392.317 (onze milhões, trezentos e noventa e dois mil, trezentos e dezessete reais), valor esse a ser rateado entre os Administradores por deliberação do Conselho de Administração.

A Administração da Companhia recomenda a aprovação da matéria constante deste item IV, a qual foi aprovada sem restrições pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 27 de março de 2019.

V. APROVAR A PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA FIXAÇÃO DO NÚMERO DE ASSENTOS NO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA;

A administração da Companhia propõe a fixação do número de 5 (cinco) assentos no Conselho de Administração para a composição do número de membros para o próximo mandato bienal.

A administração da Companhia recomenda a aprovação da matéria constante deste item V, a qual foi aprovada sem restrição pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 27 de março de 2019.

VI. ELEIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

A administração da Companhia, por maioria de votos, propõe a seguinte chapa para compor o Conselho de Administração, formado por 5 (cinco) membros efetivos, para o mandato de 2 (dois) anos a se encerrar na Assembleia Geral Ordinária que se realizar em 2021:

- (i) **Como membro efetivo e independente do Conselho de Administração da Companhia:** Sr. **Felipe Villela Dias**, engenheiros de produção, nascido em 18/12/1981, casado em comunhão parcial de bens, com endereço comercial na Rua do Rosário, 114 – Centro, Rio de Janeiro, RJ, CEP: 20041-002, CPF: 218.680.308-90, expedido sob o nº RG: 12973748-2, pelo Detran-RJ
- (ii) **Como membro efetivo e independente do Conselho de Administração da Companhia:** Sr. **Haroldo Luiz Rodrigues Filho**, brasileiro, casado, nascido em 24 de julho de 1961, pós-graduado em Administração de, residente e domiciliado na Rua Jaraguá 125 apto 502, bairro Bela Vista, Porto Alegre – RS, inscrito no CPF/MF sob o nº 869.526.257-04 e portador do documento de identidade RG expedido sob o nº 319.401, pela Marinha do Brasil.
- (iii) **Como membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia:** Sr. **Joaquim Pedro Andrés Ribeiro**, nascido em 6/12/1975, brasileiro, casado, economista, residente e domiciliado na Rua Barão de Torre nº 435, apto. 301, Ipanema, Rio de Janeiro – RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 002.272.786-82 e portador do documento de Identidade RG expedido sob o nº M-7297466, pela SSP/MG.
- (iv) **Como membro efetivo e independente do Conselho de Administração da Companhia:** Sr. **José Augusto Lopes Figueiredo**, nascido em 06/04/1966, brasileiro, casado, engenheiro e psicólogo, residente e domiciliado na Rua Marquesa de Santos nº 42, apt. 304, Laranjeiras, Rio de Janeiro – RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 841.719.527-00 e portador do documento de identidade RG expedido sob o nº 06321557/8, pelo Detran -RJ.
- (v) **Como membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia:** Sr. **Renato José Goettems**, nascido em 5/12/1945, brasileiro, separado judicialmente, administrador, e portador do Documento de Identidade RG nº 00930962843, expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 003.315.030-34, residente e domiciliado, Avenida Sernambetiba, nº6250, apto. 1501, Barra da Tijuca, CEP 22630-012, na cidade e Estado do Rio de Janeiro.

Em 05 de abril de 2019, a Technos S.A. recebeu o pedido para inclusão de um chapa alternativa à chapa proposta pela administração, solicitada por acionistas que reúnem o total de 2,52% do capital social da Companhia. Esse grupo de acionistas é composto pelo Sr. Henrique Christino Cordeiro Guerra Neto, Gilson Guelmann, José Afonso Alves Castanheira, Victor Valadão Bicalho e Thiago Frias Picolo Peres. A chapa alternativa é composta por 5 (cinco) membros efetivos, cujos nomes e dados estão indicados a seguir, para o mandato de 2 (dois) anos a se encerrar na Assembleia Geral Ordinária que se realizar em 2021:

- (i) **Rafael Gonçalves Mendes**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade de nº 28.051.252-1, expedida pelo SSP-SP, inscrito no CPF/ME sob o nº

303.696.108-90, residente e domiciliado na Cidade e Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Jeronimo da Veiga, 384, 10º andar, Jardim Europa, CEP 04536-001 (“Sr. Rafael”), para o cargo de Membro Efetivo do Conselho de Administração;

- (ii) **Bernardo Freitas Carneiro**, brasileiro, solteiro, empresário, portador da cédula de identidade de nº 35.817.559-8, expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 311.035.138-26, residente e domiciliado na Cidade e Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Fidêncio Ramos, 308, 10º andar, Vila Olímpia, CEP 04551-010 (“Sr. Bernardo”), para o cargo de Membro Efetivo e Independente do Conselho de Administração;
- (iii) **Victor Manoel Cunha de Almeida**, brasileiro, casado, empresário e acadêmico, portador da cédula de identidade de nº 101.087.365-9, expedida pela SSP/RS, inscrito no CPF/ME sob o nº 288.750.010-49, residente e domiciliado na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, com endereço comercial na Avenida Rio Branco, 110, 10º andar, Centro, CEP 20040-001 (“Sr. Victor”), para o cargo de Membro Efetivo e Independente do Conselho de Administração;
- (iv) **Raul Baptista Pereira Trejos**, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade de nº 06.607.999-7, expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 789.474.997-49, residente e domiciliado na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua General Tasso Fragoso, 33, apt. 401, Jardim Botânico, CEP 22470-170 (“Sr. Raul”), para o cargo de Membro Efetivo e Independente do Conselho de Administração; e
- (v) **Claudio Gandelman**, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade de nº 05.831.648-0, expedida pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 001.331.117-41, residente e domiciliado na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, Rua Dias Ferreira, 15, apt. 805, Leblon, CEP 22431-050 (“Sr. Claudio” e, em conjunto com o Sr. Rafael, o Sr. Bernardo, o Sr. Victor e o Sr. Raul, “Candidatos”), para o cargo de Membro Efetivo e Independente do Conselho de Administração.

Em consonância com os termos do Artigo 10 da Instrução da CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada (“ICVM 481/09”), o Anexo G ao presente Manual traz a lista completa dos candidatos indicados ao Conselho de Administração da Companhia, nos termos dos Artigos 17 e seguintes do Estatuto Social da Companhia, com a inclusão das informações constantes nos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência – FRE.

Rio de Janeiro, 08 de abril de 2019.

Miguel Cafruni
Diretor Financeiro e de Relação com Investidores

ANEXO A
MODELO DE PROCURAÇÃO

[Nome], [qualificação] (“Outorgante”), nomeia e constitui como seu procurador o Sr. [nome], [qualificação] (“Outorgado”), para representar o Outorgante, na qualidade de acionista da Technos S.A. (“Companhia”), na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada, em primeira convocação, no dia 30 de abril de 2019, às 10:00 horas (“Assembleia”), na sede social da Companhia, na Avenida das Américas, nº 3434, 301 a 308, bloco 1, 3º andar, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, RJ, e, se necessário, em segunda convocação, em data a ser informada oportunamente, ao qual outorga poderes para comparecer à Assembleia e votar, em nome e por conta do Outorgante, em conformidade com as orientações de voto estabelecidas abaixo para cada um dos itens da ordem do dia da Assembleia:

(1) prestação de contas dos administradores e aprovação das demonstrações financeiras anuais completas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018

Aprovação Desaprovação Abstenção

(2) proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018

Aprovação Desaprovação Abstenção

(3) proposta de orçamento de capital para o exercício social de 2019

Aprovação Desaprovação Abstenção

(4) proposta de remuneração global anual dos administradores para o exercício social de 2019

Aprovação Desaprovação Abstenção

(5) proposta da Administração para fixação do número de assentos no Conselho de Administração da Companhia;

Aprovação Desaprovação Abstenção

(6) eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia

Aprovação Desaprovação Abstenção

[Local], [dia] de [mês] de 2019

[Assinatura do Outorgante com firma reconhecida]

ANEXO B
BOLETIM DE VOTO À DISTÂNCIA

Nome do Acionista
CNPJ ou CPF do acionista
E-mail
Orientações de preenchimento Caso o acionista opte por exercer seu direito de voto à distância, nos termos da instrução CVM nº 481/2009, conforme alterada, este deverá preencher o presente boletim de voto a distância (“Boletim”), o qual somente será considerado válido, bem como os votos nele proferidos contabilizados no quorum da assembleia geral ordinária, se observadas as seguintes condições: (i) todos os campos, necessariamente, deverão estar devidamente preenchidos; (ii) todas as páginas deverão ser rubricadas; e (iii) a última página deverá ser assinada pelo acionista ou seu(s) representante(s) legal(is), conforme o caso e nos termos da legislação vigente. É imprescindível que os itens 1 e 2 acima sejam preenchidos com o nome (ou denominação social) completo do acionista e o número do Cadastro no Ministério da Fazenda, seja de pessoa jurídica (CNPJ) ou de pessoa física (CPF), além de um endereço de e-mail para eventual contato. Os documentos dos acionistas expedidos no exterior devem conter reconhecimento das firmas dos signatários por Tabelião Público, devem ser apostilados ou, caso o país de emissão do documento não seja signatário da Convenção de Haia (Convenção da Apostila), devem ser legalizados em Consulado Brasileiro.
Orientações de entrega, indicando a faculdade de enviar diretamente à companhia ou enviar instruções de preenchimento ao escriturador ou ao custodiante O acionista que optar por exercer o seu direito de voto à distância poderá (i) preencher e enviar o presente Boletim diretamente à companhia; ou (ii) transmitir as instruções de preenchimento para prestadores de serviços, conforme orientações abaixo: No primeiro caso deverá remeter à Companhia, aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores, por meio de correio postal ou por meio eletrônico, os seguintes documentos, que devem ser recebidos pela Companhia até 23 de abril de 2018: i) via física do Boletim preenchido, rubricado, assinado; e ii) cópia autenticada dos seguintes documentos: a) pessoas físicas: documento de identidade com foto do acionista ou de seu representante legal e atos que comprovem a representação legal, quando for o caso; b) pessoas jurídicas: documento de identidade com foto do acionista ou de seu representante legal; contrato social/estatuto social consolidado e atualizado; e documento que comprove a representação; c) fundos de investimento: documento de identidade com foto seu representante legal; contrato social/estatuto social consolidado e atualizado do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo; documento que comprove a representação; último regulamento consolidado e atualizado. O acionista também poderá transmitir as suas instruções de voto a seus respectivos agentes de custódia observando as regras por eles determinadas: • Acionistas com posição acionária em livro escritural: podem exercer o voto à distância por intermédio do escriturador. As instruções de voto deverão ser realizadas através do site Itaú Assembleia Digital. Para votar pelo site é necessário realizar um cadastro e possuir um certificado digital. Informações sobre o cadastro e passo a passo para emissão do certificado digital estão descritas no site: http://www.itaub.com.br/securitiesservices/assembleiadigital/ . • Acionistas com posição acionária em instituição custodiante/corretora: deverão verificar os procedimentos para votar com a instituição custodiante da ação. • Acionistas com ações custodiadas em mais de uma instituição (parte da posição custodiada nos livros do escriturador, e outra parte em custodiante, ou ações custodiadas em mais de uma instituição custodiante): basta enviar a instrução de voto apenas para uma instituição, o voto será sempre considerado pela quantidade total de ações do acionista. O prazo para recebimento das instruções para os agentes de custódias também é de até 7 dias antes da data de realização da assembleia geral ordinária.

*A central depositária da B3, desconsiderará instruções divergentes pertencentes ao mesmo acionista em relação a uma mesma deliberação. Uma vez recebidos o Boletim e respectivas documentações exigidas, a Companhia comunicará ao acionista por meio de envio de e-mail ao endereço eletrônico informado no Boletim, no prazo de 3 (três) dias corridos contados de seu recebimento, acerca de seu recebimento, de sua aceitação ou não, e/ou necessidade de retificação.

retificação.

Endereço postal e eletrônico para envio do boletim de voto a distância, caso o acionista deseje entregar o documento diretamente à companhia

Departamento de Relação com Investidores da Technos S.A.
Avenida das Américas, 3434, 301 a 308 bloco 1, 3º andar - Barra da Tijuca Rio de Janeiro, RJ, CEP: 22640-102
E-mail: ri@grupotechnos.com.br
Aos cuidados da Área de Atendimento ao Acionistas.
Telefones: (21) 2131-8904 e (21) 2131-8950

Indicação da instituição contratada pela companhia para prestar o serviço de escrituração de valores mobiliários, com nome, endereço físico e eletrônico, telefone e pessoa para contato

ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.500, 3º andar, Itaim São Paulo, SP, CEP: 04538-132
E-mail: atendimentoescrituracao@itau-unibanco.com.br Aos cuidados da Área de Atendimento a Acionistas.
Telefone: (11) 3003-9285 e 0800 720 9285

Deliberações / Questões relacionadas à AGO

Deliberação Simples

1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018;

Aprovar Rejeitar Abster-se

Deliberação Simples

2. Deliberar sobre a proposta da Administração para a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Aprovar Rejeitar Abster-se

Deliberação Simples

3. Deliberar sobre a proposta de orçamento de capital para o exercício social de 2019.

Aprovar Rejeitar Abster-se

Deliberação Simples

4. Fixar a remuneração anual global dos administradores da Companhia para o exercício social de 2019 em R\$11.392.317.

Aprovar Rejeitar Abster-se

Deliberação Simples

5. Proposta da administração para fixação do número de assentos do Conselho de Administração da Companhia

Aprovar Rejeitar Abster-se

Questão Simples

6. Deseja requerer a adoção do processo de voto múltiplo para eleição do conselho de administração, nos termos do artigo 141 da lei 6.404 de 1976?

Sim Não Abster-se

Eleição do conselho de administração por chapa única

Chapa da Administração Joaquim Pedro
Andrés Ribeiro Renato Goettems
Haroldo Rodrigues
José Augusto L. Figueiredo Felipe
Villela Dias

7. Indicação de todos os nomes que compõem a chapa - Chapa da Administração Aprovar [

] Rejeitar Abster-se

8. Caso um dos candidatos que compõem a chapa escolhida deixe de integrá-la, os votos correspondentes às suas ações podem continuar sendo conferidos à chapa escolhida?

Sim Não Abster-se

9. Em caso de adoção do processo de eleição por voto múltiplo, os votos correspondentes às suas ações devem ser distribuídos em percentuais igualitários pelos membros da chapa que você escolheu? [Casó o acionista opte por "abster-se" e a eleição ocorra pelo processo de voto múltiplo, seu voto deve ser computado como abstenção na respectiva deliberação da assembleia.]

Sim Não Abster-se

10. Visualização de todos os candidatos que compõem a chapa para indicação da % (porcentagem) dos votos a ser atribuída

Joaquim Pedro Andrés Ribeiro [] %

Renato Goettems [] %

Haroldo Rodrigues [] %

José Augusto L. Figueiredo [] %

Felipe Villela Dias [] %

Questão Simples

11. Deseja solicitar a instalação do conselho fiscal, nos termos do artigo 161 da lei 6.404 de 1976?

Sim Não Abster-se

Cidade : _____

Data : _____

Assinatura : _____

Nome do Acionista : _____

Nome do Acionista : _____

Telefone : _____

ANEXO C
COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA
COMPANHIA
(CONFORME ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA)

10.1. Comentários dos diretores sobre:

a) condições financeiras e patrimoniais gerais

Entendemos que, atualmente, apresentamos condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar nosso plano de negócios, assim como para cumprir as nossas obrigações contratuais de curto e médio prazos. Nossos objetivos ao administrar nosso capital são: (i) manter nossa capacidade de continuar a oferecer retorno aos nossos Acionistas; e (ii) manter uma estrutura de capital adequada para maximizar esse retorno. Temos a prudência financeira como filosofia, tendo buscado, até a presente data, financiar a maior parte de nossas necessidades de capital de giro e investimentos cotidianos utilizando nosso próprio fluxo de caixa operacional.

b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas

Em 31 de dezembro de 2018, nosso patrimônio líquido totalizava R\$ 326,8 milhões, nosso endividamento era de R\$ 96,9 milhões e nossos saldos e equivalentes de caixa, caixa restrito e títulos mobiliários somavam R\$ 77,4 milhões. Acreditamos que a nossa atual estrutura de capital é bastante confortável, com potencial para futura alavancagem, caso necessário, sempre em níveis adequados.

i. hipóteses de resgate

Nesta data, não existem hipóteses para realização de qualquer resgate das ações de nossa emissão, além das hipóteses previstas na Lei das S.A.

ii. fórmula de cálculo do valor do resgate

Como não há, nesta data, hipótese de realização de resgate de ações, não é possível mensurar a fórmula de cálculo de um valor hipotético de resgate.

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Nesta data, todas as nossas obrigações contratuais referentes a nossos compromissos financeiros estão sendo assiduamente cumpridas.

A tabela a seguir indica nossas obrigações contratuais existentes em 31 de dezembro de 2018:

Garantia	Pagamentos devidos por ano				Total
	Menos de 1 ano	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Mais de 5 anos	
	<i>(em milhares de reais)</i>				
Real	-	-	-	-	
Flutuante	59.452	25.494	9.129	12.249	46.872
Quirografia ¹	-	-	-	-	-
Total	59.452	25.494	9.129	12.249	46.872

Em 31 de dezembro de 2018, possuíamos a dívida composta 97,5% por empréstimos bancários emitidos no exterior na linha 4131 e 2,5% referente a leasing.

Os empréstimos bancários captados no exterior estão 100% protegidos com *swap* em reais limitados a variação do CDI, acrescidos em média de 3,1% ao ano.

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Consumimos capital de giro com nosso crescimento, em função do financiamento concedido a nossos Clientes e da necessidade de compra de estoques. Historicamente, esses investimentos têm sido financiados principalmente pela nossa geração de caixa operacional e, eventualmente, por empréstimos e financiamentos pontuais e de curto prazo, quando necessário.

Nossos investimentos em ativos não circulantes também têm sido financiados principalmente pela nossa geração de caixa operacional.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Consumimos R\$ 4,2 milhões em fluxo de caixa operacional no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, e geramos R\$ 10,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, geramos R\$ 29,5 milhões.

O ano de 2018 foi um ano tão difícil quanto 2017 em termos de geração de caixa, devido ao enfraquecimento da economia e retração da demanda do Varejo. Os primeiros dois trimestres do ano foram marcados por dificuldades nas vendas, sofremos com a tendência do consumidor pela busca por produtos de menor preço, dificultando a performance do nosso portfólio de marcas. Diante disso, reagimos com um plano enérgico e amplo para recuperação das vendas e otimização da nossa estrutura administrativa. A partir do terceiro trimestre as vendas começaram a demonstrar sinais de recuperação, impulsionadas pela renovação do foco na excelência operacional aplicadas pelas novava lideranças que assumiram em agosto. No quarto trimestre demos continuidade a trajetória de recuperação das vendas iniciada a partir do trimestre anterior, apesar da performance ainda abaixo das nossas expectativas. Acreditamos que as mudanças na alta liderança comunicadas em agosto, os avanços na excelência

(1) Inclui as seguintes rubricas: fornecedores, impostos, taxas e contribuições sociais a pagar, salários e encargos sociais a pagar, dividendos a pagar, licenciamentos a pagar e outras contas circulantes a pagar.

operacional e na relação com nossos clientes têm contribuído positivamente na direção da retomada das vendas.

Nossas principais marcas cresceram no trimestre em receita e volume versus o ano anterior. Atribuímos o bom desempenho destas marcas à boa receptividade dos clientes aos nossos lançamentos de Natal e a nossa estratégia de ajustar a oferta de produtos nas faixas de preço de maior demanda do mercado. Por outro lado, sentimos o impacto negativo das marcas e produtos descontinuados ao longo do ano que representaram R\$ 7,1 milhões ou 74% do *gap* nas vendas do trimestre.

Pretendemos dar continuidade na melhor gestão do capital de giro em 2019, gerando novamente caixa na atividade operacional. Temos também a disposição linhas de financiamento à importação e linhas de capital de giro para financiar eventuais necessidades.

f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas

A tabela a seguir demonstra a evolução do nosso endividamento consolidado nas respectivas datas:

Credor	Taxa de Juros	Vencimento	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
			2016	2017	2018
			<i>(em milhões de reais)</i>		
Passivos circulantes ¹	N/A	N/A	121,7	104,1	159,1
Passivos não-circulantes ²	N/A	N/A	156,9	146,8	172,2
Total			278,7	250,9	331,3

(1) Inclui as seguintes rubricas: empréstimos, fornecedores, impostos, taxas e contribuições sociais a pagar, salários e encargos sociais a pagar, dividendos a pagar, licenciamentos a pagar, outras contas circulantes a pagar.

(2) Inclui as seguintes rubricas: empréstimos, licenciamentos a pagar, impostos de renda e contribuição social diferidos, provisões para contingências, valor a pagar por aquisição de participação societária e outras contas não-circulantes a pagar.

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Em 31 de dezembro de 2017, possuíamos a dívida composta 97,5% por empréstimos bancários emitidos no exterior na linha 4131 e 2,5% referente a leasing.

Os empréstimos bancários captados no exterior estão 100% protegidos com swap em reais limitados a variação do CDI, acrescidos em média de 3,1% ao ano.

ii. grau de subordinação entre as dívidas

Não possuíamos nenhuma dívida com grau de subordinação com prioridade de pagamento em relação a outra.

iii. eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Como restrições impostas pela dívida bancária, a companhia deve: (i) índice financeiro decorrente do quociente da divisão do EBITDA pelas despesas financeiras líquidas igual ou superior a 1,50; e (ii)

índice financeiro decorrente do quociente da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA igual ou inferior a 3,50.

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados

Possuímos um relacionamento próximo com diversos bancos comerciais de primeira linha e nunca enfrentamos problemas para obter financiamentos. Dessa forma, acreditamos, nesta data, que não teremos problemas para aumentar nossos limites caso haja necessidade.

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As informações financeiras para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2017 e 2018 foram extraídas das nossas demonstrações financeiras, preparadas sob responsabilidade da nossa administração de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais refletem adequadamente o resultado de nossas operações e de nossa situação patrimonial e financeira nos respectivos períodos, e auditadas por nossos auditores independentes, de acordo com as normas aplicáveis no Brasil.

Descrição das Principais Linhas do Nosso Resultado

Para um melhor entendimento de nossas demonstrações financeiras, apresentamos abaixo um resumo dos principais itens constantes da nossa conta de resultados.

Receita Bruta

Nossa receita bruta compreende a nossa receita com a venda de relógios e com a prestação de serviços de assistência técnica.

Analisamos nossa receita de vendas de relógios em função das categorias de relógios e por canal de distribuição a fim de entender melhor a fonte das variações de performance. No caso das categorias de relógios, trabalhamos com três classificações, em função das características de posicionamento de cada marca a seus modelos: (i) clássico, englobando relógios mais tradicionais (“Clássico”), segmento em que se inserem as marcas “Technos”, “Skagen” e “Dumont”; (ii) esporte, com relógios voltados a um estilo de vida ativo (“Esporte”), segmento em que se inserem nossas marca “Mormaii”, “Timex” e “Adidas”; e (iii) moda, incluindo relógios decorados e voltados para a composição de um visual (“Moda”), segmento em que se inserem nossas marcas “Euro”, “Mariner”, “Allora”, “Touch”, “Condor”, “Fossil”, “Michael Kors”, “Marc Jacobs”, “Diesel”, “DKNY”, “Armani Exchange” “Emporio Armani”.

No que diz respeito aos canais de distribuição, trabalhamos também com duas classificações: (i) lojas especializadas, incluindo principalmente relojoarias, joalherias, óticas, lojas de acessórios e de artigos para presentes, e franquias (“Lojas Especializadas”); e (ii) magazines, incluindo principalmente lojas de departamento, lojas *online*, clubes de compra, lojas de material esportivo, lojas de vestuário, lojas de artigos de surfe, lojas de eletroeletrônicos, supermercados, atacadistas e outros tipos de varejistas (“Magazines”). Temos também os canais diretos ao consumidor, que são os outlets e e-commerce.

Deduções - (Impostos Sobre Vendas e Ajuste a Valor Presente)

As deduções sobre a nossa receita bruta compreendem os impostos sobre vendas e o ajuste a valor presente.

Impostos sobre vendas

IPI

O IPI é um tributo de competência federal que incide sobre a saída de produtos industrializados nacionais e estrangeiros de forma não-cumulativa no momento da venda ou transferência entre estabelecimentos industriais ou equiparados.

Para fins de incidência do IPI, considera-se operação de industrialização a operação de montagem que consista na reunião de produtos, peças ou partes e de que resulte um novo produto ou unidade autônoma, ainda que sob a mesma classificação fiscal, tal como a atividade desenvolvida por nossa Companhia.

As alíquotas aplicáveis estão descritas na Tabela de Incidência do IPI - TIPI e variam de acordo com a classificação fiscal do produto e conforme o seu grau de essencialidade, podendo ser majoradas a qualquer momento pelo Poder Executivo tendo em vista os objetivos da política econômica.

São isentos do IPI os produtos industrializados na Zona Franca de Manaus por estabelecimentos com projetos aprovados pelo Conselho de Administração da SUFRAMA, em conformidade com o Processo Produtivo Básico, tais como aqueles desenvolvidos por nossa Companhia, que estão incluídos no Processo Produtivo Básico do pólo relojoeiro.

ICMS

O ICMS é um tributo de competência dos Estados, incidente sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior.

As alíquotas do ICMS dependem da classificação dos produtos e do Estado onde se localizam o fornecedor e o adquirente. Nas operações internas, as alíquotas normalmente são de 17%, 18% ou 19%, independentemente do fato do adquirente ser contribuinte ou não do imposto. Nas operações interestaduais as alíquotas são de 7% ou 12%, se o adquirente for contribuinte, e de 17%, 18% ou 19%, se o adquirente não for contribuinte. No caso de operações interestaduais destinadas a contribuintes do imposto, na hipótese de o produto vendido não ser destinado à industrialização ou comercialização subsequente, o adquirente deverá recolher o imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna de seu Estado (17%, 18% ou 19%) e aquela aplicada por ocasião da operação interestadual (7% ou 12%).

Nós usufruímos do incentivo fiscal de redução da base de cálculo do ICMS em 45% nas operações de importação de insumos relativos à fabricação de cronômetro digital, relógio de bolso, relógio de pulso e relógio contador de tempo, vigente até 31 de dezembro de 2013.

Adicionalmente, possuímos o benefício fiscal do crédito estímulo do ICMS, correspondente a 55% do saldo devedor do ICMS apurado mensalmente, relativo à comercialização de relógio de bolso, relógio de pulso e relógio contador de tempo, vigente até 5 de outubro de 2023.

PIS e COFINS

O PIS e a COFINS são tributos incidentes sobre a receita bruta da empresa, assim entendida como o total das receitas auferidas pela pessoa jurídica, independentemente de sua denominação ou classificação contábil.

As alíquotas do PIS e da COFINS incidentes no regime cumulativo são de, respectivamente, 0,65% e 3%. Já na sistemática não-cumulativa, as alíquotas são de 1,65% e 7,6%, respectivamente.

Entretanto, a receita auferida por pessoa jurídica industrial estabelecida na Zona Franca de Manaus, decorrente da venda de produção própria, consoante projeto aprovado pelo Conselho de Administração da SUFRAMA, tais como as receitas que auferimos, sujeitam-se ao regime não-cumulativo das contribuições COFINS e PIS às alíquotas de:

(i) 0,65% para o PIS e 3% para a COFINS, no caso de venda efetuada a: (a) pessoa jurídica estabelecida na Zona Franca de Manaus; e (b) pessoa jurídica estabelecida fora da Zona Franca de Manaus, que apure o PIS e a COFINS no regime de não-cumulatividade;

(ii) 1,3% para o PIS e 6% para a COFINS, no caso de venda efetuada a: (a) pessoa jurídica estabelecida fora da Zona Franca de Manaus, que apure o imposto de renda com base no lucro presumido; (b) pessoa jurídica estabelecida fora da Zona Franca de Manaus, que apure o imposto de renda com base no lucro real e que tenha sua receita, total ou parcialmente, excluída do regime de incidência não-cumulativa do PIS e da COFINS; (c) pessoa jurídica estabelecida fora da Zona Franca de Manaus e que seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições - SIMPLES; e (d) órgãos da administração federal, estadual, distrital e municipal.

ISS

O ISS incide sobre a prestação de serviços de qualquer natureza, e sua alíquota média de 4,5%, dependendo do Município competente, bem como do serviço prestado. De modo geral, o ISS é devido ao Município onde está localizado o estabelecimento prestador do serviço.

Ajuste a Valor Presente

Sobre vendas

O ajuste a valor presente tem como objetivo demonstrar o valor presente de um fluxo de caixa futuro. Para determinar o valor presente de um fluxo de caixa, três informações são requeridas: (i) valor do fluxo futuro (considerando todos os termos e as condições contratados); (ii) data do referido fluxo financeiro; e (iii) taxa de desconto aplicável à transação.

Sobre impostos

O ajuste a valor presente sobre impostos está diretamente relacionado ao ajuste a valor presente sobre vendas, sendo simplesmente a parcela de impostos correspondente ao ajuste a valor presente sobre vendas.

Custo das Vendas

Nosso custo das vendas inclui, principalmente, (i) os componentes comprados dos nossos fornecedores estrangeiros; e (ii) a mão-de-obra e custos indiretos agregados dentro do nosso processo de montagem

em Manaus. Além disso, essa conta também inclui o custo das peças vendidas na assistência técnica e o custo da mão-de-obra dedicada ao reparo de relógios, custo de embalagens e o custo associado a devoluções.

Usufruímos de certos benefícios fiscais federais e estaduais por industrializarmos nossos produtos na Zona Franca de Manaus de acordo com projetos aprovados pela SUFRAMA. Esses benefícios foram concedidos pela Receita Federal e pelo Estado do Amazonas. Alguns destes benefícios têm um efeito redutor nos nossos impostos sobre a importação de componentes, afetando portanto nosso custo de vendas, quais sejam: (i) isenção de 100% do IPI; e (ii) redução de 88% do imposto de importação. Estes incentivos se aplicam somente na importação de componentes destinados a industrialização na Zona Franca e venda a partir da nossa unidade em Manaus.

Despesas com Vendas

Nossas despesas com vendas podem ser divididas entre despesas variáveis e fixas.

As despesas com vendas variáveis consistem principalmente em despesas de comissão e prêmios sobre as vendas, despesas de frete, despesas de publicidade e despesas com *royalties*.

As despesas com vendas fixas consistem principalmente em despesas de folha e encargos dos empregados do departamento de vendas, *marketing*, e produtos, dentre outras despesas diversas. As despesas com o restante da nossa folha de pagamento fazem parte das despesas administrativas.

Despesas Administrativas

Nossas despesas administrativas são primordialmente despesas fixas, e consistem principalmente em despesas com folha e encargos dos departamentos administrativos, remuneração dos Administradores, despesas com alugueis, despesas com processamento de dados e comunicações, despesas com advogados, consultores e auditores, despesas bancárias e de cobrança, viagens, depreciação e amortização do imobilizado administrativo e outras despesas diversas.

Outras, Líquidos

Inclui a provisão para contingências, que representa a constituição ou reversão de provisões para perdas, com destaque para as provisões de estoque e provisões de passivos tributários e fiscais, programa de participação nos lucros, despesas não caixa com o plano de opções e resultados e outras receitas e despesas diversas. O programa de participação nos lucros e resultados abrange todos os nossos funcionários, incluindo nossos Administradores, com base em metas de crescimento e retorno da nossa Companhia, de cada departamento e individuais. Além disso, para fins de adequação ao CPC 15, os ativos e passivos da Dumont foram contabilizados em nosso balanço a valor justo de acordo com suas expectativas de rentabilidade futura. Com isso, houve a criação de duas contas que impactarão a conta Outros Resultados Operacionais: (i) Realização do Estoque a Valor Justo, correspondente à margem líquida dos estoques da Dumont vendidos, e cujo impacto será distribuído ao longo dos próximos trimestres até que sejam vendidos todos os produtos que compunham o estoque da Dumont no momento da aquisição, e (ii) Amortização da Carteira de Clientes a Valor Justo, um ativo intangível com expectativa de retorno calculada em 5 anos. Importante ressaltar que estes impactos são meramente contábeis e não representam saída de caixa para a companhia.

Resultado Financeiro Líquido

Nossa receita financeira é composta principalmente de rendimentos sobre o nosso caixa, que é aplicado principalmente em certificados de depósito bancário de bancos comerciais de primeira linha, de receitas de ajuste a valor presente, de multas de atraso cobradas de nossos Clientes e variação cambial positiva. Nossa despesa financeira é composta principalmente de despesas de juros sobre financiamentos, descontos para Clientes e variação cambial negativa.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Nosso imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido inclui impostos correntes e diferidos. Os impostos diferidos são compostos principalmente pela realização de ativo fiscal diferido.

Usufruímos de certos benefícios fiscais federais e estaduais por industrializarmos nossos produtos na Zona Franca de Manaus, de acordo com projetos aprovados pela SUFRAMA. Esses benefícios foram concedidos pela Receita Federal e pelo Estado do Amazonas. Um destes benefícios tem um efeito redutor no nosso imposto de renda, concedendo a redução de 75% do IRPJ (inclusive adicional) relativo a projeto de modernização para produção de relógios de bolso, cronômetros e relógios de pulso. O benefício iniciou-se em 28 de fevereiro de 1967, tendo sido renovado por diversas vezes no passado. A última renovação ocorreu em 2014 e encerra-se em 2073, podendo ser renovado de acordo com a legislação aplicável.

Este incentivo fiscal tem como objetivo o desenvolvimento de empreendimentos que contribuam para o crescimento econômico e social da região de atuação da SUDENE e da SUDAM e, portanto, se aplica somente ao lucro apurado a partir do negócio de industrialização de nossos relógios na Zona Franca e venda a partir da nossa unidade em Manaus.

A redução de 75% do IRPJ é baseada no lucro da exploração, o qual representa o lucro líquido do período de apuração antes de deduzida a provisão para o imposto de renda e algumas exclusões (receitas financeiras que excedem as despesas financeiras, os rendimentos e prejuízos das participações societárias e resultados não operacionais).

Principais alterações nas contas de resultado

	2016	AV ⁽¹⁾ (%)	AH ⁽²⁾ (%)	2017	AV ⁽¹⁾ (%)	AH ⁽³⁾ (%)	2018	AV ⁽¹⁾ (%)	AH ⁽⁴⁾ (%)
Receita Bruta	443,6	122,9	(9,7)	412,4	121,3	(7,0)	363,5	118,9	(11,9)
Deduções	(82,7)	(22,9)	(12,1)	(72,3)	(21,3)	(12,6)	(57,8)	(18,9)	(20,1)
Receita líquida	360,9	100,0	(9,2)	340,1	100,0	(5,8)	305,7	100,0	(10,1)
Custo das Vendas	(191,3)	(53,0)	0,4	(185,0)	(54,4)	3,3	(159,0)	(52,0)	(14,1)
Lucro Bruto	169,6	47,0	(18,0)	155,1	45,6	(8,5)	146,7	48,0	(5,4)
Despesas com vendas	(124,1)	(34,4)	(4,2)	(132,7)	(39,0)	6,9	(109,2)	(35,7)	(17,7)
Despesas Administrativas	(35,7)	(9,8)	(1,9)	(36,2)	(10,6)	1,4	(35,2)	(11,5)	(2,8)
Outras, líquidos	(1,2)	(0,3)	(86,8)	(10,9)	3,2	(1008,3)	(14,4)	(4,7)	32,1
Lucro operacional	8,5	2,4	(73,0)	(2,9)	(0,9)	(134,1)	15,6	NA	NA
Despesas financeiras	(85,7)	(23,7)	47,6	(45,1)	(13,3)	(47,4)	(98,1)	(32,1)	117,5
Receitas financeiras	79,0	21,9	37,5	43,7	12,8	(44,7)	82,9	27,1	89,7
Resultado financeiro, líquido	(6,7)	(1,8)	(1016,9)	(1,4)	(0,4)	(79,1)	(15,2)	(5,0)	985,7
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	1,8	(0,5)	(94,0)	(4,3)	(1,3)	(338,9)	1,3	(0,4)	NA
Imposto de renda e contribuição social									
Corrente	0,2	0,0	(102,5)	0,0	0,0	(100,0)	0,0	0,0	NA
Diferido	(3,9)	(1,1)	118,3	2,4	(0,7)	(161,5)	13,0	4,3	441,7
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(1,9)	(0,5)	(108,8)	(1,9)	(0,6)	(0,0)	14,4	4,7	NA
Atribuível									
Acionista da Companhia	(1,9)	(0,5)	(108,6)	(1,9)	(0,6)	(0,0)	14,4	4,7	NA
Participação dos não controladores	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

⁽¹⁾ Análise vertical, que consiste em percentual sobre o total de receita líquida.

⁽²⁾ Análise horizontal, que consiste no percentual de variação das contas do demonstrativo de resultados entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015 e 2016.

⁽³⁾ Análise horizontal, que consiste no percentual de variação das contas do demonstrativo de resultados entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 2017.

⁽⁴⁾ Análise horizontal, que consiste no percentual de variação das contas do demonstrativo de resultados entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2018.

COMPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO DOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Receita Bruta

Nossa receita bruta passou de R\$ 412,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 363,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, o que representa redução de R\$48,9 milhões ou 11,8%. A tabela a seguir demonstra a abertura de nossa receita bruta:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				Variação (%) 2016/2017
	2017	(%) do Total	2018	(%) do Total	
<i>(em milhões de reais, exceto percentuais)</i>					
Receita Bruta					
Venda de Relógios	405,3	98,3	357,5	98,3	(11,8)
Assistência Técnica	7,1	1,7	6,0	1,7	(14,6)
Total	412,4	100,0	363,5	100,0	(11,8)

Venda de Relógios

Nossa receita bruta com a venda de relógios passou de R\$ 405,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 357,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, o que evidencia redução de R\$4 7,8 milhões ou 11,8%. O volume de relógios comercializados ficou 9,3% abaixo de 2017. Em 2017 vendemos 2,7 milhões de relógios ante 2,4 milhões em 2018. O preço médio apresentou queda de R\$151 em 31 de dezembro de 2017 para R\$147 em 31 de dezembro de 2018.

A tabela a seguir demonstra a abertura de nossa receita bruta com a venda de relógios em cada uma das categorias de relógio descritas anteriormente neste documento:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				Variação (%) 2016/2017
	2017	(%) do Total	2018	(%) do Total	
<i>(em milhões de reais, exceto percentuais)</i>					
Venda de Relógios (por Categoria de Relógio)					
Clássico	190,6	47,0	173,0	48,4	(9,2)
Esporte	50,7	12,5	42,9	12,0	(15,3)
Moda	164,0	40,5	141,5	39,6	(13,7)
Total	405,3	100,0	357,4	100,0	(11,8)

A categoria Clássico passou de uma participação de 47,0% da nossa receita bruta no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 para uma participação de 48,4% da nossa receita bruta no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. A categoria Esporte recuou de 12,5% da nossa receita bruta em 2017 para 12,0% em 2018. A categoria Moda passou de uma participação de 40,5% da

nossa receita bruta em 31 de dezembro de 2017 para uma participação de 39,6% da nossa receita bruta em 2018.

A tabela a seguir demonstra a abertura de nossa receita bruta com a venda de relógios em cada um dos canais de distribuição descritos anteriormente neste documento:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2017	(%) do Total	2017	(%) do Total	Variação (%) 2016/2017
	<i>(em milhões de reais, exceto percentuais)</i>				
Venda de Relógios					
(por Canal de Distribuição)					
Lojas Especializadas ⁽¹⁾	286,9	70,8	253,3	70,9	(33,6)
Magazines	118,4	29,2	104,1	29,1	(14,3)
Total	405,3	100,0	357,4	100,0	(47,8)

⁽¹⁾ Inclui as vendas realizadas para franquias.

Na análise da venda de relógios por canal de distribuição, vemos que as vendas para Lojas Especializadas decresceram 33,6% em 2018 na comparação com o ano de 2017, enquanto as vendas para Magazines decresceram 14,3% no mesmo período de comparação. Desta forma a participação relativa de Lojas Especializadas e Magazines permaneceu praticamente estável entre 2017 e 2018. Estes movimentos são explicados pela maior instabilidade nas vendas de varejo, tanto em Lojas

Receita Líquida

A receita líquida alcançou de R\$ 305,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 ante R\$ 340,1 milhões em 31 de dezembro de 2017, o que representa queda de R\$ 34,3 milhões ou 10,1%. A queda da receita líquida segue as variações descritas acima da receita bruta.

A tabela abaixo demonstra a reconciliação das nossas receitas bruta e líquida.

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			
	2017	2018	AH (%)	AH (\$)
	<i>(em milhões de reais, exceto percentuais)</i>			
Receita Bruta	412,4	363,5	(11,8)	(48,9)
Ajuste a Valor Presente	(12,4)	(7,3)	(41,3)	5,1
Impostos sobre Vendas	(61,6)	(51,4)	(16,5)	10,2
Ajuste a Valor Presente sobre Impostos	1,8	1,0	(42,4)	(0,7)
Receita Líquida	340,1	305,8	(10,1)	(34,3)

Custo das Vendas

Nosso custo das vendas passou de R\$185,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 para R\$159,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, o que representa queda de R\$26,0 milhões ou 14,0%.

Nosso custo de vendas pode ser dividido em dois principais grupos: (i) custos de montagem, denominados em Reais e que representam aproximadamente 1/3 do custo total; e (ii) custos dos componentes, denominados em Dólares Americanos e que representam aproximadamente 2/3 do custo total.

Lucro Bruto

Em razão dos fatores expostos acima, nosso lucro bruto passou de R\$155,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 para R\$146,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, o que evidencia redução de R\$8,4 milhões ou 5,4%. Essa queda representou diminuição de 3,3 pontos percentuais na nossa margem bruta.

Despesas com Vendas

Nossas despesas com vendas passaram de R\$132,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 para R\$109,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, o que significa decréscimo R\$23,4 milhões ou 17,7%. Nossas despesas com vendas representaram 39,0% e 35,7% do total de nossa receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2018, respectivamente.

Despesas Administrativas

Nossas despesas administrativas passaram de R\$36,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 para R\$35,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, de acordo com nossas demonstrações financeiras auditadas. Nossas despesas administrativas representaram 10,6% e 11,5% do total de nossa receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2018, respectivamente.

Resultado Financeiro, Líquido

Nosso resultado financeiro líquido passou de uma despesa líquida de R\$ 2,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 para receita líquida de R\$ 4,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. As despesas financeiras passaram de R\$ 10,2 milhões em 2017 para R\$ 32,0 milhões no exercício de 2018, com alta de R\$ 21,8 milhões. Registramos, no mesmo período de comparação, aumento das receitas financeiras de R 26,9 milhões, o que mais do que compensou a alta das despesas financeiras.

Tivemos um efeito principal no resultado de 2018: o reconhecimento da receita financeira referente à atualização monetária da ação de ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS. Os demais impactos resultam, principalmente, de efeitos diretos e indiretos da variação cambial no período, tanto ativa como passiva, envolvendo também o resultado de operações em derivativos. Considerando que quase a totalidade de nossos pagamentos aos fornecedores de matéria prima se dá em moeda estrangeira (importações), são utilizadas operações com instrumentos financeiros derivativos com objetivo de minorar o potencial risco cambial. Tais instrumentos derivativos se restringem à proteção do valor contratado e estimado de compras de fornecedores estrangeiros nos doze meses subsequentes e de empréstimos captados em moeda estrangeira. Além desse efeito temos também redução significativa

das despesas com juros da Companhia, dada a expressiva redução do saldo de dívida líquida da durante o período.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Diferido

Nosso imposto de renda e contribuição social diferido passou de receita de R\$ 3,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 para receita de R\$ 13,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Tal montante é composto por crédito de prejuízo fiscal, R\$ 5,9 milhões, e R\$ 34,5 milhões de estornos de diferenças temporárias, parcialmente compensada por R\$ 27,4 milhões de realização de crédito fiscal de incorporação

Lucro Líquido

Considerando os efeitos da receita de impostos diferidos, explicados acima, o nosso lucro líquido somou R\$ 14,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, revertendo o resultado líquido negativo de R\$ 12,1 milhões no ano de 2017.

	2016	AV ⁽¹⁾ (%)	AH ⁽²⁾ (%)	2017	AV ⁽¹⁾ (%)	AH ⁽³⁾ (%)	2018	AV ⁽¹⁾ (%)	AH ⁽⁴⁾ (%)
Ativo									
Circulante									
Caixa e equivalentes de caixa	17,0	2,3	(15,0)	14,8	2,1	(12,8)	69,9	8,8	372,3
Títulos e valores mobiliários	1,0	0,1	(83,1)	0	0,0	-100,0	0	0,0	-
Contas a receber de clientes	219,6	29,6	(3,3)	191,6	26,8	(12,7)	191,7	24,2	0,1
Estoques	125,9	17,0	(17,6)	105,6	14,8	(16,1)	115,1	14,5	9,0
Impostos a recuperar	7,2	1,0	(40,7)	7,7	1,1	5,2	15,0	1,9	94,8
Outros ativos	12,8	1,7	16,4	18	2,6	44,1	32,5	4,1	80,6
Total	383,6	51,7	(10,7)	338,2	47,3	(11,8)	392,6	49,5	16,1
Ativos não circulantes mantidos para venda		0,0		0,7	0,1		0,3	0,0	
Total do Circulante	383,6	51,7	(10,7)	338,8	47,4	(11,7)	392,9	49,6	16,0
Não Circulante									
Adiantamento a fornecedores	6,5	0,9	(11,0)	5,8	0,8	(10,6)	5,0	0,6	(13,8)
Impostos a recuperar	12,5	1,7	64,5	25,5	3,6	104,3	66,1	8,3	159,2
Títulos e valores mobiliários	23,6	3,2	(12,6)	24,6	3,4	4,1	24,2	3,1	(1,6)
Depósitos judiciais	2,0	0,3	185,7	4,0	0,6	98,1	5,0	0,6	25,0
Imposto de renda e contribuição social diferidos	0,0	0,0		0,1	0,0		0,0	0,0	
Outros ativos	15,7	2,1	2516,7	18,7	2,6	19,3	0,5	0,1	(97,3)
Intangível	262,8	35,4	(0,3)	262,5	36,7	(0,1)	262,1	33,1	(0,2)
Imobilizado	35,8	4,8	(9,6)	34,9	4,9	(2,6)	36,7	4,6	5,2
Total do Não Circulante	358,9	48,3	3,6	376,0	52,6	4,8	399,6	50,4	6,3
Total do Ativo	742,5	100,0	(4,3)	714,9	100,0	(3,7)	792,5	100,0	10,9

	2016	AV ⁽¹⁾ (%)	AH ⁽²⁾ (%)	2017	AV ⁽¹⁾ (%)	AH ⁽³⁾ (%)	2018	AV ⁽¹⁾ (%)	AH ⁽⁴⁾ (%)
Passivo									
Circulante									
Empréstimos	60,9	8,2	(15,3)	47,2	6,6	(22,4)	58,7	7,4	24,4
Fornecedores	32,5	4,4	70,2	35,0	4,9	7,6	55,4	7,0	58,3
Impostos, taxas e contribuições sociais a pagar	4,1	0,6	(30,5)	6,9	1,0	68,7	6,4	0,8	(7,2)
Valor a pagar por aquisição de participação de não-controladores	1,1	0,1	0,0	1,1	0,2	0,3	0,9	0,1	(18,2)
Salários e encargos sociais a pagar	7,0	0,9	(16,7)	7,5	1,1	7,8	7,0	0,9	6,7
Dividendos a pagar	1,4	0,2	(73,1)	1,4	0,2	(1,7)	1,4	0,2	0,0
Licenciamentos a pagar	0,0	0,0		0,0	0,0		0,0	0,0	
Outras contas a pagar	14,7	2,0	234,1	5,0	0,7	(66,3)	15,5	2,0	210,0
Total do Circulante	121,7	16,4	4,9	104,1	14,6	(14,5)	145,4	18,3	39,7
Não Circulante									
Empréstimos	40,6	5,5	(57,5)	44,8	6,3	10,4	47,6	6,0	6,3
Imposto de renda e contribuição social diferidos	50,7	6,8	8,6	48,3	6,8	(4,7)	33,1	4,2	(31,5)
Provisões para contingências Não Operacionais	31,3	4,2	6,5	25,4	3,6	(18,9)	40,4	5,1	59,1
Licenciamentos a pagar	0,0	0,0	(100,0)	0,0	0,0		0,0	0,0	
Valor a pagar por aquisição de participação societária	25,0	3,4	9,6	26,3	3,7	5,4	26,2	3,3	(0,4)
Outras contas a pagar	9,4	1,3	276,0	2,0	0,9	(78,4)	34,9	4,4	NA
Total do Não Circulante	157,0	21,1	(20,5)	146,9	20,5	(6,4)	182,1	23,0	24,0
Total do passivo	278,7	37,5	(11,1)	250,9	35,1	(10,0)	327,5	41,3	30,5
Patrimônio Líquido, capital e reservas atribuídos aos acionistas da controladora									
Capital social	130,6	17,6	0,0	130,6	18,3	0,0	130,6	16,5	0,0
Ações em Tesouraria	(11,2)	(1,5)	0,0	(11,2)	(1,6)	0,1	(11,2)	(1,4)	0,1
Gastos com emissão de ações	(10,9)	(1,5)	0,0	(10,9)	(1,5)	(0,3)	(10,9)	(1,4)	(0,3)
Reservas de capital	199,3	26,8	1,5	201,4	28,2	1,1	203,0	25,6	0,8
Reservas de lucros	170,0	22,9	(1,2)	168,1	23,5	(1,1)	167,5	21,1	(0,4)
Ajuste de avaliação patrimonial	(14,1)	(1,9)	0,0	(14,1)	(2,0)	(0,1)	(14,1)	(1,8)	0,0
Lucros (prejuízos) acumulados		0,0		0,00	0,0		0,00	0,0	
Participação dos não controladores	0,0	0,0	(100,0)	0,00	0,0		0,00	0,0	
Total do Patrimônio Líquido	463,8	62,5	0,2	464,0	64,9	0,0	464,9	58,7	0,2
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	742,5	100,0	-4,3	714,9	100,0	(3,7)	792,5	100,0	10,9

ATIVO

Circulante

Caixa e equivalentes de caixa: O saldo dessa conta passou de R\$14,8 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$69,9 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando aumento de R\$55,0 milhões. O aumento é explicada pelo foco na redução do endividamento e geração de caixa.

Contas a receber de clientes: O saldo dessa conta passou de R\$191,6 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$160,2 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando uma queda de R\$31,4 milhões ou 16,4%.

Estoques: O saldo dessa conta passou de R\$105, milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$115,1 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando aumento de R\$9,5 milhões ou 9,0%.

Impostos a recuperar: O saldo dessa conta passou de R\$7,6 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$15,0 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando diminuição de R\$7,3 milhão ou 95,7%.

Não Circulante

Adiantamento a fornecedores: O saldo dessa conta passou de R\$5,8 milhão em 31 de dezembro de 2017 para R\$5,0 milhão em 31 de dezembro de 2018, representando uma redução de R\$0,8 milhão ou 14,0%. Essa variação está relacionada à realização parcial do adiantamento do pagamento de *royalties* à empresa detentora da marca “Mormaii” no âmbito da renovação do contrato de licenciamento da marca até 2026.

Impostos a recuperar: O saldo dessa conta passou de R\$25,5 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$66,0 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de R\$45,5 milhões.

Títulos e valores mobiliários: O saldo dessa conta passou de R\$24,6 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$24,2 milhões em 31 de dezembro de 2018, registrando diminuição de R\$0,4 milhão ou 1,7%.

Depósitos Judiciais: O saldo dessa conta passou de R\$4,0 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$5,0 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de R\$1,0 milhões ou 25,2%.

Outros Ativos: O saldo dessa conta passou de R\$18,7 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$0,5 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de R\$18,2 milhões.

Intangível: Essa conta é composta de quatro rubricas: (i) ágio; (ii) *softwares* e outros, (iii) marcas e licenças e (iv) direitos em combinações de negócios. O saldo dessa conta passou de R\$262,5 milhões

em 31 de dezembro de 2017 para R\$262,1 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando uma redução de R\$0,4 milhão ou 0,1%.

Imobilizado: O saldo dessa conta passou de R\$34,9 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$36,7 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando evolução de R\$1,8 milhão ou 5,3%. Essa variação decorre principalmente das aquisições de máquinas e equipamentos, móveis e utensílios, veículos, benfeitorias em imóveis e investimentos em projetos, líquida da depreciação do período.

PASSIVO

Circulante

Empréstimos: O saldo dessa conta passou de R\$47,2 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$58,7 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando crescimento de R\$11,5 milhões ou 24,3%.

Fornecedores: O saldo dessa conta passou de R\$35,0 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$35,0 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de R\$20,5 milhões ou 58,6%. Esse crescimento ocorreu, principalmente, pelo aumento no prazo médio de pagamento aos fornecedores asiáticos.

Impostos, taxas e contribuições sociais a pagar: O saldo dessa conta passou de R\$6,9 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$7,4 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de R\$0,5 milhão ou 9,0%.

Salários e encargos sociais a pagar: O saldo dessa conta passou de R\$7,0 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$7,5 milhões em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de R\$0,5 milhão ou 7,5%.

Outras contas a pagar: O saldo dessa conta passou de R\$5,0 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$14,4 milhões em 31 de dezembro de 2018, crescimento de R\$9,4 milhões.

Não Circulante

Empréstimos: O saldo dessa conta passou de R\$44,8 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$47,6 milhões em 31 de dezembro de 2018, aumento de R\$2,8 milhões ou 6,2%. Tal movimento reflete a estratégia de gestão de caixa da Companhia no período.

Imposto de renda e contribuição social diferidos: O saldo dessa conta passou de R\$48,3 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$33,1 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando redução de R\$15,1 milhões ou 31,3%.

Provisões para contingências Não Operacionais: O saldo dessa conta passou de R\$31,3 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$25,4 milhões em 31 de dezembro de 2017, representando uma queda de R\$5,9 milhões ou 18,9%.

Valor a pagar por aquisição de participação societária: O saldo dessa conta em 31 de dezembro de 2017 passou de R\$26,3 milhões para R\$40,4 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de R\$15,0 milhão ou 59,1%.

Patrimônio Líquido

O saldo dessa conta passou de R\$464,0 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$464,0 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de R\$0,9 milhão.

Principais alterações nas contas de resultado

	2015	AV ⁽¹⁾ (%)	AH ⁽²⁾ (%)	2016	AV ⁽¹⁾ (%)	AH ⁽³⁾ (%)	2017	AV ⁽¹⁾ (%)	AH ⁽⁴⁾ (%)
Receita Bruta	491,4	123,7	(2,0)	443,6	122,9	(9,7)	412,4	121,3	(7,0)
Deduções	(94,1)	(23,7)	6,8	(82,7)	(22,9)	(12,1)	(72,3)	(21,3)	(12,6)
Receita líquida	397,3	100,0	(3,9)	360,9	100,0	(9,2)	340,1	100,0	(5,8)
Custo das Vendas	(190,5)	(47,9)	3,7	(191,3)	(53,0)	0,4	(185,0)	(54,4)	3,3
Lucro Bruto	206,8	52,1	(10,0)	169,6	47,0	(18,0)	155,1	45,6	(8,5)
Despesas com vendas	(129,6)	(32,6)	9,0	(124,1)	(34,4)	(4,2)	(132,7)	(39,0)	6,9
Despesas Administrativas	(36,4)	(9,2)	7,4	(35,7)	(9,8)	(1,9)	(36,2)	(10,6)	1,4
Outras, líquidos	(9,1)	(2,3)	(22,6)	(1,2)	(0,3)	(86,8)	(10,9)	3,2	(1008,3)
Lucro operacional	31,6	8,0	(51,4)	8,5	2,4	(73,0)	(2,9)	(0,9)	(134,1)
Despesas financeiras	(58,1)	(14,6)	43,2	(85,7)	(23,7)	47,6	(45,1)	(13,3)	(47,4)
Receitas financeiras	57,5	14,5	87,4	79,0	21,9	37,5	43,7	12,8	(44,7)
Resultado financeiro, líquido	(0,6)	(0,2)	(93,9)	(6,7)	(1,8)	(1016,9)	(1,4)	(0,4)	(79,1)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	31,1	7,8	(43,8)	1,8	(0,5)	(94,0)	(4,3)	(1,3)	(338,9)
Imposto de renda e contribuição social									
Corrente	(7,2)	(1,8)	1,1	0,2	0,0	(102,5)	0,0	0,0	(100,0)
Diferido	(1,8)	(0,5)	(4,7)	(3,9)	(1,1)	118,3	2,4	(0,7)	(161,5)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	22,0	5,5	(52,4)	(1,9)	(0,5)	(108,8)	(1,9)	(0,6)	(0,0)
Atribuível									
Acionista da Companhia	22,0	5,5	(52,4)	(1,9)	(0,5)	(108,6)	(1,9)	(0,6)	(0,0)
Participação dos não controladores	0	0,0	(100,0)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

⁽¹⁾ Análise vertical, que consiste em percentual sobre o total de receita líquida.

⁽²⁾ Análise horizontal, que consiste no percentual de variação das contas do demonstrativo de resultados entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014 e 2015.

⁽³⁾ Análise horizontal, que consiste no percentual de variação das contas do demonstrativo de resultados entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015 e 2016.

⁽⁴⁾ Análise horizontal, que consiste no percentual de variação das contas do demonstrativo de resultados entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 2017.

COMPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO DOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Receita Bruta

Nossa receita bruta passou de R\$443,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R\$412,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando uma redução de R\$31,3 milhões ou 7,0%. A tabela a seguir demonstra a abertura de nossa receita bruta:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				Variação (%) 2016/2017
	2016	(%) do Total	2017	(%) do Total	
<i>(em milhões de reais, exceto percentuais)</i>					
Receita Bruta					
Venda de Relógios	434,2	97,9	405,3	98,3	(6,7)
Assistência Técnica	9,4	2,1	7,1	1,7	(24,5)
Total	443,6	100,0	412,4	100,0	(7,0)

Venda de Relógios

Nossa receita bruta com a venda de relógios passou de R\$434,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R\$405,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando uma queda de R\$29,0 milhões ou 6,7%. O volume de relógios comercializados se manteve em linha versus o exercício anterior, 2.684 milhões em 2016 ante 2.686 milhões em 2017. O preço médio apresentou queda de R\$162 em 31 de dezembro de 2016 para R\$151 em 31 de dezembro de 2017.

A tabela a seguir demonstra a abertura de nossa receita bruta com a venda de relógios em cada uma das categorias de relógio descritas anteriormente neste documento:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				Variação (%) 2016/2017
	2016	(%) do Total	2017	(%) do Total	
<i>(em milhões de reais, exceto percentuais)</i>					
Venda de Relógios					
(por Categoria de Relógio)					
Clássico	206,2	47,5	190,6	47,0	(7,6)
Esporte	54,2	12,5	50,7	12,5	(6,5)
Moda	173,8	40,0	164,0	40,5	(5,7)
Total	434,2	100,0	405,3	100,0	(6,7)

A categoria Clássico passou de uma participação de 47,5% da nossa receita bruta no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para uma participação de 47,0% da nossa receita bruta no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. A categoria Esporte manteve sua participação de 12,5% da nossa receita bruta no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 no exercício

social encerrado em 31 de dezembro de 2017. A categoria Moda passou de uma participação de 40,0% da nossa receita bruta no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para uma participação de 40,5% da nossa receita bruta no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

A tabela a seguir demonstra a abertura de nossa receita bruta com a venda de relógios em cada um dos canais de distribuição descritos anteriormente neste documento:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2016	(%) do Total	2017	(%) do Total	Variação (%) 2016/2017
	<i>(em milhões de reais, exceto percentuais)</i>				
Venda de Relógios					
(por Canal de Distribuição)					
Lojas Especializadas ⁽¹⁾	311,0	71,6	286,9	70,8	(7,7)
Magazines	123,3	28,4	118,4	29,2	(4,0)
Total	434,2	100,0	405,3	100,0	(6,7)

⁽¹⁾ Inclui as vendas realizadas para franquias.

Na análise da venda de relógios por canal de distribuição, vemos que no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 as vendas para Lojas Especializadas decresceram 7,7% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, enquanto as vendas para Magazines decresceram 4,0% entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 2017. Desta forma a participação relativa de Lojas Especializadas reduziu 0,6 pontos percentuais, fechando em 70,8% e Magazines fechando em 29,2%. Estes movimentos são explicados pela maior instabilidade nas vendas das Lojas Especializadas, em geral clientes de menor porte, que possuem uma recuperação nas vendas menos acelerada se comparada às magazines, mesmo com sinais de melhora dos indicadores econômicos do país.

Assistência Técnica

Nossa receita bruta com assistência técnica passou de R\$9,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R\$7,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando uma queda de R\$2,3 milhões ou 24,5%. Esta variação é decorrente da queda na entrada de ordem de serviços pelos investimentos que temos feito na melhoria da qualidade dos nossos produtos.

Deduções – (Impostos Sobre Vendas e Ajuste a Valor Presente)

As deduções da receita bruta passaram de R\$82,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R\$72,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando uma queda de R\$10,4 milhões ou 12,6%.

Os impostos sobre vendas passaram de R\$65,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R\$61,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando uma queda de R\$4,3 milhões ou 6,6%.

O ajuste a valor presente líquido (ajuste a valor presente sobre vendas menos ajuste a valor presente sobre impostos) passou de R\$16,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R\$10,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando uma queda de R\$6,2 milhões ou 36,7%. Importante ressaltar que esse ajuste a valor presente não tem efeito caixa e que a parcela deduzida da receita bruta no momento da venda é creditada na receita financeira no momento do recebimento. A queda dos impostos sobre vendas em velocidade inferior a receita é decorrente da dinâmica entre recebimento de estoques e o aproveitamento de benefícios fiscais.

Receita Líquida

A receita líquida passou de R\$360,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R\$340,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando uma queda de R\$20,8 milhões ou 5,8%. A queda da receita líquida segue as variações descritas acima da receita bruta e das deduções sobre a receita bruta.

A tabela abaixo demonstra a reconciliação das nossas receitas bruta e líquida.

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			
	2016	2017	AH (%)	AH (\$)
	<i>(em milhões de reais, exceto percentuais)</i>			
Receita Bruta	443,6	412,4	(7,0)	(31,3)
Ajuste a Valor Presente	(19,6)	(12,4)	(36,7)	7,2
Impostos sobre Vendas	(65,9)	(61,6)	(6,6)	4,3
Ajuste a Valor Presente sobre Impostos	2,8	1,8	(35,7)	(1,0)
Receita Líquida	360,9	340,1	(5,8)	(20,8)

Custo das Vendas

Nosso custo das vendas passou de R\$191,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R\$185,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando uma queda de R\$6,3 milhões ou 3,3%.

Nosso custo de vendas pode ser dividido em dois principais grupos: (i) custos de montagem, denominados em Reais e que representam aproximadamente 1/3 do custo total; e (ii) custos dos componentes, denominados em Dólares Americanos e que representam aproximadamente 2/3 do custo total.

Lucro Bruto

Em razão dos fatores expostos acima, nosso lucro bruto passou de R\$169,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R\$155,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando uma queda de R\$14,5 milhões ou 8,5%. Essa queda representou uma redução na nossa margem bruta de 1,4 pontos percentuais.

Despesas com Vendas

Nossas despesas com vendas passaram de R\$124,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R\$132,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de R\$8,6 milhões ou 6,9%. Nossas despesas com vendas representaram 34,4% e 39,0% do total de nossa receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 2017, respectivamente.

Despesas Administrativas

Nossas despesas administrativas passaram de R\$35,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R\$36,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, de acordo com nossas demonstrações financeiras auditadas. Nossas despesas administrativas representaram 9,8% e 10,6% do total de nossa receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 2017, respectivamente.

Outras, Líquidos

O resultado das outras contas representou uma despesa de R\$1,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 e uma receita de R\$10,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

A outras contas do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 foram impactadas principalmente por uma receita não recorrente, referente à reversão de provisões trabalhistas e ganho de ação fiscal de PIS e COFINS.

Despesas Financeiras

Nossas despesas financeiras passaram de R\$85,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R\$45,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando uma queda de R\$40,6 milhões ou 47,4%.

Receitas Financeiras

Nossas receitas financeiras passaram de R\$79,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R\$43,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando uma queda de R\$35,3 milhões, ou 44,7%.

Resultado Financeiro, Líquido

Nosso resultado financeiro líquido passou de uma despesa líquida de R\$6,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R\$1,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando uma queda de R\$5,2 milhões.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Corrente

Nosso imposto de renda e contribuição social corrente passou de R\$0,2 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2017 não tivemos despesas com esse imposto.

Diferido

Nosso imposto de renda e contribuição social diferido passou de uma despesa de R\$3,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para uma receita de R\$2,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Lucro Líquido

O nosso lucro líquido se manteve em R\$(1,9) milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, mesmo valor do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

Principais Alterações nas Contas Patrimoniais

	2015	AV ⁽¹⁾ (%)	AH ⁽²⁾ (%)	2016	AV ⁽¹⁾ (%)	AH ⁽³⁾ (%)	2017	AV ⁽¹⁾ (%)	AH ⁽⁴⁾ (%)
Ativo									
Circulante									
Caixa e equivalentes de caixa	20,0	2,6	(38,6)	17,0	2,3	(15,0)	14,8	2,1	(12,8)
Títulos e valores mobiliários	6,5	--	--	1,0	0,1	(83,1)	0	0,0	-
Contas a receber de clientes	227,0	29,3	(1,3)	219,6	29,6	(3,3)	191,6	26,8	(12,7)
Estoques	152,7	19,7	14,3	125,9	17,0	(17,6)	105,6	14,8	(16,1)
Impostos a recuperar	12,3	1,6	(38,3)	7,2	1,0	(40,7)	7,7	1,1	5,2
Outros ativos	11,0	1,4	(67,5)	12,8	1,7	16,4	18	2,6	44,1
Total	429,6	55,4	(4,5)	383,6	51,7	(10,7)	338,2	47,3	(11,8)
Ativos não circulantes mantidos para venda			--		0,0		0,7	0,1	
Total do Circulante	429,6	55,4	(5,9)	383,6	51,7	(10,7)	338,8	47,4	(11,7)
Não Circulante									
Adiantamento a fornecedores	7,3	0,9	(9,3)	6,5	0,9	(11,0)	5,8	0,8	(10,6)
Impostos a recuperar	7,6	1,0	250,7	12,5	1,7	64,5	25,5	3,6	104,3
Títulos e valores mobiliários	27,0	3,5	5,8	23,6	3,2	(12,6)	24,6	3,4	4,1
Depósitos judiciais	0,7	0,1	(65,9)	2,0	0,3	185,7	4,0	0,6	98,1
Imposto de renda e contribuição social diferidos	0,0	0,0	--	0,0	0,0		0,1	0,0	
Outros ativos	0,6	0,1	71,2	15,7	2,1	2516,7	18,7	2,6	19,3
Intangível	263,7	34,0	1,0	262,8	35,4	(0,3)	262,5	36,7	(0,1)
Imobilizado	39,6	5,1	18,7	35,8	4,8	(9,6)	34,9	4,9	(2,6)
Total do Não Circulante	346,5	44,6	1,9	358,9	48,3	3,6	376,0	52,6	4,8
Total do Ativo	776,2	100,0	(2,6)	742,5	100,0	(4,3)	714,9	100,0	(3,7)

	2015	AV ⁽¹⁾ (%)	AH ⁽²⁾ (%)	2016	AV ⁽¹⁾ (%)	AH ⁽³⁾ (%)	2017	AV ⁽¹⁾ (%)	AH ⁽⁴⁾ (%)
Passivo									
Circulante									
Empréstimos	71,9	9,3	18,0	60,9	8,2	(15,3)	47,2	6,6	(22,4)
Fornecedores	19,1	2,5	8,4	32,5	4,4	70,2	35,0	4,9	7,6
Impostos, taxas e contribuições sociais a pagar	5,9	0,8	(0,9)	4,1	0,6	(30,5)	6,9	1,0	68,7
Valor a pagar por aquisição de participação de não-controladores	1,1	--	--	1,1	0,1	0,0	1,1	0,2	0,3
Salários e encargos sociais a pagar	8,4	1,1	42,4	7,0	0,9	(16,7)	7,5	1,1	7,8
Dividendos a pagar	5,2	0,7	(67,8)	1,4	0,2	(73,1)	1,4	0,2	(1,7)
Licenciamentos a pagar	0,0	0,0	(100,0)	0,0	0,0		0,0	0,0	
Outras contas a pagar	4,4	0,6	(33,7)	14,7	2,0	234,1	5,0	0,7	(66,3)
Total do Circulante	116,0	14,9	2,3	121,7	16,4	4,9	104,1	14,6	(14,5)
Não Circulante									
Empréstimos	95,5	12,3	(13,7)	40,6	5,5	(57,5)	44,8	6,3	10,4
Imposto de renda e contribuição social diferidos	46,7	6,0	(10,7)	50,7	6,8	8,6	48,3	6,8	(4,7)
Provisões para contingências Não Operacionais	29,4	3,8	2,5	31,3	4,2	6,5	25,4	3,6	(18,9)
Licenciamentos a pagar	0,6	0,1	75,0	0,0	0,0	(100,0)	0,0	0,0	
Valor a pagar por aquisição de participação societária	22,8	2,9	(10,6)	25,0	3,4	9,6	26,3	3,7	5,4
Outras contas a pagar	2,5	0,3	1056,5	9,4	1,3	276,0	2,0	0,9	(78,4)
Total do Não Circulante	197,5	25,4	-9,3	157,0	21,1	(20,5)	146,9	20,5	(6,4)
Total do passivo	313,5	40,4	-5,3	278,7	37,5	(11,1)	250,9	35,1	(10,0)
Patrimônio Líquido, capital e reservas atribuídos aos acionistas da controladora									
Capital social	130,6	16,8	0,0	130,6	17,6	0,0	130,6	18,3	0,0
Ações em Tesouraria	(11,2)		0,0	(11,2)	(1,5)	0,0	(11,2)	(1,6)	0,1
Gastos com emissão de ações	(10,9)	-1,4	0,0	(10,9)	(1,5)	0,0	(10,9)	(1,5)	(0,3)
Reservas de capital	196,3	25,3	2,1	199,3	26,8	1,5	201,4	28,2	1,1
Reservas de lucros	172,0	22,2	(2,8)	170,0	22,9	(1,2)	168,1	23,5	(1,1)
Ajuste de avaliação patrimonial	(14,1)	(1,8)	(13,1)	(14,1)	(1,9)	0,0	(14,1)	(2,0)	(0,1)
Lucros (prejuízos) acumulados					0,0		0,00	0,0	
Participação dos não controladores	(11,2)	(1,4)	(401,9)	0,0	0,0	(100,0)	0,00	0,0	
Total do Patrimônio Líquido	462,7	59,6	-2,9	463,8	62,5	0,2	464,0	64,9	0,0
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	776,2	100,0	-3,9	742,5	100,0	-4,3	714,9	100,0	(3,7)

ATIVO

Circulante

Caixa e equivalentes de caixa: O saldo dessa conta passou de R\$17,0 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$14,8 milhões em 31 de dezembro de 2017, representando uma queda de R\$2,2 milhões. Essa queda é explicada por menor geração de caixa nas atividades operacionais decorrentes da queda nas vendas.

Contas a receber de clientes: O saldo dessa conta passou de R\$219,6 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$191,6 milhões em 31 de dezembro de 2017, representando uma queda de R\$28,0 milhões ou 12,7%.

Estoques: O saldo dessa conta passou de R\$125,9 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$105,6 milhões em 31 de dezembro de 2017, representando uma redução de R\$20,3 milhões ou 16,1%. A desalavancagem de estoque faz parte da estratégia da companhia.

Impostos a recuperar: O saldo dessa conta passou de R\$7,3 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$7,6 milhões em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de R\$0,4 milhão ou 5,8%.

Outros ativos: O saldo dessa conta passou de R\$12,8 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$17,1 milhões em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de R\$4,3 milhões ou 33,6%.

Não Circulante

Adiantamento a fornecedores: O saldo dessa conta passou de R\$6,5 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$5,8 milhões em 31 de dezembro de 2017, representando uma redução de R\$0,7 milhão ou 10,6%. Essa variação está relacionada à realização parcial do adiantamento do pagamento de *royalties* à empresa detentora da marca “Mormaii” no âmbito da renovação do contrato de licenciamento da marca até 2026.

Impostos a recuperar: O saldo dessa conta passou de R\$12,5 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$25,5 milhões em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de R\$13,0 milhões.

Títulos e valores mobiliários: O saldo dessa conta passou de R\$23,6 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$24,6 milhões em 31 de dezembro de 2017, registrando aumento de R\$1,0 milhão ou 4,1%.

Depósitos Judiciais: O saldo dessa conta passou de R\$2,0 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$4,0 milhões em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de R\$2,0 milhões ou 98,1%.

Outros Ativos: O saldo dessa conta passou de R\$15,7 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$18,7 milhões em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de R\$3,0 milhões.

Intangível: Essa conta é composta de quatro rubricas: (i) ágio; (ii) *softwares* e outros, (iii) marcas e licenças e (iv) direitos em combinações de negócios. O saldo dessa conta passou de R\$262,8 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$262,5 milhões em 31 de dezembro de 2017, representando uma redução de R\$0,3 milhão ou 0,1%.

Imobilizado: O saldo dessa conta passou de R\$35,8 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$34,9 milhões em 31 de dezembro de 2017, representando uma redução de R\$0,8 milhão ou 2,6%. Essa variação decorre principalmente das aquisições de máquinas e equipamentos, móveis e utensílios, veículos, benfeitorias em imóveis e investimentos em projetos, líquida da depreciação do período.

PASSIVO

Circulante

Empréstimos: O saldo dessa conta passou de R\$60,9 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$47,2 milhões em 31 de dezembro de 2017, representando uma redução de R\$13,7 milhões ou 22,4%. Essa redução é fruto da remodelagem da dívida feita em 2017.

Fornecedores: O saldo dessa conta passou de R\$32,5 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$35,0 milhões em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de R\$2,5 milhões ou 7,6%. Esse crescimento ocorreu, principalmente, pelo aumento no prazo médio de pagamento aos fornecedores asiáticos.

Impostos, taxas e contribuições sociais a pagar: O saldo dessa conta passou de R\$4,1 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$6,9 milhões em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de R\$2,8 milhões ou 68,7%.

Salários e encargos sociais a pagar: O saldo dessa conta passou de R\$7,0 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$7,5 milhões em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de R\$0,5 milhão ou 7,5%.

Dividendos a pagar: O saldo dessa conta passou de R\$1,4 milhão em 31 de dezembro de 2016 para R\$1,4 milhão em 31 de dezembro de 2017, ficando em linha comparado a 31 de dezembro de 2016.

Outras contas a pagar: O saldo dessa conta passou de R\$14,7 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$5,0 milhões em 31 de dezembro de 2017, uma redução de R\$9,7 milhões.

Não Circulante

Empréstimos: O saldo dessa conta passou de R\$40,6 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$44,8 milhões em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de R\$4,2 milhões ou 10,4%. Essa redução é fruto da amortização que fizemos ao longo de 2017.

Imposto de renda e contribuição social diferidos: O saldo dessa conta passou de R\$50,7 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$48,3 milhões em 31 de dezembro de 2016, representando uma redução de R\$2,4 milhões ou 4,7%.

Provisões para contingências Não Operacionais: O saldo dessa conta passou de R\$31,3 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$25,4 milhões em 31 de dezembro de 2017, representando uma queda de R\$5,9 milhões ou 18,9%.

Valor a pagar por aquisição de participação societária: O saldo dessa conta em 31 de dezembro de 2016 passou de R\$25,0 milhões para R\$26,3 milhões em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de R\$1,4 milhão ou 5,4%. Esse valor refere-se, principalmente, à conta escrow criada a partir da aquisição da Dumont.

Outras contas a pagar: O saldo dessa conta passou de R\$9,4 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$2,0 milhões em 31 de dezembro de 2017, representando uma redução de R\$7,4 milhões.

Patrimônio Líquido

O saldo dessa conta passou de R\$463,8 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$464,0 milhões em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de R\$0,2 milhão.

10.2. Comentários dos diretores sobre:

a) resultado das operações da Companhia

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Nossa receita bruta consiste em receitas advindas: (i) da venda de relógios; e (ii) da prestação de serviços e venda de peças de assistência técnica. Esses negócios têm naturezas e processos diferentes, sendo que a assistência técnica serve de suporte para o negócio de venda de relógios. A tabela a seguir demonstra a composição da nossa receita bruta nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2017 e 2018.

	<u>2016</u>	(%) do <u>Total</u>	<u>2017</u>	(%) do <u>Total</u>	<u>2018</u>	(%) do <u>Total</u>
	<i>(em milhões de reais, exceto percentuais)</i>					
Receita Bruta						
Venda de Relógios	434,2	97,9	405,3	98,3	357,5	-11,8
Assistência Técnica	9,4	2,1	7,1	1,7	6,0	-14,6
Total	443,6	100,0	412,4	100,0	363,5	-11,8%

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Conforme discutido no item 10.2(a) abaixo, nossas receitas estão diretamente relacionadas principalmente ao volume e preço médio de vendas de nossos relógios. Nossos resultados operacionais estão relacionados diretamente às nossas receitas, assim como ao custo dos nossos produtos e às

despesas comerciais, gerais e administrativas incorridas. No último exercício social, apresentamos receita abaixo do ano anterior, ao qual atribuímos os seguintes fatores:

(i) *Fatores macroeconômicos*: a greve dos caminhoneiros e a instabilidade política devido ao processo eleitoral dificultaram a retomada da atividade econômica em 2018 o que refletiu nos resultados do comércio de um modo geral em 2018, observamos esse efeito pelas vendas no varejo com níveis de *sell out* mais baixos que afetaram nossos clientes.

(ii) *Fatores do mercado de relógios*: o mercado de relógios apresentou leve queda em 2017 com relação à 2016. Percebemos uma demanda volátil em 2017, com muitos clientes postergando compras devido a incertezas do *sell out*. Aspectos como a lenta recuperação da economia, os níveis ainda altos de desemprego e retração do consumo contribuíram para esse efeito.

(iii) *Fatores da nossa Companhia*: a Companhia realizou mudanças na alta liderança, buscou avanços na excelência operacional e na relação com os clientes com o objetivo de resgatar os seus valores históricos. Procuramos ainda contrapor a queda nas vendas com recomposição de margem e, principalmente, um trabalho árduo no enxugamento das nossas despesas,

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

Nossa receita é impactada diretamente pelas alterações no volume de vendas, modificações de preços e pela variação do número de nossos Clientes. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, nossa receita bruta de relógios apresentou queda de 11,8% com relação ao ano anterior, sendo que tal redução foi composta pela queda de 9,3% no volume de relógios vendidos e pela redução de 2,8% no preço médio por relógio.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, nossa receita bruta de relógios apresentou queda de 7,0% com relação ao ano anterior, sendo que tal redução foi composta por uma queda de 0,1% no volume de relógios vendidos e uma redução de 6,6% no preço médio por relógio.

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia.

Conjuntura Econômica no Brasil

Nossos resultados operacionais e condição financeira são diretamente afetados pelas condições econômicas gerais no Brasil, particularmente pelas taxas de inflação, políticas governamentais, oscilações nas taxas de câmbio e políticas fiscais. A tabela abaixo demonstra os valores do PIB, inflação, taxas de juros e taxas de câmbio para os períodos indicados:

Indicadores	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2016	2017	2018
Crescimento do PIB ⁽¹⁾	-3,49%	1,0%	1,1%
Inflação (IGP-M) ⁽²⁾	7,02%	-0,53%	7,55%

Inflação (IPCA) ⁽³⁾	6,38%	2,95%	3,74%
Inflação (INPC) ⁽⁴⁾	6,58%	2,07%	3,43%
Certificado de Depósito Interbancário – CDI – média anual ⁽⁵⁾	13,25%	9,93%	6,42%
Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP ⁽⁶⁾	7,50%	7,12%	6,98%
Taxa de câmbio (fechamento) – R\$ por US\$ 1,00	3,37	3,30	3,88
Média da taxa de câmbio– R\$ por US\$1,00 ⁽⁷⁾	3,49	3,20	3,68

¹⁾ O PIB brasileiro é agora reportado utilizando-se a nova metodologia do IBGE.

⁽²⁾ A taxa IGP-M é o principal índice de preços de mercado mensurada pela FGV, representando dados cumulados para o período apresentado.

⁽³⁾ A taxa IPCA é o índice de preço do consumidor mensurado pelo IBGE, representando dados cumulados para o período indicado.

⁽⁴⁾ A taxa INPC é o Índice Nacional de Preços ao Consumidor mensurado pela FIPE, representando dados cumulados para o período indicado.

⁽⁵⁾ O CDI é a taxa média de depósito interbancário performada durante o dia no Brasil.

⁽⁶⁾ Refere-se às taxas de juros cobradas pelo BNDES para financiamentos de longo prazo.

⁽⁷⁾ Média das taxas de câmbio do fim do mês para o período indicado

Fontes: Banco Central, FGV, IBGE e CETIP.

Nossos negócios são afetados diretamente pelas condições econômicas gerais no Brasil e indiretamente pelas condições econômicas gerais no mundo. A seguir comentamos individualmente sobre o impacto das principais variáveis sobre nossos negócios:

(i) *Inflação*: a inflação poderá afetar os resultados operacionais, impactando negativamente o custo de produto, as despesas comerciais, gerais e administrativas e também no crescimento do PIB, corroendo o poder de compra da classe média brasileira.

No ano de 2018, a inflação acumulada, medida pelo INPC, totalizou 3,43%, conforme dados do IBGE. Buscamos contrapor esse efeito negativo por meio de melhorias de eficiência, através de renegociações ou revisões de despesas como aluguel por exemplo.

(ii) *Variação de preços dos principais insumos e câmbio*: os principais insumos da Companhia são componentes de relógios comprados de fornecedores no exterior, com destaque para China e Japão. O preço desses insumos está ligado a fatores endógenos dessas duas economias, assim como a taxa de câmbio entre o real e o dólar. Dentre os fatores endógenos, o principal é a disponibilidade e o custo de mão de obra assim como o tempo necessário para a manufatura destes. A taxa de câmbio é um fator relevante, já que as compras dos fornecedores estrangeiros são denominadas em dólares, e uma depreciação do real levaria a custos maiores de produtos internalizados no Brasil. Tanto o aumento do preço dos componentes quanto a depreciação do real, se não forem compensados com reajustes de preços dos produtos, resultarão em uma redução da margem de lucro da Companhia.

No ano de 2018, a inflação na China totalizou 1,91%, de acordo com dados do Inflation, worldwide inflation data. Já o câmbio médio demonstrou aceleração ao longo do período, em grande parte devido as incertezas do processo eleitoral. Segundo dados do Banco Central, a taxa de câmbio média subiu de R\$3,30/US\$ em 2016 para R\$3,68/US\$ em 2017, o que representa evolução de 11,5%.

(iii) *Taxa de juros*: a taxa de juros no Brasil poderá afetar tanto os resultados operacionais da Companhia quanto o seu resultado financeiro. Caso o governo venha a aumentar a taxa de juros como forma de conter um aumento de inflação, é provável que a economia brasileira sofra com uma redução na taxa do crescimento do PIB, já que o encarecimento do crédito tende a desincentivar o consumo.

Dentro dessa redução de crescimento econômico da economia em geral é possível que o mercado de acessórios de moda em geral, e o mercado de relógios especificamente, possam ser afetados, resultando em uma pressão negativa nas nossas vendas.

Em 2018, a taxa básica de juros fechou o ano em 6,50% ante 7,00 % 2017. Após um ciclo de corte na taxa de juros, o Banco Central foi mais cauteloso ao longo do ano de 2018, com foco maior no controle da inflação.

10.3. Comentários dos diretores sobre efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras e nos resultados da Companhia:

a) introdução ou alienação de segmento operacional

Não introduzimos ou alienamos qualquer segmento operacional durante os três últimos exercícios.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 24 de julho de 2012, adquirimos, por meio de nossas controladas integrais TASA e SCS, a totalidade das quotas das sociedades (i) Touch Watches Franchising do Brasil Ltda. (“Touch Watches”), detentora da marca “Touch” e franqueadora de 83 pontos de venda de relógios e óculos Touch no Brasil; (ii) Touch da Amazônia Indústria e Comércio de Relógios Ltda. (“Touch da Amazônia”), operadora de linha de montagem de relógios na Zona Franca de Manaus; e (iii) Touch Búzios Relógios Ltda. (“Touch Búzios”), You Time Relógios Ltda. (“You Time”) e Touch Barra Comércio de Relógios e Acessórios Ltda. (“Touch Barra” e, em conjunto com Touch Watches, Touch da Amazônia, Touch Búzios e You Time, as “Sociedades Touch”), representando três lojas próprias no Estado do Rio de Janeiro.

Em 1º de janeiro de 2013, as Sociedades Touch foram incorporadas pela nossa controlada SCS, sendo posteriormente extintas. O patrimônio líquido das Sociedades Touch foi vertido à SCS, sem aumento do capital social desta sociedade.

Ainda em 2013, adquirimos, também por meio da TASA, 100% do capital votante e 95,84% do capital social total da Dumont, tendo sido esta operação ratificada pelos nossos Acionistas no dia 25 de abril de 2013. Por meio desta aquisição, passamos a deter as marcas “Dumont” e “Condor”, além de distribuir no Brasil determinadas marcas internacionais de relógio, incluindo “Fossil”, “Michael Kors”, “Emporio Armani”, “Armani Exchange”, “Diesel”, “DNKY”, Adidas”, e “Marc Jacobs”.

Além das operações descritas acima e das operações de subscrição de ações relacionadas a planos de opção de compra de ações concedidos aos nossos Administradores, não houve nenhuma outra aquisição ou alienação de participação societária nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente que venham a causar efeitos relevantes em nossas demonstrações financeiras.

Com relação a eventuais futuras aquisições não podemos nesse momento afirmar que tais eventos não poderão acarretar efeitos relevantes em nossas demonstrações financeiras.

c) eventos ou operações não usuais

Não passamos por eventos ou realizamos operações não usuais que possam impactar nossas demonstrações financeiras ou resultados.

10.4. Comentários dos diretores sobre:

a) mudanças significativas nas práticas contábeis

Preparamos nossas demonstrações financeiras consolidadas e das nossas controladas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que são baseadas na Lei das S.A, que incluem, a partir de 1º de janeiro de 2008, os novos dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei n.º 11.638 e pela Lei n.º 11.941, nas regras e regulamentos emitidos pela CVM e nos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC.

As seguintes normas e alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1o de janeiro de 2014 e tiveram impactos materiais para o Grupo.

- (i) Alteração ao CPC 01/IAS 36 - "Redução no Valor Recuperável de Ativos" sobre a divulgação do valor recuperável de ativos não financeiros. Essa alteração elimina determinadas divulgações do valor recuperável de Unidades Geradoras de Caixa (UGC) que haviam sido incluídas no IAS 36 com a emissão do IFRS 13.
- (ii) Alteração ao CPC 38/IAS 39 - "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e mensuração" - esclarece que as substituições de contrapartes originais pelas contrapartes de compensação que vierem a ser exigidas por introdução ou mudança de leis e regulamentos não provocam expiração ou término do instrumento de hedge. Além disso, os efeitos da substituição da contraparte original devem ser refletidos na mensuração do instrumento de hedge e, portanto, na avaliação e mensuração da efetividade do hedge.
- (iii) Alteração ao CPC 39/IAS 32 - "Instrumentos Financeiros: Apresentação", sobre compensação de ativos e passivos financeiros. Esta alteração esclarece que o direito de compensação não deve ser contingente em um evento futuro. Ele também deve ser legalmente aplicável para todas as contrapartes no curso normal do negócio, bem como no caso de inadimplência, insolvência ou falência. A alteração também considera os mecanismos de liquidação.
- (iv) ICPC 19/IFRIC 21 - "Tributos", trata da contabilização de obrigação de pagar um imposto se o passivo fizer parte do escopo do IAS 37 - "Provisões". A interpretação esclarece qual fato gerador da obrigação gera o pagamento de um imposto e quando um passivo deve ser reconhecido.
- (v) OCPC 07 - "Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-financeiros de Propósito Geral", trata dos aspectos quantitativos e qualitativos das divulgações em notas explicativas, reforçando as exigências já existentes nas normas contábeis e ressaltando que somente as informações relevantes para os usuários das demonstrações financeiras devem ser divulgadas.

(vi) OCPC 08 - "Reconhecimento de Determinados Ativos e Passivos nos Relatórios Contábil-financeiros de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica", trata dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação a serem observados quando do aditamento dos contratos de concessão e permissão, por representar um elemento novo que assegura, a partir da data de sua assinatura, o direito ou impõe a obrigação de o concessionário receber ou pagar os ativos e passivos junto à contraparte - Poder Concedente.

(vii) Revisão CPC 07 - "Método de Equivalência Patrimonial em Demonstrações Separadas", altera a redação do CPC 35 - "Demonstrações Separadas" para incorporar as modificações efetuadas pelo IASB no IAS 27 - Separate Financial Statements, que passa a permitir a adoção do método de equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações separadas, alinhando, dessa forma, as práticas contábeis brasileiras às normas internacionais de contabilidade.

Outras alterações e interpretações em vigor para os exercícios financeiros findos em 31 de dezembro de 2016 e 2017, assim como para o exercício a ser iniciado em 1^a de janeiro de 2018 não são relevantes para o Grupo.

b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

No exercício de 2018, não existiram impactos relevantes em função de alterações em práticas contábeis para a companhia.

c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Os pareceres dos Auditores Independentes emitidos para os exercícios de 2016, 2017 e 2018 foram emitidos sem ressalvas.

10.5. Políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia (inclusive estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros):

Preparamos nossas demonstrações financeiras com base em estimativas e pressupostos decorrentes de nossa experiência e diversos outros fatores que acreditamos serem razoáveis e relevantes. As práticas contábeis críticas que adotamos são aquelas que acreditamos serem relevantes para determinar nossa condição financeira e resultados operacionais, mas a definição de tais práticas é complexa e subjetiva, levando nossa administração a fazer estimativas sobre eventos futuros ou incertos. A aplicação de nossas práticas e estimativas contábeis críticas geralmente requer que a nossa administração se baseie em julgamentos sobre os efeitos de certas transações que afetam os nossos ativos, passivos, receitas e despesas.

A conclusão de transações envolvendo tais estimativas e julgamentos pode afetar nosso patrimônio líquido e a nossa condição financeira, bem como nosso resultado operacional, já que os efetivos resultados podem diferir significativamente das nossas estimativas.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, fazemos estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

Perda (impairment) estimada de Ágio

Anualmente, avaliamos potenciais perdas (*impairment*) de ágio, comparando nosso valor contábil com nosso valor recuperável. O resultado indicou valor recuperável superior ao valor contábil, conseqüentemente não foi registrada nenhuma perda por *impairment* de ágio.

Em 2015 utilizamos a metodologia de fluxo de caixa descontado, que indicou valor recuperável superior ao valor contábil, conseqüentemente não foi registrada nenhuma perda por *impairment* de ágio.

O *impairment* registrado em 2015 decorre de direitos de uso de ponto de venda que baixamos em decorrência da descontinuidade operacional de algumas lojas antes do fim da vida útil do contrato.

Provisão para contingências

O registro contábil de uma provisão para contingência na data das demonstrações financeiras é feito quando a perda for considerada provável e seu valor puder ser razoavelmente estimado. Por sua natureza, a resolução de uma contingência ocorre quando um ou mais eventos futuros são observados. Tipicamente, a ocorrência desses eventos independe da atuação da administração, dificultando a precisão das estimativas contábeis acerca da data de conclusão desses eventos. A avaliação de tais passivos exige a necessidade de estimativas e julgamentos significativos da administração quanto aos resultados dos eventos futuros. No exercício de seu julgamento para determinação de estimativas de provisões para contingências não operacionais, a nossa administração considera também a posição de nossos consultores jurídicos.

Provisão de perda de estoques

A provisão de perda de estoques é registrada quando nossa administração avalia que o valor de custo de nossos estoques está registrado por valor superior ao seu valor de realização. A análise da recuperabilidade dos saldos de estoques requer uma avaliação criteriosa da nossa administração que avalia, continuamente, a cada data de demonstração financeira, a recuperabilidade de seus estoques. O registro de perda de estoques envolve a avaliação da administração e julgamentos críticos relativos, principalmente, a obsolescência e do valor de mercado.

No caso de obsolescência, mensalmente nossa administração, baseada em dados históricos e prognósticos futuros, avalia a necessidade de se complementar ou reverter provisão de perda por obsolescência.

Nossa administração avalia ainda, o valor dos seus estoques com base no menor entre o custo ou valor de mercado (recuperável). Caso o valor de mercado determinado com base em custo de reposição ou de venda, dependendo de peça em produção ou produto acabado, seja inferior ao valor de custo, constituímos provisão para perda.

Provisão de perda de contas a receber

Analizamos a existência e evidência de perda para determinar quando um saldo de contas a receber não é recuperável. Essa determinação requer um julgamento significativo. Para esse julgamento, avaliamos, entre outros fatores, o desempenho do setor e do segmento. Nossa administração classifica nossos Clientes por grupos, e com base nessa classificação são feitas as estimativas para avaliação de perda.

Valor justo dos derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Usamos nosso julgamento para escolher diversos métodos e definir as premissas e se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data de balanço.

10.6. Comentários dos diretores sobre controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis:

Não aplicável, uma vez que não há itens não evidenciados em nossas demonstrações financeiras, conforme afirmado no item 10.8.

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, uma vez que não há itens não evidenciados em nossas demonstrações financeiras, conforme afirmado no item 10.8.

b) natureza e o propósito da operação

Não aplicável, uma vez que não há itens não evidenciados em nossas demonstrações financeiras, conforme afirmado no item 10.8.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, uma vez que não há itens não evidenciados em nossas demonstrações financeiras, conforme afirmado no item 10.8.

10.7. Comentários dos diretores sobre aspectos referentes a eventuais ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários:

Não aplicável, uma vez que não há itens não evidenciados em nossas demonstrações financeiras, conforme afirmado no item 10.8.

d) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, uma vez que não há itens não evidenciados em nossas demonstrações financeiras, conforme afirmado no item 10.8.

e) natureza e o propósito da operação

Não aplicável, uma vez que não há itens não evidenciados em nossas demonstrações financeiras, conforme afirmado no item 10.8.

f) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, uma vez que não há itens não evidenciados em nossas demonstrações financeiras, conforme afirmado no item 10.8.

10.8. Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia:

a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como: i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; iv) contratos de construção não terminada; e v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

Nesta data, não temos ativos ou passivos que não aparecem em nosso balanço patrimonial (*off-balance sheet items*).

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Nesta data, não há outros itens relevantes não evidenciados em nossas demonstrações financeiras consolidadas.

10.9. Comentários dos diretores sobre cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8:

Não aplicável, uma vez que não há itens não evidenciados em nossas demonstrações financeiras, conforme afirmado no item 10.8 acima.

g) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, uma vez que não há itens não evidenciados em nossas demonstrações financeiras, conforme afirmado no item 10.8 acima.

h) natureza e o propósito da operação

Não aplicável, uma vez que não há itens não evidenciados em nossas demonstrações financeiras, conforme afirmado no item 10.8 acima.

i) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, uma vez que não há itens não evidenciados em nossas demonstrações financeiras, conforme afirmado no item 10.8 acima.

10.10. Comentário dos diretores sobre principais elementos do plano de negócios da Companhia:

a) investimentos, incluindo: i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos; ii) fontes de financiamento dos investimentos; iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

Os investimentos da Companhia se concentram, usualmente, em sete principais tipos: (i) investimentos na estrutura e maquinário da planta em Manaus; (ii) investimentos em hardware e software de tecnologia; (iii) investimentos em automóveis para nossa equipe de vendas; (iv) investimentos na manutenção de imóveis; (v) investimentos em mobiliário de ponto de venda associado ao projeto de franquias, (vi) móveis e utensílios; e (vii) Marcas e Patentes.

O montante total de investimentos totalizou R\$ 20,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 e R\$ 12,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

No caso de ingressarmos em outros segmentos de produtos os investimentos serão dimensionados individualmente, fazendo parte do plano de negócios específico desse novo segmento. Buscaremos financiar tais investimentos também com nosso fluxo de caixa operacional, complementando com recursos de terceiros caso necessário.

Nesse mesmo sentido, embora estejamos constantemente avaliando aquisições de ativos estratégicos, não há nenhum acordo vinculante de aquisição até esta data. Caso identifiquemos uma oportunidade de mercado que, após a análise de estudos econômico-financeiros, técnico e jurídicos, entendamos ser relevante para a nossa Companhia, utilizaremos nosso fluxo de caixa operacional para realizar tais investimentos. Caso os investimentos excedam este valor, utilizaremos nosso caixa próprio, os recursos

captados por meio da nossa oferta inicial de distribuição de ações, e eventuais captações no mercado se forem necessárias.

b) aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

Em 2013, adquirimos a o Grupo Dumont Saab e, conseqüentemente, sua fábrica. Até a divulgação desse documento, a fábrica permanecia fechada e todas nossas atividades fabris se concentravam em nossa fábrica já existente.

c) novos produtos e serviços, indicando: i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Destacam-se dois projetos relevantes da Companhia: o aumento de seu portfólio de marcas, e a expansão do projeto de varejo. O projeto de varejo foi iniciado em 2010, e o aumento do portfólio de marcas avançou significativamente com a aquisição da Dumont, em março de 2013.

Lançamos em setembro de 2010 um projeto de franquias sob a marca “Euro”. As franquias permitem aumentar o espaço de vitrine dedicado aos produtos do Grupo Technos, melhorando a visibilidade e a exposição das marcas e trazendo uma experiência de compra e vivência do mundo das marcas diferenciada em relação aos pontos de venda tradicionais. Em julho de 2012, anunciamos a aquisição da Touch, empresa que desenvolve e comercializa relógios e óculos de sol sob marca própria com distribuição exclusiva para uma rede de franquias bem desenvolvida e com alto potencial de crescimento. Ao final do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, contamos com 75 pontos de venda exclusivos, sendo 58 Touch e 17 Euro. A unificação das equipes de gestão de franquias Euro e Touch e o foco que a Companhia vem dando a este canal vem apresentando melhoras na rentabilidade. Cabe destacar também as iniciativas de varejo através de sites e outlets. Possuímos atualmente sete sites de comércio eletrônico. Seis deles são dedicados às marcas Euro, Timex, Touch, Allora, Condor e Dumont, e o outro voltado para a venda online de nossas demais marcas, o Timecenter. Os sites servem tanto a um propósito comercial, complementando as vendas, quanto a um propósito de marketing, oferecendo um canal de comunicação direto com o consumidor final e permitindo uma exposição completa de cada coleção e suas respectivas características. Possuímos atualmente oito outlets. Os outlets são parte da estratégia de gestão de estoques, servindo como um canal para venda de produtos de baixo giro fora dos canais tradicionais da companhia e tem apresentado um bom resultado de vendas. Pretendemos continuar a desenvolver este canal com novas aberturas em 2016.

Em março de 2013 adquirimos 100% do capital votante e 95,84% do capital social total da Dumont. Com isso, passamos a deter mais duas marcas próprias, “Dumont” e “Condor”, e a exclusividade de representação das marcas de relógios do Grupo Fossil (“Fossil”, “Armani Exchange”, “Emporio Armani”, “Diesel”, “DKNY”, “Michael Kors”, “Marc Jacobs” e “Adidas”) no Brasil. Atualmente, possuímos um portfólio completo de marcas, com presença relevante em todos os segmentos e faixas de preço de consumo da classe média.

10.11. Comentários dos diretores sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção:

INFORMAÇÕES QUANTITATIVAS E QUALITATIVAS DE RISCO DE MERCADO

Estamos sujeitos a riscos de mercado no curso normal de nossas atividades. Tais riscos estão relacionados principalmente a alterações adversas em taxas de juros e câmbio, à indústria em geral e às nossas atividades.

Riscos relacionados a crédito

Adotamos uma política de vendas destinada a minimizar os riscos de crédito aos quais estamos sujeitos. Fazemos uma criteriosa análise de crédito para cada Cliente e para cada compra, com base em dados internos do histórico do Cliente e de fontes externas de consulta. Acompanhamos diariamente as movimentações de inadimplência e recuperação de atrasos, e analisamos mensalmente a evolução em nossos índices de inadimplência e risco financeiro de longo prazo. Além dos nossos procedimentos de análise e controles internos, também contamos com grande pulverização e diversificação na nossa carteira de crédito, de forma a minimizar nosso risco de perda.

Nosso prazo médio de vendas passou de 203 dias em 31 de dezembro de 2017 para 189 dias em igual período de 2018. Tivemos melhora na assiduidade dos clientes e manutenção dos saldos vencidos.

Riscos relacionados à flutuação das taxas de câmbio

Nosso risco associado a taxas de câmbio decorre de flutuações no período entre a data de encomenda de nossos produtos junto aos fornecedores estrangeiros e a data do embarque da mercadoria, quando as importações são integralmente liquidadas. Como não precificamos e não vendemos nossos produtos antes dessa liquidação, nossa exposição ao câmbio é reduzida, se restringindo a oscilações não antecipadas nesse período, que podem resultar ou em margens menores ou na necessidade de precificação em um patamar mais elevado, potencialmente comprometendo as vendas desses produtos. Existe também um risco geral e de mais longo prazo associado ao fato de termos receitas em reais e termos nosso principal custo, da compra de componentes, em dólares. No caso de um aumento no longo prazo da cotação do câmbio, poderíamos perceber o mesmo efeito de queda de margens ou queda de volumes.

Para nos protegermos de oscilações entre a data de encomenda e a data do embarque da mercadoria, utilizamos instrumentos financeiros derivativos de mercado futuro de dólar a fim de travar o câmbio de liquidação de parte das encomendas já realizadas. Acreditamos que todos os nossos concorrentes dependam de componentes fabricados no exterior e, portanto, estão expostos a riscos similares associados a um aumento do câmbio de longo prazo.

Riscos relacionados à flutuação das taxas de juros

Do ponto de vista da receita financeira seremos impactados por um eventual aumento dos juros, já que nossas aplicações geralmente têm taxas de retorno atreladas ao CDI. Do ponto de vista da despesa financeira, somos afetados à medida que temos empréstimos de longo prazo, vinculados às taxas variáveis de juros, especificamente à taxa média diária dos depósitos interbancários. Desde 2015 a mantemos dívida por meio de uma linha 4131 em dólar com um SWAP de 100% dessa dívida para eliminar os riscos inerentes à variação cambial, porém não temos hedge para minimizar à flutuação das taxas de juros.

A administração considera que o CDI é uma taxa livremente praticada no mercado, e por isso, todos os agentes estão, de alguma forma direta ou indiretamente, sujeitos à ela. A administração não considera o risco de taxa de juros crítico em suas operações.

ANEXO D
PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO
ANEXO 9-1-II DA ICVM 481/09

1. Informar o lucro líquido do exercício.

O lucro líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2018 é de R\$14.369 mil (quatorze milhões, trezentos e sessenta e nove mil reais).

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre o capital próprio já declarados.

Tendo em vista que o valor integral do lucro líquido da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 não foi realizado, decorrendo exclusivamente de créditos tributários ainda não realizados, a Administração propõe a seguinte destinação do resultado apurado no último exercício social: (i) alocação de 5% do lucro líquido total para a Reserva Legal, em atendimento ao disposto no artigo 193 da Lei das S.A.; e (ii) destinação do saldo remanescente para Reserva de Lucros a Realizar, nos termos do artigo 197 da Lei das S.A. Dessa forma, não houve declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base no lucro líquido apurado pela Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído.

Conforme indicado no item 2 acima, a Administração propõe que a totalidade do resultado do último exercício social seja integralmente destinado à Reserva Legal e à Reserva de Lucros a Realizar. Dessa forma, não houve distribuição de dividendos ou juros sobre capital próprio com base no lucro líquido apurado pela Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores.

A Companhia não procedeu à distribuição de dividendos com base em lucro de exercícios anteriores.

5. Informações, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre o capital próprio já declarados, acerca:

(a) do valor bruto de dividendo e juros sobre o capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe;

Conforme indicado no item 2 acima, a Administração propõe que a totalidade do resultado do último exercício social seja integralmente destinado à Reserva Legal e à Reserva de Lucros a Realizar. Dessa

forma, não houve distribuição de dividendos ou juros sobre capital próprio com base no lucro líquido apurado pela Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

(b) da forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre o capital próprio;

Conforme indicado no item 2 acima, a Administração propõe que a totalidade do resultado do último exercício social seja integralmente destinado à Reserva Legal e à Reserva de Lucros a Realizar. Dessa forma, não houve distribuição de dividendos ou juros sobre capital próprio com base no lucro líquido apurado pela Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

(c) de eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio;

Conforme indicado no item 2 acima, a Administração propõe que a totalidade do resultado do último exercício social seja integralmente destinado à Reserva Legal e à Reserva de Lucros a Realizar. Dessa forma, não houve distribuição de dividendos ou juros sobre capital próprio com base no lucro líquido apurado pela Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

(d) da data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos Acionistas que terão direito ao seu recebimento.

Conforme indicado no item 2 acima, a Administração propõe que a totalidade do resultado do último exercício social seja integralmente destinado à Reserva Legal e à Reserva de Lucros a Realizar. Dessa forma, não houve distribuição de dividendos ou juros sobre capital próprio com base no lucro líquido apurado pela Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores, informar:

(a) o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados; e

Não aplicável.

(b) a data dos respectivos pagamentos.

Não aplicável.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

(a) lucro líquido do exercício e dos 3 exercícios anteriores

A Companhia possui somente ações ordinárias. Para fins do cálculo do valor do lucro líquido e do dividendo da ação, foi considerado o número total de ações ao final dos respectivos exercícios sociais.

	2016	2017	2018
Lucro líquido do exercício (R\$ mil)	(1.936)	(1.919)	14.369
Número de ações (mil)	78.506	78.506	78.506
Lucro líquido por ação (R\$)	(0,02)	(0,02)	0,18

(b) dividendo e juros sobre capital próprio distribuídos nos 3 exercícios anteriores.

	2016	2017	2018
Dividendos distribuídos (R\$ mil)	3.759	-	-
Juros sobre capital próprio (R\$ mil)	-	-	-
Número de ações (mil)	78.506	78.506	78.506
Valor Bruto por ação (R\$)	0,04	-	-

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal:

(a) informação sobre o montante destinado à reserva legal.

Nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, a Administração propõe a destinação de R\$718 mil para Reserva Legal, montante equivalente a 5% do lucro líquido apurado pela Companhia no exercício de 2018.

(b) detalhes sobre a forma de cálculo da reserva legal.

Cálculo da Reserva Legal	
Valor do lucro líquido da Companhia no Exercício	R\$14.369 mil
Percentual do lucro líquido destinado à Reserva Legal*	5%
Valor destinado à Reserva Legal	R\$718 mi

* Nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76

9. Caso a Companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos, informações sobre:

(a) a forma de cálculo dos dividendos fixos ou mínimos.

Não aplicável, uma vez que a Companhia somente possui ações ordinárias.

(b) se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos.

Não aplicável, uma vez que a Companhia somente possui ações ordinárias.

(c) se eventual parcela não paga é cumulativa.

Não aplicável, uma vez que a Companhia somente possui ações ordinárias.

(d) o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais.

Não aplicável, uma vez que a Companhia somente possui ações ordinárias.

(e) os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe.

Não aplicável, uma vez que a Companhia somente possui ações ordinárias.

10. Em relação ao dividendo obrigatório:

(a) descrever a forma de cálculo prevista no estatuto.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 4 de maio de 2011, o dividendo mínimo obrigatório da Companhia foi alterado para 25% do lucro líquido, concomitantemente à adaptação do Estatuto Social às regras constantes do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA.

(b) informar se e ele está sendo pago integralmente.

Conforme indicado no item 2 acima, a Administração propõe que a totalidade do resultado do último exercício social seja integralmente destinado à Reserva Legal e à Reserva de Lucros a Realizar. Dessa forma, não houve distribuição de dividendos ou juros sobre capital próprio com base no lucro líquido apurado pela Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

(c) informar o montante eventualmente retido.

Conforme indicado no item 2 acima, a Administração propõe que a totalidade do resultado do último exercício social seja integralmente destinado à Reserva Legal e à Reserva de Lucros a Realizar. Dessa forma, não houve distribuição de dividendos ou juros sobre capital próprio com base no lucro líquido apurado pela Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia, fornecer:

(a) o montante da retenção.

Não aplicável.

.

(b) descrição, pormenorizada, da situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos.

Não aplicável.

(c) justificativa da retenção dos dividendos.

Não aplicável.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências, informar:

(a) o montante destinado à reserva.

Não aplicável.

(b) a perda considerada provável e sua causa.

Não aplicável.

(c) a explicação de porque a perda foi considerada provável.

Não aplicável.

(d) a justificativa da constituição da reserva.

Não aplicável.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar, informar:

(a) o montante destinado à reserva de lucros a realizar.

Conforme mencionado no item 2 acima, o valor destinado à reserva de lucros a realizar é de R\$13.651 mil.

(b) a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva.

Os lucros não realizados decorrem exclusivamente do reconhecimento contábil do ganho oriundo do trânsito em julgado de ação indenizatória de ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins e equivalência patrimonial, que não compõe parcela realizada do lucro líquido do exercício. Por tal motivo, a Administração propõe a destinação do resultado destas operações para reserva de lucros a realizar, conforme previsto no artigo 197 da Lei 6.404/76. A criação desta reserva justifica-se na medida em que a realização do lucro deste ganho ocorrerá em exercícios futuros.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias, fornecer:

(a) descrição das cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva.

Não aplicável.

(b) o montante destinado à reserva.

Não aplicável.

(c) descrição da forma de cálculo do montante.

Não aplicável.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital:

(a) identificar o montante da retenção.

Não aplicável.

(b) fornecer cópia do orçamento de capital.

Não aplicável.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais, fornecer:

(a) o montante destinado à reserva.

Não aplicável.

(b) explicação da natureza da destinação.

Não aplicável.

ANEXO E
PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE CAPITAL PARA O EXERCÍCIO SOCIAL DE 2019

A Administração da Technos S.A., apresenta a proposta de orçamento de capital para o exercício social de 2019:

Technos S.A.

Em R\$ Mil	
Recursos próprios/terceiros	15.822
Fontes	15.822
Investimentos em projetos	835
Veículos	1.545
Móveis e Utensílios	1.002
Quiosques, Outlets, Lojas Próprias e Sites	3.080
Máquinas, Ferramentas e Instalações	4.513
Outros	4.848
Aplicações	15.822

1 – Investimentos em projetos representam a estimativa da administração dos valores a serem despendidos para a aceleração dos projetos.

2 – Veículos representam investimentos na renovação da frota da equipe comercial.

3 – Móveis e utensílios representam principalmente materiais de ponto de venda, como displays, torres, pés de galinha, dentre outros.

4 – Quiosques, Outlets, Lojas Próprias e Sites representam os investimentos necessários para suportar nosso crescimento nos canais Franquias e B2C.

5 – Máquinas e Equipamentos representam principalmente aquisições de bens que visam a melhoria da nossa qualidade.

6 – Outros representam principalmente investimentos em tecnologia, hardware e software, bem como em marcas e patentes.

ANEXO F

PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

(CONFORME ART. 12 DA ICVM 481/09 E ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA ICVM 480/09)

Valor global destinado à remuneração dos administradores

Para o exercício de 2019, a Companhia propõe o montante global de até R\$11.392.317 (onze milhões, trezentos e noventa e dois mil, trezentos e dezessete reais), para a remuneração dos administradores da Companhia.

13.1. Política e prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos

a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Nossa política de remuneração tem como objetivo compensar adequadamente nossa administração, de forma proporcional: (i) ao mérito individual e coletivo no atingimento de resultados; (ii) às responsabilidades; e (iii) à contribuição de cada um para a nossa evolução. Buscamos também alinhar a remuneração de forma geral, com a criação de valor para nós e nossos Acionistas, e balizamos nossa política pelas práticas de mercado para assegurar nossa capacidade de atrair e reter talentos.

Não há políticas de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária ou de outros órgãos de gestão formalmente aprovadas. A prática de remuneração adotada é baseada nas diretrizes definidas no Estatuto Social e tem como referência as médias do mercado. No caso da diretoria, prevalece o princípio da meritocracia, com previsão de pagamento de parcela de remuneração variável atrelada a metas estabelecidas.

b. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Conselho de Administração

Nesta data, os membros do nosso Conselho de Administração fazem jus à remuneração fixa mensal.

Diretoria

A remuneração de nossa Diretoria é composta por três elementos com os seguintes objetivos:

(i) *Remuneração fixa*: paga mensalmente, com o objetivo de refletir a responsabilidade de cada cargo e acompanhar parâmetros de remuneração observados no mercado. Inclui benefícios diversos, tais como seguro de vida e assistência médica;

(ii) *Remuneração variável anual*: paga anualmente sob a forma de participação nos lucros e resultados, com o objetivo de premiar o atingimento de metas pré-estabelecidas no início de cada exercício. Inclui objetivos no âmbito da nossa Companhia, na área de responsabilidade do Administrador, e individuais; e

(iii) *Remuneração variável de longo prazo*: paga sob a forma de plano de opção de compra de ações de nossa emissão, com o objetivo de alinhar a remuneração do Administrador à geração de valor no longo prazo para os Acionistas e de reter esses profissionais.

Conselho Fiscal

Nesta data, não possuímos um Conselho Fiscal instalado.

Comitês

Nesta data, não possuímos qualquer comitê instalado.

ii. em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

No caso do nosso conselho de Administração, 100% da remuneração é fixa.

No caso da Diretoria, não há um percentual pré-estabelecido para cada um dos elementos, sendo que a proporção de cada elemento na remuneração total percebida por nossos Diretores pode variar em função da natureza da remuneração com base na participação nos lucros e resultados e no plano de opção de compra de ações. Nos 3 últimos exercícios sociais, 2016 e 2017, a remuneração fixa correspondeu a 100% da remuneração total, uma vez que a Companhia não distribuiu PLR devido ao não atingimento de metas.

Este subitem não se aplica ao Conselho Fiscal e aos comitês, tendo em vista que, nesta data, tais órgãos não foram instalados.

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Conselho de Administração

Os membros do nosso Conselho de Administração recebem atualmente remuneração fixa mensal sem qualquer critério ou reajuste pré-definido.

Diretoria

Remuneração Fixa: é reajustada anualmente conforme as convenções coletivas de trabalho. Além disso, esses valores de remuneração são comparados periodicamente com o mercado, observando o porte, setor e estrutura de cargos de companhias comparáveis, de forma que se possa aferir a nossa competitividade e avaliar a eventual necessidade de se realizar reajuste.

Remuneração variável anual: a remuneração variável anual é paga sob forma de participação nos lucros e resultados, conforme programa aprovado a cada dois anos junto às entidades sindicais relevantes em cada Estado onde mantemos um estabelecimento. O programa define a estrutura básica para determinar o montante a ser distribuído, sendo que este montante é sempre um múltiplo da remuneração de cada Diretor. Esse múltiplo, por sua vez, é determinado pela faixa de possibilidades de cada cargo e a nota obtida por cada Diretor. As notas de cada Diretor são uma combinação do resultado da Companhia, do resultado individual sempre medindo o resultado real contra uma meta. As metas são definidas no início de cada exercício social e monitoradas mensalmente em reuniões específicas de avaliação de desempenho.

Remuneração variável de longo prazo: a remuneração variável de longo prazo é paga sob a forma de plano de opção de compra de ações de nossa emissão. O reajuste dos termos dessa remuneração segue parâmetros que constam do referido plano, que por sua vez é aprovado em Assembleia Geral. A outorga de opções para cada indivíduo é feita por meio de programas específicos aprovados pelo Conselho de Administração, na qual também são definidas importantes características destas opções, tais como preço de exercício e forma de reajuste do preço.

Este subitem não se aplica ao Conselho Fiscal e aos Comitês, tendo em vista que estes órgãos não foram instalados.

iv. razões que justificam a composição da remuneração.

A composição da nossa remuneração tem como princípio a meritocracia, que é o principal vetor da nossa política de remuneração. A existência dos três componentes e a forma pela qual esses componentes são calculados e reajustados ajudam a garantir a recompensa justa pelo desempenho e o alinhamento de interesses entre os Administradores, com nossos Acionistas no curto, médio e longo prazo.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Remuneração variável anual: a remuneração variável anual utiliza indicadores de desempenho objetivamente definidos desde o início de cada exercício social. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, o indicador usado para avaliação do nosso resultado foi: (i) o EBITDA – Custo do Capital de Giro. Esse é o mesmo indicador vigente para o exercício social corrente. Os indicadores usados para avaliação do resultado de cada departamento variam dependendo das atividades desempenhadas por cada um deles, mas são também definidos objetivamente ao início de cada exercício social. Os indicadores usados para avaliação são os valores da nossa Companhia, conceitos imutáveis que norteiam a nossa conduta como empresa e devem estar presentes nas ações do dia a dia de cada profissional. Nossos valores são: Gente, Ética, Empreendedorismo, Qualidade, Meritocracia e Dono do Negócio. Avaliamos também o conceito de Liderança, conforme desempenhado por cada um dos Diretores.

Remuneração variável de longo prazo: a remuneração variável de longo prazo é baseada no preço de nossas ações. Anteriormente à nossa abertura de capital, esse preço era determinado em função de um múltiplo do nosso lucro líquido. Após nossa abertura de capital, esse preço passou a ser determinado pelo preço de mercado de nossas ações.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Remuneração variável anual: nossas metas são estruturadas em três níveis: empresa, departamento e indivíduo. O objetivo dessa estrutura é garantir tanto o atingimento de resultados concretos para os Acionistas quanto a *performance* diferenciada dentro de cada equipe e individualmente.

Todas as metas são definidas de forma objetiva no início de cada exercício social, de forma que os resultados obtidos acima das metas estabelecidas ensejam um aumento na remuneração variável anual, assim como resultados abaixo das metas estabelecidas ensejam uma redução ou mesmo eliminação da remuneração variável anual. Possuímos uma rotina mensal de reuniões de avaliação de desempenho com Diretores e Gerentes, onde avaliamos a *performance* de cada um em relação a cada meta estabelecida. Além disso, compartilhamos mensalmente com nosso Conselho de Administração a *performance* de cada Diretor e Gerente.

Remuneração variável de longo prazo: nossa remuneração variável de longo prazo reflete naturalmente a criação de valor na nossa Companhia, por estar ligada diretamente ao preço de nossas ações.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

O alinhamento de interesses no curto prazo ocorre por meio da remuneração fixa, que é dimensionada de forma proporcional à responsabilidade de cada profissional e leva em conta parâmetros de mercado a fim de garantir a retenção de nossos talentos.

O alinhamento de interesses de médio prazo ocorre por meio da remuneração variável anual, já que a mesma está ligada a objetivos claramente definidos para cada exercício social e representa um valor bastante significativo da remuneração total anual.

O alinhamento de interesses de longo prazo ocorre por meio da remuneração variável de longo prazo, mediante a outorga de opções de compra de ações de nossa emissão. Por meio destes planos de opção de compra de ações, nossos profissionais passam a se beneficiar diretamente da valorização das nossas ações.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Nossa remuneração fixa e variável anual é suportada quase integralmente pela nossa controlada TASA. Para informações consolidadas sobre remuneração fixa e variável, veja o item 13.16 deste Formulário de Referência.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia

Nos termos dos programas de opção de compras de ações aprovados até esta data, na ocorrência de operações que resultem na transferência do nosso controle acionário, os beneficiários de tais planos têm o direito de vender suas ações já adquiridas na mesma proporção e nos mesmos termos do controlador.

h. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

O Conselho de Administração elabora a proposta de remuneração para os próprios conselheiros e para a diretoria, apresentando para aprovação da assembleia de acionistas o valor máximo a ser destinado no novo exercício social para tais remunerações. Na data deste Formulário de Referência, nossa Companhia não contava com comitês que participassem no processo decisório para definição da remuneração individual do Conselho de Administração, bem como da Diretoria.

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

Realizamos uma comparação com posições semelhantes no mercado, considerando também a remuneração de outras empresas nas quais nossos conselheiros atuam. Não há, no entanto, a elaboração de estudos formais para a verificação das práticas de mercado com relação a tais remunerações. A remuneração individual dos administradores considera sua formação e experiência profissional, conforme as expectativas de mercado, as responsabilidades do cargo e é readequada quando o conselho de administração avalia ser necessário, considerando também a contribuição que o administrador tem prestado para a nossa Companhia.

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

Ainda que não exista uma política formal de remuneração, o Conselho de Administração avalia a adequação do modelo utilizado e dos valores definidos anualmente.

13.2 Remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

O número de membros de cada órgão apresentado nas tabelas abaixo corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.

Exercício Social Corrente (2019)	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros (efetivos)	5,0	6,0	-	11,0
Remuneração Fixa Anual				
Salário / Pró-labore	1.500.000	2.824.216	-	4.324.216
Benefícios Diretos e Indiretos	-	-	-	-
Participação em Comitês	-	-	-	-
Outros	300.000	2.038.254	-	2.338.254
Remuneração Variável				
Bônus	-	-	-	-
Participação de Resultados	-	2.129.847	-	2.129.847
Participação em Reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros (Encargos Trabalhistas)	-	-	-	-
Benefícios Pós-Emprego	-	-	-	-
Benefícios pela Cessação do Exercício do Cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações	-	2.600.000	-	2.600.000
Total da remuneração	1.800.000	9.592.317	-	11.392.317

Exercício Social de 2018	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros (efetivos)	3	5,4	-	8,4
Remuneração Fixa Anual				
Salário / Pró-labore	899.667	2.700.024	-	3.599.691
Benefícios Diretos e Indiretos	-	-	-	0
Participação em Comitês	-	-	-	-
Outros	180.000	3.228.977	-	3.408.977
Remuneração Variável				-
Bônus	-	-	-	-
Participação de Resultados	-	-	-	-
Participação em Reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	0
Outros (Encargos Trabalhistas)	-	-	-	-
Benefícios Pós-Emprego	-	-	-	0
Benefícios pela Cessação do Exercício do Cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações	-	1.607.000	-	1.607.000
Total da remuneração	1.079.667	7.536.000	-	8.615.667

Exercício Social de 2017	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros (efetivos)	4,0	5,0	-	9,0
Remuneração Fixa Anual				
Salário / Pró-labore	1.005.000	2.212.668	-	3.217.668
Benefícios diretos e indiretos	-	-	-	-
Participação em Comitês	-	-	-	-
Outros (Encargos Trabalhistas)	-	2.833.332	-	2.833.332
Remuneração Variável				
Bônus	-	-	-	-
Participação de resultados	-	-	-	-
Participação em Reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros (Encargos Trabalhistas)	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações	-	2.037.000	-	2.037.000
Total da remuneração	1.005.000	7.083.000	-	8.088.000

Exercício Social de 2016	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	5,0	6,0	-	11,0
Remuneração Fixa Anual				
Salário / Pró-labore	960.068	2.751.627	-	3.711.694
Benefícios diretos e indiretos	-	-	-	-
Participação em Comitês	-	-	-	-
Outros (Encargos Trabalhistas)	-	3.011.838	-	3.011.838
Remuneração Variável				
Bônus	-	-	-	-
Participação de resultados	-	-	-	-
Participação em Reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações	-	2.999.000	-	2.999.000
Total da remuneração	960.068	8.762.465	-	9.722.533

13.3. Remuneração variável dos últimos exercícios sociais e prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

O número de membros de cada órgão apresentado nas tabelas a seguir corresponde ao número de Diretores e Conselheiros a quem foi atribuída remuneração variável, para o exercício social corrente e para cada exercício encerrado em 31 de dezembro nos anos abaixo indicados.

Exercício Social (2019)	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	5,0	6,0	-	11,0
Bônus (em R\$)				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	-	-	-	-
Participação no resultado (em R\$)		2.129.847		2.129.847
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	0	-	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	2.129.847	-	2.129.847
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	-	2.129.847	-	2.129.847
Total da remuneração variável prevista (em R\$)	-	2.129.847	-	2.129.847

Exercício Social de 2018	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	3,0	5,4	-	8,4
Bônus (em R\$)				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	-	-	-	-
Participação no resultado (em R\$)	-	-		-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	-	-	-	-
Total da remuneração variável prevista (em R\$)	-	-	-	-

Exercício Social de 2017	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	4,0	5,0	-	9,0
Bônus (em R\$)				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	-	-	-	-
Participação no resultado (em R\$)	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	-	-	-	-
Total da remuneração variável prevista (em R\$)	-	-	-	-

Exercício Social de 2016	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	5,0	6,0	-	11,0
Bônus (em R\$)				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	-
Participação no resultado (em R\$)	-	1.985.031	-	1.985.031
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	0	-	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	1.985.031	-	1.985.031
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	-	1.985.031	-	1.985.031
Total da remuneração variável (em R\$)	-	1.985.031	-	1.985.031

13.4. Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente

a. termos e condições gerais

Em 26 de dezembro de 2008, os nossos Acionistas, reunidos em Assembleia Geral Extraordinária, aprovaram as diretrizes gerais nosso plano de opção de compra de ações (“Plano de 2008”), conforme aditado posteriormente na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de abril de 2012.

O Plano de 2008 possui os seguintes parâmetros principais:

(i) *Objetivo*: obter maior alinhamento dos interesses dos nossos Administradores com os interesses dos nossos Acionistas;

(ii) *Beneficiários*: os membros da Diretoria, do Conselho de Administração, gerentes e *controllers* da nossa Companhia e de nossas controladas (“Beneficiários”);

(iii) *Quantidade de ações incluídas no plano*: opção de compra sobre 3.795.367 ações, considerando o grupamento de ações ocorrido em 31 de maio de 2011 e a alteração ao Plano de 2008 aprovada na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 26 de abril de 2012;

(iv) *Administração do plano*: competência do Conselho de Administração, com amplos poderes para organizar e administrar o Plano de 2008 e outorgar as opções por meio de programas de opção de compra de ações (“Programas”), nos quais serão definidos os beneficiários, o número total de ações objeto de cada outorga, o preço de exercício, a forma de pagamento, os prazos de exercício, os termos e condições para alienação das ações decorrentes do exercício das opções, e os termos e condições referentes a casos de desligamento, falecimento ou invalidez do beneficiário; e

(v) *Extinção*: na hipótese de dissolução, transformação, incorporação, fusão, cisão ou reorganização nos envolvendo e não sendo nós a sociedade remanescente após a operação, todas as opções concedidas serão extintas, exceto se o Conselho de Administração aprovar a antecipação do prazo final de exercício do Plano de 2008 ou a permanência do Plano de 2008 na sociedade sucessora.

Posteriormente à implementação de cada Programa, o Conselho de Administração deverá determinar a celebração, entre nós e os beneficiários do Plano de 2008, de um contrato de outorga de opção de compra de ações, formalizando a outorga e definindo quaisquer outros termos e condições que não estejam em desacordo com o Plano de 2008 ou o respectivo Programa.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 26 de abril de 2012, foi aprovado novo plano de opção de compra de ações (“Plano de 2012”). O Plano de 2012 contém características similares ao Plano de 2008.

O Plano de 2012 possui os seguintes parâmetros principais:

(i) *Objetivo*: obter maior alinhamento dos interesses dos nossos Administradores com os interesses dos nossos Acionistas, possibilitando aos gestores, a oportunidade para que os mesmos aumentem suas respectivas participações acionárias na Companhia, ou tornem-se acionistas da Companhia;

(ii) *Beneficiários*: os membros da Diretoria, do Conselho de Administração, gerentes, coordenadores, além de outros funcionários que participem da gestão (em casos específicos a serem definidos pelo Conselho de Administração) da Companhia e de sociedades controladas pela Companhia (“Beneficiários”);

(iii) *Quantidade de ações incluídas no plano 01/2012*: opção de compra sobre 2.500.000 (dois milhões e quinhentos mil) ações ordinárias de emissão da Companhia (“Opção” ou “Opções”).

(iv) *Administração do plano*: competência do Conselho de Administração, com amplos poderes para organizar e administrar o Plano de 2012, respeitando os termos e limites, e outorgar as opções por meio de programas de opção de compra de ações (“Programas”), nos quais serão definidos os beneficiários, o número total de ações objeto de cada outorga, o preço de exercício, a forma de pagamento, os prazos de

exercício, os termos e condições para alienação das ações decorrentes do exercício das opções, e os termos e condições referentes a casos de desligamento, falecimento ou invalidez do beneficiário; e

(v) *Extinção*: poderá ser extinto, por decisão da Assembleia Geral da Companhia, após o exercício (ou caducidade) de todas as opções outorgadas no âmbito dos mesmos, e, na hipótese de dissolução, transformação, incorporação, fusão, cisão ou reorganização nos envolvendo e não sendo nós a sociedade remanescente após a operação, todas as opções concedidas serão extintas, exceto se o Conselho de Administração aprovar a antecipação do prazo final de exercício do Plano de 2012 ou a permanência do Plano de 2012 na sociedade sucessora.

Em 23 de outubro de 2014, os nossos Acionistas, reunidos em Assembleia Geral Extraordinária, aprovaram as diretrizes gerais de dois planos de opção de compra de ações (“Plano 01/2014”) e (“Plano 02/2014”).

Os Planos de 2014 possuem os seguintes parâmetros principais:

(i) *Objetivo*: obter maior alinhamento dos interesses dos nossos Administradores com os interesses dos nossos Acionistas;

(ii) *Beneficiários*: os membros da Diretoria, do Conselho de Administração, gerentes, coordenadores e *controllers* da nossa Companhia e de nossas controladas (“Beneficiários”);

(iii) *Quantidade de ações incluídas no plano 01/2014*: opção de compra sobre 1.200.000 (um milhão e duzentas mil) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia (“Opção” ou “Opções”). As opções outorgadas a cada um dos Beneficiários serão divididas e, 2 (dois) lotes, sendo o primeiro lote de 480.000 (quatrocentas e oitenta mil) ações (“Primeiro Lote”) e o segundo lote de 720.000 (setecentas e vinte mil) ações (“Segundo Lote”), os quais estarão sujeitas ao cumprimento das condições, regras e metas estabelecidas nos respectivos programas.

(iv) *Quantidade de ações incluídas no plano 02/2014*: opção de compra sobre 800.000 (oitocentos mil) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia (“Opção” ou “Opções”). As opções outorgadas a cada um dos Beneficiários serão divididas e, 2 (dois) lotes, sendo o primeiro lote de 400.000 (quatrocentas mil) ações (“Primeiro Lote”) e o segundo lote de 400.000 (quatrocentas mil) ações (“Segundo Lote”), os quais estarão sujeitas ao cumprimento das condições, regras e metas estabelecidas nos respectivos programas.

(iv) *Administração do plano*: competência do Conselho de Administração, com amplos poderes para organizar e administrar os Planos de 2014 e outorgar as opções por meio de programas de opção de compra de ações (“Programas”), nos quais serão definidos os beneficiários, o número total de ações objeto de cada outorga, o preço de exercício, a forma de pagamento, os prazos de exercício, os termos e condições para alienação das ações decorrentes do exercício das opções, e os termos e condições referentes a casos de desligamento, falecimento ou invalidez do beneficiário; e

(v) *Extinção*: poderá ser extinto, por decisão da Assembleia Geral da Companhia, após o exercício (ou caducidade) de todas as opções outorgadas no âmbito dos mesmos, e, na hipótese de dissolução, transformação, incorporação, fusão, cisão ou reorganização nos envolvendo e não sendo nós a sociedade remanescente após a operação, todas as opções concedidas serão extintas, exceto se o Conselho de Administração aprovar a antecipação do prazo final de exercício dos Planos de 2014 ou a permanência dos Planos de 2014 na sociedade sucessora.

Posteriormente à implementação de cada Programa, o Conselho de Administração deverá determinar a celebração, entre a Companhia e os beneficiários dos Planos de 2014, de contrato de outorga de opção de compra de ações, formalizando a outorga e definindo quaisquer outros termos e condições que não estejam em desacordo com os respectivos Planos de 2014 ou o(s) respectivo(s) Programa(s).

Após a aprovação dos Planos, Plano 01/2014 e Plano 02/2014, ainda não foram aprovados os Programas relacionados aos mesmos.

Em 7 de julho de 2015, os nossos Acionistas, reunidos em Assembleia Geral Extraordinária, aprovaram as diretrizes gerais de dois planos de opção de compra de ações (“Plano 01/2015”) e (“Plano 02/2015”).

Os Planos de 2015 possuem os seguintes parâmetros principais:

(i) *Objetivo*: obter maior alinhamento dos interesses dos nossos Administradores com os interesses dos nossos Acionistas, concedendo, aos colaboradores, de forma meritocrática, a oportunidade para que os mesmos aumentem suas respectivas participações acionárias na Companhia, ou tornem-se acionistas da Companhia.

(ii) *Beneficiários*: os membros da Diretoria, do Conselho de Administração, gerentes, coordenadores e *controllers* da nossa Companhia e de nossas controladas (“Beneficiários”);

(iii) *Quantidade de ações incluídas no plano 01/2015*: opção de compra sobre 1.500.000 (um milhão e quinhentos mil) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia (“Opção” ou “Opções”).

(iv) *Quantidade de ações incluídas no plano 02/2015*: opção de compra sobre 1.700.000 (um milhão e setecentos mil) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia (“Opção” ou “Opções”).

(v) *Administração do plano*: competência do Conselho de Administração, com amplos poderes para organizar e administrar os Planos de 2015 e outorgar as opções por meio de programas de opção de compra de ações (“Programas”), nos quais serão definidos os beneficiários, o número total de ações objeto de cada outorga, o preço de exercício, a forma de pagamento, os prazos de exercício, os termos e condições para alienação das ações decorrentes do exercício das opções, e os termos e condições referentes a casos de desligamento, falecimento ou invalidez do beneficiário; e

(vi) *Extinção*: poderá ser extinto, por decisão da Assembleia Geral da Companhia, após o exercício (ou caducidade) de todas as opções outorgadas no âmbito dos mesmos, e, na hipótese de dissolução, transformação, incorporação, fusão, cisão ou reorganização nos envolvendo e não sendo nós a sociedade remanescente após a operação, todas as opções concedidas serão extintas, exceto se o Conselho de Administração aprovar a antecipação do prazo final de exercício dos Planos de 2015 ou a permanência dos Planos de 2015 na sociedade sucessora.

Em 29 de abril de 2016, os nossos Acionistas, reunidos em Assembleia Geral Extraordinária, aprovaram as diretrizes gerais do plano de opção de compra de ações (“Plano 01/2016”).

O Plano de 2016 possui os seguintes parâmetros principais:

(i) *Objetivo*: obter maior alinhamento dos interesses dos nossos Administradores com os interesses dos nossos Acionistas, concedendo, aos colaboradores, de forma meritocrática, a oportunidade para que os mesmos aumentem suas respectivas participações acionárias na Companhia, ou tornem-se acionistas da Companhia.

(ii) *Beneficiários*: o conselheiro na época José Afonso Alves Castanheira (“Beneficiário”);

(iii) *Quantidade de ações incluídas no plano 01/2016*: opção de compra sobre 500.000 (quinhentos mil) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia (“Opção” ou “Opções”).

(iv) *Administração do plano*: competência do Conselho de Administração, com amplos poderes para organizar e administrar o Plano de 2016 e outorgar as opções por meio de programas de opção de compra de ações (“Programas”), nos quais serão definidos os beneficiários, o número total de ações objeto de cada outorga, o preço de exercício, a forma de pagamento, os prazos de exercício, os termos e condições para alienação das ações decorrentes do exercício das opções, e os termos e condições referentes a casos de desligamento, falecimento ou invalidez do beneficiário; e

(v) *Extinção*: poderá ser extinto, por decisão da Assembleia Geral da Companhia, após o exercício (ou caducidade) de todas as opções outorgadas no âmbito dos mesmos, e, na hipótese de dissolução, transformação, incorporação, fusão, cisão ou reorganização nos envolvendo e não sendo nós a sociedade remanescente após a operação, todas as opções concedidas serão extintas, exceto se o

Conselho de Administração aprovar a antecipação do prazo final de exercício do Planos de 2016 ou a permanência do Plano de 2016 na sociedade sucessora.

Desde a aprovação do Plano de 2008, já aprovamos sete Programas, conforme segue:

(i) *Primeiro Programa*: em 26 de dezembro de 2008, foi deliberada a emissão de 4.426.239 novas ações ordinárias sem valor nominal, referentes ao primeiro Programa do Plano de 2008. Considerando o grupamento de ações ocorrido em 31 de maio de 2011, isto representa 2.213.119 novas ações.

(ii) *Segundo Programa*: em 13 de fevereiro de 2009, foi deliberada a emissão de 1.364.497 novas ações ordinárias sem valor nominal, referentes ao segundo Programa do Plano de 2008. Considerando o grupamento de ações ocorrido em 31 de maio de 2011, isto representa 682.248 novas ações.

(iii) *Terceiro Programa*: em 29 de abril de 2011, foi deliberada a emissão de 200.000 novas ações ordinárias sem valor nominal, referentes ao terceiro Programa do Plano de 2008. Considerando o grupamento de ações ocorrido em 31 de maio de 2011, isto representa 100.000 novas ações

(iv) *Quarto Programa*: em 29 de abril de 2011, foi deliberada a emissão de 600.000 novas ações ordinárias sem valor nominal, referentes ao quarto Programa do Plano de 2008. Considerando o grupamento de ações ocorrido em 31 de maio de 2011, isto representa 300.000 novas ações.

(v) *Quinto Programa*: em 1 de junho de 2011, foi deliberada a emissão de 100.000 novas ações ordinárias sem valor nominal referentes ao quinto Programa do Plano de 2008.

(vi) *Sexto Programa*: em 1 de junho de 2011, foi deliberada a emissão de 300.000 novas ações ordinárias sem valor nominal, referentes ao sexto Programa do Plano de 2008.

(vii) *Sétimo Programa*: em 1 de junho de 2011, foi deliberada a emissão de 100.000 novas ações ordinárias sem valor nominal, referentes ao sétimo Programa do Plano de 2008.

Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 26 de abril de 2012, foi aprovada a alteração do Plano de 2008 para reduzir a quantidade de ações abrangidas para 3.795.367. Esse valor é equivalente ao valor já aprovado nos sete Programas acima descritos, de forma que não haverá mais a possibilidade de concessão de novos Programas no âmbito do Plano de 2008.

Nessa mesma Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária também foi aprovado novo plano de opção de compra de ações ("Plano de 2012", e em conjunto com o Plano de 2008, os "Planos"), totalizando 2.500.000 ações disponíveis para outorga. O Plano de 2012 contém características similares ao Plano de 2008, porém abrange não só os membros da Diretoria, do Conselho de Administração, gerentes e controllers, mas também coordenadores e outros gestores Companhia.

Desde a aprovação do Plano de 2012, já aprovamos três Programas, conforme segue:

(i) *Primeiro Programa*: em 30 de abril de 2012, foi deliberada a emissão de 1.122.500 novas ações ordinárias sem valor nominal, referentes ao primeiro Programa do Plano de 2012, o qual abrange apenas gerentes e coordenadores da Companhia;

(ii) *Segundo Programa*: em 17 de janeiro de 2013, foi deliberada a emissão de 600.000 novas ações ordinárias sem valor nominal, referentes ao segundo Programa do Plano de 2012; e

(iii) *Terceiro Programa*: em 15 de abril de 2013, foi deliberada a emissão de 340.000 novas ações ordinárias sem valor nominal, referentes ao segundo Programa do Plano de 2012, o qual abrange apenas gerentes e coordenadores da Companhia.

Desde a aprovação dos Planos de 2014, ainda não foram aprovados os Programas relacionados aos mesmos.

Desde a aprovação dos Planos de 2015, já aprovamos três Programas, conforme segue:

(i) *Primeiro Programa do Plano 01/2015 e Primeiro e Segundo Programa do Plano 02/2015*: em 07 de julho de 2015, foi deliberada a emissão de 3.200.000 novas ações ordinárias sem valor nominal.

(ii) *Terceiro Programa do Plano 02/2015*: em 16 de junho de 2016, foi deliberada a emissão de 250.000 novas ações ordinárias sem valor nominal.

Desde a aprovação dos Planos de 2016, já aprovamos um Programa, conforme segue:

(i) *Primeiro Programa do Plano 01/2016*: em 16 de junho de 2016, foi deliberada a emissão de 500.000 novas ações ordinárias sem valor nominal.

No exercício de 2017, não realizamos aprovação de Planos.

b. principais objetivos do plano

Os principais objetivos dos Planos são: (i) obter um maior alinhamento dos interesses dos Beneficiários com os interesses dos Acionistas; (ii) motivar os Beneficiários a buscarem a geração de valor no longo prazo; (iii) remunerar de forma meritocrática esses resultados; e (iv) auxiliar na atração e retenção de talentos.

c. forma como o plano contribui para esses objetivos

Ao conceder a oportunidade aos Beneficiários de tornarem-se nossos Acionistas, fazemos com que os benefícios financeiros percebidos por nossos Acionistas também sejam percebidos diretamente pelos Beneficiários. Assim, os Planos complementam a remuneração variável anual dos Beneficiários ao incentivar esta visão de longo prazo, já que os benefícios financeiros dos Planos e dos Programas tendem a se concretizar após anos. Além disso, os Planos ajudam a intensificar o comprometimento dos Beneficiários conosco, por poderem se considerar também Acionistas e não apenas nossos executivos.

d. como o plano se insere na política de remuneração da Companhia

Nossos Planos fazem parte da política de remuneração dos Beneficiários. A concessão de outorgas para beneficiários específicos segue a diretriz da meritocracia, e as outorgas são aprovadas pelo nosso Conselho de Administração com base na obtenção consistente de resultados positivos. Dessa forma, os Planos servem como importante instrumento incentivador do bom desempenho individual e do comprometimento com as nossas metas empresariais.

e. como o plano alinha os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo

Os Planos alinham os interesses dos Beneficiários, nossos e de nossos Acionistas por meio de benefícios de acordo com o desempenho das ações de nossa emissão. Por meio dos Planos, buscamos estimular a melhoria na nossa gestão e a permanência dos Beneficiários, visando ganhos pelo comprometimento com os resultados de longo prazo e com o desempenho de curto prazo. Além disso, os Planos buscam nos auxiliarem na retenção de talentos, incentivando o trabalho consistente de longo prazo e evitando discontinuidades na gestão.

f. número máximo de ações abrangidas

O Plano de 2008 abrange, no máximo, 3.795.367 ações, considerando o grupamento de ações ocorrido em 31 de maio de 2011 e a alteração ao Plano de 2008 aprovada na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 26 de abril de 2012. Esse valor é equivalente ao valor já aprovado nos sete Programas aprovados no âmbito do Plano de 2008 acima descritos, de forma que não haverá mais a possibilidade de concessão de novos Programas no âmbito do Plano de 2008.

O Plano de 2012, aprovado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, abrange, no máximo, 2.500.000 ações. Já foi aprovada a emissão de 2.062.500 novas ações ordinárias sem valor nominal, referentes ao Primeiro, Segundo e Terceiro Programas do Plano de 2012, sendo certo que o primeiro e

terceiro Programas abrangem somente gerentes e coordenadores da Companhia, enquanto o segundo Programa abrange somente membros de sua diretoria.

O Plano de 2014 abrange, no máximo, 2.000.000 ações, aprovada em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de outubro de 2014.

O Plano de 2015 abrange, no máximo, 3.200.000 ações, aprovada em Reunião de Conselho de Administração realizada em 08 de julho de 2015.

O Plano de 2016 abrange, no máximo 500.000 ações, aprovada em Reunião de Conselho de Administração realizada em 16 de junho de 2016.

g. número máximo de opções a serem outorgadas

Cada opção assegura ao Beneficiário o direito de adquirir uma ação ordinária de nossa emissão. Desta forma, a quantidade de opções outorgadas está atrelada ao número máximo de ações abrangidas, ou seja, 3.795.367 opções no Plano de 2008, considerando o grupamento de ações ocorrido em 31 de maio de 2011 e a alteração ao Plano de 2008 aprovada na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 26 de abril de 2012, e 2.500.000 opções no Plano de 2012.

O Plano de 2015 abrange, no máximo, 3.200.000 ações, aprovada em Reunião de Conselho de Administração realizada em 08 de julho de 2015.

O Plano de 2016 abrange, no máximo 500.000 ações, aprovada em Reunião de Conselho de Administração realizada em 16 de junho de 2016.

h. condições de aquisição de ações

Todos os Programas aprovados no âmbito do Plano de 2008 até esta data têm a aquisição de ações atrelada diretamente à remuneração variável e a dividendos recebidos pelos Beneficiários. Não há datas específicas de aquisição de lotes de ações, mas a obrigação de destinar um percentual mínimo da remuneração variável e a totalidade dos dividendos para o exercício das opções. Sendo assim, o exercício das opções por cada Beneficiário dependerá da remuneração variável anual por ele obtida e dos dividendos por ele recebidos.

O Beneficiário deverá, em até 10 dias úteis contados da data da compensação da remuneração variável e da data de pagamento dos dividendos, exercer suas opções, observando os percentuais mínimos definidos em cada Programa. Na hipótese de o Beneficiário não observar tais percentuais, a totalidade das opções outorgadas e não exercidas será extinta, sem que o Beneficiário tenha direito a qualquer indenização.

i. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Plano de 2008

O primeiro, o segundo, o terceiro e o quarto Programas aprovados no âmbito do Plano de 2008 têm preço de aquisição das ações equivalente a R\$2,00 por ação, devidamente corrigido, desde 8 de maio de 2008 até a data de exercício de cada opção, pela variação do IPCA acrescido de 7% ao ano, *pro rata temporis*.

O quinto, o sexto e o sétimo Programas aprovados no âmbito do Plano de 2008 têm preço de R\$4,52 por ação, devidamente corrigido, desde 24 de novembro de 2010 até a data de exercício de cada opção, pela variação do IPCA acrescido de 7% ao ano, *pro rata temporis*.

Plano de 2012

O Plano de 2012 estabelece que o preço de exercício será equivalente à média ponderada das cotações nos últimos 30 pregões antes de cada concessão, com até 10% de desconto determinado pelo Conselho de Administração. O preço de exercício de cada concessão será corrigido pela variação do IPCA acrescido de 3% ao ano, *pro rata temporis*.

O primeiro Programa aprovado no âmbito do Plano de 2012, que abrange apenas gerentes e coordenadores da Companhia, têm preço de aquisição de ações equivalente a R\$16,18 por ação, devidamente corrigido desde 26 de abril de 2012 até a data de exercício de cada opção, pela variação do IPCA acrescido de 3% ao ano, *pro rata temporis*.

O segundo Programa aprovado no âmbito do Plano de 2012, que abrange apenas membros da diretoria da Companhia, têm preço de aquisição de ações equivalente a R\$24,46 por ação, devidamente corrigido desde 17 de janeiro de 2013 até a data de exercício de cada opção, pela variação do IPCA acrescido de 3% ao ano, *pro rata temporis*.

O terceiro Programa aprovado no âmbito do Plano de 2012, o qual abrange apenas gerentes e coordenadores da Companhia, têm preço de aquisição de ações equivalente a R\$22,49 por ação, devidamente corrigido desde 15 de abril de 2013 até a data de exercício de cada opção, pela variação do IPCA acrescido de 3% ao ano, *pro rata temporis*.

Plano de 2014

Na data do exercício, o preço de emissão por ação, ou preço de compra das Ações, caso a Companhia opte por utilizar ações em tesouraria para fazer face ao exercício das Opções, a serem adquiridas pelos Beneficiários em decorrência do exercício da Opção, será de R\$ 12,00 (doze reais) por ação ("Preço de Exercício").

Plano de 2015

Os Planos de 2015 estabelecem que o preço de emissão por ação, ou preço de compra das Ações, caso a Companhia opte por utilizar ações em tesouraria para fazer face ao exercício das Opções, a serem adquiridas pelos Beneficiários em decorrência do exercício da Opção, será equivalente a média ponderada da cotação de fechamento da ação nos últimos 30 pregões, anterior a respectiva data de concessão, com até 10% de desconto.

Plano de 2016

O preço de emissão por ação, ou preço de compra das Ações, caso a Companhia opte por utilizar ações em tesouraria para fazer face ao exercício das Opções, a serem adquiridas pelos Beneficiários em decorrência do exercício da Opção, será de R\$ 4,45 (quatro reais e quarenta e cinco centavos), ("Preço de Exercício"), devidamente corrigido, desde a presente data até cada data de exercício da Opção, pela variação da taxa CDI.

j. critérios para fixação do prazo de exercício

Plano de 2008

Todos os Programas aprovados até esta data no âmbito do Plano de 2008 têm como prazo final de exercício o dia 8 de maio de 2015. O prazo de exercício está atrelado aos pagamentos de remuneração variável anual e de dividendos recebidos por cada beneficiário, assim como à decisão do percentual da remuneração variável anual que o beneficiário deseja destinar ao exercício das opções, respeitando sempre o percentual mínimo disposto em seu respectivo Programa. O prazo final de exercício de novos Programas será definido no momento de sua concessão.

Plano de 2012

O primeiro Programa, o segundo Programa e o terceiro Programa aprovados no âmbito do Plano de 2012 têm como prazo final: (i) o prazo específico previsto nos respectivos contratos firmados com cada beneficiário; e (ii) prazo extintivo de 30 de abril de 2019 e de 15 de abril de 2019, em relação ao terceiro Programa.

Plano de 2015

Os Lotes do Plano de 2015 estarão disponíveis para exercício anualmente, ao longo de 5 (cinco) anos, podendo estender-se até 7 (sete) anos, se atingida a condição descrita no item ("V") da cláusula 5.2 do

Plano de Opção de Compra de Ações – 01/2015 e 02/2015, e, e o direito de exercício de cada lote estará sujeito as condições detalhadas nesta mesma cláusula.

Plano de 2016

O plano de 2016 permanecerá em vigor pelo tempo em que o Beneficiário permanecer como administrador da Companhia e/ou de quaisquer de suas subsidiárias (diretas ou indiretas), ou enquanto existirem obrigações do Beneficiário a serem adimplidas, dos dois o maior.

k. forma de liquidação

Todos os Programas aprovados até esta data no âmbito do Plano de 2008 determinam a liquidação do exercício da opção de ações à vista, em moeda corrente, no ato de subscrição ou compra das ações correspondentes, dentro do prazo de até 10 dias úteis da compensação da remuneração variável anual e dos dividendos ao beneficiário. Os mesmos termos se aplicam ao Plano de 2012, 2015 e 2016, à exceção do prazo de até 10 dias úteis.

I. restrições à transferência das ações

Plano de 2008

Todos os Programas aprovados até esta data no âmbito do Plano de 2008 têm como destinatários apenas os membros da nossa Administração e de nossas controladas e estabelecem que: (i) enquanto permanecerem como administradores da nossa Companhia e de nossas controladas, não poderão vender, ceder, transferir ou alienar as ações de nossa emissão das quais são ou venham a ser titulares por meio do Plano; e (ii) não poderão onerar e instituir sobre as ações qualquer gravame que possa impedir a execução do disposto no Plano de 2008 e no seu respectivo Programa.

Será permitido ao Beneficiário, contudo, alienar ações de nossa emissão adquiridas por meio do Plano de 2008 mesmo durante o exercício do cargo de Administrador, nas seguintes hipóteses:

(i) *Alienação direta ou indireta de controle da nossa Companhia.* Nesse caso, o Beneficiário terá o direito de participar dessa alienação nos mesmos termos pactuados pela parte controladora, na proporção de sua participação no nosso capital social, sendo que as opções outorgadas e não exercidas poderão ser exercidas pelo Beneficiário;

(ii) *Alienação da totalidade da nossa Companhia.* Nesse caso, a parte controladora terá o direito de exigir que o Beneficiário aliene a totalidade de sua participação no nosso capital social nos mesmos termos pactuados pela parte controladora;

(iii) *Alienação de parcela do capital da nossa Companhia que não represente alienação de controle,* no caso do Primeiro Programa e do Segundo Programa aprovados no âmbito do Plano de 2008. Nesse caso, o Beneficiário terá o direito de participar dessa alienação nos mesmos termos pactuados pela parte controladora, na proporção de sua participação no nosso capital social; e

(iv) *Oferta pública inicial de ações da nossa Companhia.* Nesse caso, o Beneficiário poderá alienar um terço das ações de nossa emissão que detém, em três períodos consecutivos de seis meses contados a partir da data da oferta pública inicial, desde que observado o lock-up sobre nossas ações.

Plano de 2012

Já no caso do Primeiro Programa, do Segundo Programa e do Terceiro Programa aprovados no âmbito do Plano de 2012 e de demais futuros Programas concedidos sob o Plano de 2012, qualquer ação emitida terá um prazo de um ano de restrição à transferência a partir do respectivo exercício. Após esse prazo tal ação ficará livre para negociação.

Plano de 2015

As ações decorrentes do exercício das Opções não poderão, pelo prazo de 3 (três) anos contados da data do respectivo exercício, ser vendidas, cedidas, transferidas, alienadas, oneradas ou gravadas.

As ações poderão ser vendidas após prazo de 1 (um) ano contado da data do respectivo exercício na hipótese única em que o produto dessa venda seja integralmente direcionado para a integralização de Opções da Companhia e, somente, e somente na hipótese do beneficiário ter atingido em suas metas do PLR uma nota igual ou superior a 110 (cento e dez) no ano imediatamente anterior à alienação das ações.

Plano de 2016

O plano de 2016 e os direitos e obrigações dele decorrentes não poderão ser cedidos ou transferidos por qualquer das Partes, nem dado como garantia de obrigações, sem a prévia anuência escrita da outra Parte.

m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Na hipótese de dissolução, transformação, incorporação, fusão, cisão ou reorganização envolvendo a nossa Companhia, e caso não sejamos a sociedade remanescente da operação, os Planos serão extintos e qualquer opção então concedida extinguir-se-á, a não ser que: (i) o Conselho de Administração aprove a antecipação do prazo final para o exercício da opção dos Programas em vigência; ou (ii) seja estabelecida, por escrito, a permanência dos Planos e a assunção das opções até então concedidas, com substituição de tais opções por novas opções, outorgadas pela sociedade sucessora.

n. efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

No caso de deixarem de exercer o cargo de Administrador da nossa Companhia e/ou de nossas controladas, por qualquer motivo ou razão, todas as opções não exercidas caducarão, sem que o titular tenha direito a qualquer indenização. As ações já emitidas em função do exercício de opções continuam sendo de propriedade do beneficiário, respeitando quaisquer períodos de restrição a transferência que ainda estejam vigentes.

13.5. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Nos últimos três exercícios sociais, não houve remuneração baseada em ações para nenhum órgão além da nossa Diretoria. A partir de 31 de março de 2011, o Plano de 2008 passou a incluir, além dos membros da nossa Diretoria, também os membros do Conselho de Administração, gerência e *controllers* da nossa Companhia e de nossas controladas, sendo certo que até a presente data não foram outorgadas opções aos membros do Conselho de Administração.

Além disso, a Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de abril de 2012 aprovou duas matérias relacionadas à remuneração através de programas de opção de compra de ação: (i) alteração do Plano de 2008, reduzindo o montante de ações para 3.795.367, equivalente ao total já outorgado nesta data e (ii) aprovação do Plano de 2012 com limite de até 2.500.000 ações. Estimamos que apenas uma parcela relativamente pequena de qualquer concessão realizada sob o Plano de 2012 será exercida dentro do exercício social corrente, dado a natureza de longo prazo dos Programas. O preço de exercício deverá seguir a metodologia definida no Plano de 2012, considerando a média dos últimos 30 pregões anteriores à data de concessão, com até 10% de desconto definido pelo Conselho de Acionistas

Exercício social encerrado em 31/12/2019	2º Programa do Plano de 2012		1º Programa do Plano 1 de 2015		1º Programa do Plano 2 de 2015	
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho de Administração	Diretoria
Outorga de opções de compras de ações	-	2	-	1	-	4
Data da outorga	17/01/2013		08/07/2015			
Quantidade de opções outorgadas	-	600.000	-	1.500.000	-	800.000
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	Máximo de 20% do plano total por ano – 5 anos		Máximo de 20% do plano total por ano – 5 anos, podendo ser estendido para 7 anos, sujeito a contribuição mínima de participação nos lucros e atingimento das metas da Companhia			
Prazo máximo para exercício das opções	30/04/2019		01/07/2022			
Prazo de restrição à transferência de ações	Um ano a partir de cada exercício		Um ano a partir de cada exercício			
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções (em R\$) (Previsto)						
Em aberto no início do exercício social	-	23,7	-	-	-	-
Perdidas durante o exercício social	-	-	-	-	-	-
Exercidas durante o exercício social	-	25,7	-	-	-	-
Expiradas durante o exercício social	-	-	-	-	-	-
Valor justo das opções na data de outorga (em R\$)	9,48		2,58		2,64	
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas em aberto (em %)	-		-		-	

Exercício social encerrado em 31/12/2019 - continuação	2º Programa do Plano 2 de 2015		3º Programa do Plano 2 de 2015		1º Programa do Plano 1 de 2016	
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho de Administração	Diretoria
Outorga de opções de compras de ações	-	1	-	1	1	-
Data da outorga	08/07/2015		16/06/2016		16/06/2016	
Quantidade de opções outorgadas		300.000	-	250.000	500.000	-
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	Máximo de 20% do plano total por ano – 5 anos, podendo ser estendido para 7 anos, sujeito a contribuição mínima de participação nos lucros e atingimento das metas da Companhia					
Prazo máximo para exercício das opções	01/07/2022				Enquanto o Beneficiário permanecer como administrador da Companhia	
Prazo de restrição à transferência de ações			Um ano a partir de cada exercício		Um ano a partir de cada exercício	
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções (em R\$) (Previsto)						
Em aberto no início do exercício social			-	-	-	-
Perdidas durante o exercício social			-	-	-	-
Exercidas durante o exercício social			-	-	-	-
Expiradas durante o exercício social			-	-	-	-
Valor justo das opções na data de outorga (em R\$)	1,24		-	-	-	-
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas em aberto (em %)	-		-		-	

Exercício social encerrado em 31/12/2018	2º Programa do Plano de 2012		1º Programa do Plano 1 de 2015		1º Programa do Plano 2 de 2015	
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho de Administração	Diretoria
Outorga de opções de compras de ações	-	2	-	1	-	4
Data da outorga	17/01/2013		08/07/2015			
Quantidade de opções outorgadas	-	600.000	-	1.500.000	-	800.000
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	Máximo de 20% do plano total por ano – 5 anos		Máximo de 20% do plano total por ano – 5 anos, podendo ser estendido para 7 anos, sujeito a contribuição mínima de participação nos lucros e atingimento das metas da Companhia			
Prazo máximo para exercício das opções	30/04/2019		01/07/2022			
Prazo de restrição à transferência de ações	Um ano a partir de cada exercício		Um ano a partir de cada exercício			
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções (em R\$) (Previsto)						
Em aberto no início do exercício social	-	23,7	-	-	-	-
Perdidas durante o exercício social	-	-	-	-	-	-
Exercidas durante o exercício social	-	25,7	-	-	-	-
Expiradas durante o exercício social	-	-	-	-	-	-
Valor justo das opções na data de outorga (em R\$)	9,48		2,58		2,64	
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas em aberto (em %)	-		-		-	

Exercício social encerrado em 31/12/2018 - continuação	2º Programa do Plano 2 de 2015		3º Programa do Plano 2 de 2015		1º Programa do Plano 1 de 2016	
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho de Administração	Diretoria
Outorga de opções de compras de ações	-	1	-	1	1	-
Data da outorga	08/07/2015		16/06/2016		16/06/2016	
Quantidade de opções outorgadas		300.000	-	250.000	500.000	-
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	Máximo de 20% do plano total por ano – 5 anos, podendo ser estendido para 7 anos, sujeito a contribuição mínima de participação nos lucros e atingimento das metas da Companhia					
Prazo máximo para exercício das opções	01/07/2022				Enquanto o Beneficiário permanecer como administrador da Companhia	
Prazo de restrição à transferência de ações			Um ano a partir de cada exercício		Um ano a partir de cada exercício	
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções (em R\$) (Previsto)						
Em aberto no início do exercício social			-	-	-	-
Perdidas durante o exercício social			-	-	-	-
Exercidas durante o exercício social			-	-	-	-
Expiradas durante o exercício social			-	-	-	-
Valor justo das opções na data de outorga (em R\$)	1,24		-	-	-	-
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas em aberto (em %)	-		-		-	

Exercício social encerrado em 31/12/2017	2º Programa do Plano de 2012		1º Programa do Plano 1 de 2015		1º Programa do Plano 2 de 2015	
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho de Administração	Diretoria
Outorga de opções de compras de ações	-	2	-	1	-	4
Data da outorga	17/01/2013		08/07/2015			
Quantidade de opções outorgadas	-	600.000	-	1.500.000	-	800.000
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	Máximo de 20% do plano total por ano – 5 anos		Máximo de 20% do plano total por ano – 5 anos, podendo ser estendido para 7 anos, sujeito a contribuição mínima de participação nos lucros e atingimento das metas da Companhia			
Prazo máximo para exercício das opções	30/04/2019		01/07/2022			
Prazo de restrição à transferência de ações	Um ano a partir de cada exercício		Um ano a partir de cada exercício			
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções (em R\$) (Previsto)						
Em aberto no início do exercício social	-	23,7	-	-	-	-
Perdidas durante o exercício social	-	-	-	-	-	-
Exercidas durante o exercício social	-	25,7	-	-	-	-
Expiradas durante o exercício social	-	-	-	-	-	-
Valor justo das opções na data de outorga (em R\$)	9,48		2,58		2,64	
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas em aberto (em %)	-		-		-	

Exercício social encerrado em 31/12/2017 - continuação	2º Programa do Plano 2 de 2015		3º Programa do Plano 2 de 2015		1º Programa do Plano 1 de 2016	
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho de Administração	Diretoria
Outorga de opções de compras de ações	-	1	-	1	1	-
Data da outorga	08/07/2015		16/06/2016		16/06/2016	
Quantidade de opções outorgadas		300.000	-	250.000	500.000	-
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	Máximo de 20% do plano total por ano – 5 anos, podendo ser estendido para 7 anos, sujeito a contribuição mínima de participação nos lucros e atingimento das metas da Companhia					
Prazo máximo para exercício das opções	01/07/2022				Enquanto o Beneficiário permanecer como administrador da Companhia	
Prazo de restrição à transferência de ações			Um ano a partir de cada exercício		Um ano a partir de cada exercício	
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções (em R\$) (Previsto)						
Em aberto no início do exercício social			-	-	-	-
Perdidas durante o exercício social			-	-	-	-
Exercidas durante o exercício social			-	-	-	-
Expiradas durante o exercício social			-	-	-	-
Valor justo das opções na data de outorga (em R\$)	1,24		-	-		-
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas em aberto (em %)	-		-		-	

Exercício social encerrado em 31/12/2016	2º Programa do Plano de 2012		1º Programa do Plano 1 de 2015		1º Programa do Plano 2 de 2015	
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho de Administração	Diretoria
Outorga de opções de compras de ações	-	2	-	1	-	4
Data da outorga	17/01/2013		08/07/2015			
Quantidade de opções outorgadas	-	600.000	-	1.500.000	-	800.000
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	Máximo de 20% do plano total por ano – 5 anos		Máximo de 20% do plano total por ano – 5 anos, podendo ser estendido para 7 anos, sujeito a contribuição mínima de participação nos lucros e atingimento das metas da Companhia			
Prazo máximo para exercício das opções	30/04/2019		01/07/2022			
Prazo de restrição à transferência de ações	Um ano a partir de cada exercício		Um ano a partir de cada exercício			
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções (em R\$) (Previsto)						
Em aberto no início do exercício social	-	23,7	-	-	-	-
Perdidas durante o exercício social	-	-	-	-	-	-
Exercidas durante o exercício social	-	25,7	-	-	-	-
Expiradas durante o exercício social	-	-	-	-	-	-
Valor justo das opções na data de outorga (em R\$)	9,48		2,58		2,64	
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas em aberto (em %)	-		-		-	

Exercício social encerrado em 31/12/2016 - continuação	2º Programa do Plano 2 de 2015		3º Programa do Plano 2 de 2015		1º Programa do Plano 1 de 2016	
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho de Administração	Diretoria
Outorga de opções de compras de ações	-	1	-	1	1	-
Data da outorga	08/07/2015		16/06/2016		16/06/2016	
Quantidade de opções outorgadas		300.000	-	250.000	500.000	-
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	Máximo de 20% do plano total por ano – 5 anos, podendo ser estendido para 7 anos, sujeito a contribuição mínima de participação nos lucros e atingimento das metas da Companhia					
Prazo máximo para exercício das opções	01/07/2022				Enquanto o Beneficiário permanecer como administrador da Companhia	
Prazo de restrição à transferência de ações			Um ano a partir de cada exercício		Um ano a partir de cada exercício	
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções (em R\$) (Previsto)						
Em aberto no início do exercício social			-	-	-	-
Perdidas durante o exercício social			-	-	-	-
Exercidas durante o exercício social			-	-	-	-
Expiradas durante o exercício social			-	-	-	-
Valor justo das opções na data de outorga (em R\$)	1,24		-	-		-
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas em aberto (em %)	-		-		-	

13.6. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social:

Não há remuneração baseada em ações para outro órgão além da Diretoria. Seguem abaixo os detalhes dos Programas outorgados a nossos Administradores.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018	Primeiro Programa do Plano de 2008		Segundo Programa do Plano de 2008		Terceiro Programa do Plano de 2008	
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho de Administração	Diretoria
Número de membros remunerados	-	1	-	1	-	1
Opções ainda não exercíveis						
Quantidade	-	-	-	-	-	-
Prazo máximo para exercício das opções	-	-	-	-	-	-
Prazo de restrição à transferência de ações	-	-	-	-	-	-
Preço médio ponderado de exercício (em R\$)	-	-	-	-	-	-
Valor justo das opções no último dia do exercício social (em R\$)	-	-	-	-	-	-
Opções exercíveis						
Quantidade	828.525	-	-	-	-	-
Prazo máximo para o exercício das opções	8/05/2015					
Prazo de restrição à transferência de ações	De acordo com as condições dispostas no item 13.4 (I), todas as ações do Plano estarão disponíveis para negociação 18 meses após a realização da oferta pública inicial de ações de nossa companhia (janeiro/2013)					
Preço médio ponderado de exercício (em R\$)	2,19	-	-	-	-	-
Valor justo das opções no último dia do exercício social (em R\$)	0,30	-	-	-	-	-
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social (R\$)	248.557,50	-	-	-	-	-

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018	Quarto Programa do Plano de 2008		Quinto Programa do Plano de 2008		Sexto Programa do Plano de 2008	
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho de Administração	Diretoria
Número de membros remunerados	-	3	-	1	-	3
Opções ainda não exercíveis						
Quantidade	-	-	-	-	-	-
Prazo máximo para exercício das opções	-	-	-	-	-	-
Prazo de restrição à transferência de ações	-	-	-	-	-	-
Preço médio ponderado de exercício (em R\$)	-	-	-	-	-	-
Valor justo das opções no último dia do exercício social (em R\$)	-	-	-	-	-	-
Opções exercíveis						
Quantidade	-	-	-	-	126.594	-
Prazo máximo para o exercício das opções	8/05/2015					
Prazo de restrição à transferência de ações	De acordo com as condições dispostas no item 13.4 (I), todas as ações do Plano estarão disponíveis para negociação 18 meses após a realização da oferta pública inicial de ações de nossa companhia (janeiro/2013)					
Preço médio ponderado de exercício (em R\$)	-	-	-	-	5,69	-
Valor justo das opções no último dia do exercício social (em R\$)	-	-	-	-	11,32	-
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social (R\$)	-	-	-	-	1.433.044,08	-

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 – cont.	Segundo Programa do Plano de 2012		Primeiro Programa do Plano 01/2015		Primeiro Programa do Plano 02/2015	
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho de Administração	Diretoria
Número de membros remunerados	-	2	-	1	-	4
Opções ainda não exercíveis						
Quantidade	480.000		-		-	
Prazo máximo para exercício das opções	17/01/2020		07/07/2022		07/07/2022	
Prazo de restrição à transferência de ações	Um ano a partir de cada exercício		Um ano a partir de cada exercício		Um ano a partir de cada exercício	
Preço médio ponderado de exercício (em R\$)	23,74		-		-	
Valor justo das opções no último dia do exercício social (em R\$)	4,13		5,89		5,89	
Opções exercíveis						
Quantidade]	120.000		1.500.000		1.150.000	
Prazo máximo para o exercício das opções	17/01/2020		07/07/2022		07/07/2022	
Prazo de restrição à transferência de ações	Um ano a partir de cada exercício		Um ano a partir de cada exercício		Um ano a partir de cada exercício	
Preço médio ponderado de exercício (em R\$)	23,74		-		-	
Valor justo das opções no último dia do exercício social (em R\$)	4,13		5,89		5,89	
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social (R\$)	495.600,00		8.835.000,00		6.773.500,00	

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 – cont.	Segundo Programa do Plano 02/2015		Terceiro Programa do Plano 02/2015		Primeiro Programa do Plano 01/2016	
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho de Administração	Diretoria
Número de membros remunerados	-	1	-		-	
Opções ainda não exercíveis						
Quantidade	-					
Prazo máximo para exercício das opções	07/07/2022					
Prazo de restrição à transferência de ações	Um ano a partir de cada exercício					
Preço médio ponderado de exercício (em R\$)	-					
Valor justo das opções no último dia do exercício social (em R\$)	5,89					
Opções exercíveis						
Quantidade	300.000					
Prazo máximo para o exercício das opções	07/07/2022					
Prazo de restrição à transferência de ações	Um ano a partir de cada exercício					
Preço médio ponderado de exercício (em R\$)	-					
Valor justo das opções no último dia do exercício social (em R\$)	5,89					
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social (em R\$)	1.767.000,00					

13.7. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais:

Nos últimos três exercícios sociais, 2016, 2017 e 2018, não houve exercício de opções relacionadas à remuneração baseada em ações.

13.8. Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 (inclusive método de precificação do valor das ações e das opções)

a. modelo de precificação

O valor de mercado das opções concedidas é estimado usando o modelo Black-Scholes de precificação de opções para cada um dos Programas. Todos os nossos Programas foram precificados no momento de sua concessão, e as despesas associadas a esses Programas são reconhecidas no nosso resultado, de acordo com a precificação e durante o prazo esperado de exercício.

b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Plano de 2008

Taxa livre de risco: SELIC no momento da concessão do Programa, especificamente 9,25% ao ano na avaliação do Primeiro Programa e do Segundo Programa aprovados no âmbito do Plano de 2008, 12,0% ao ano na avaliação do Terceiro Programa e do Quarto Programa aprovados no âmbito do Plano de 2008 e 12,3% ao ano na avaliação do Quinto Programa, do Sexto Programa e do Sétimo Programa aprovados no âmbito do Plano de 2008.

Prazo de exercício: prazo médio esperado com base na remuneração variável anual estimada para cada Beneficiário e o direcionamento do percentual mínimo para o exercício das opções.

Volatilidade: calculada com base na volatilidade da nossa receita bruta mensal nos últimos cinco anos anteriores à concessão, especificamente 6,15% na avaliação Primeiro Programa e do Segundo Programa aprovados no âmbito do Plano de 2008, 4,75% na avaliação do Terceiro Programa e do Quarto Programa aprovados no âmbito do Plano de 2008 e 4,76% ao ano na avaliação do Quinto Programa, do Sexto Programa e do Sétimo Programa aprovados no âmbito do Plano de 2008.

Preço de exercício: equivalente ao preço inicial corrigido pelo IPCA acrescido de 7% ao ano, estimado em 10,5% ao ano.

Dividendos: não consideramos dividendos diretamente no preço das opções, já que o preço de exercício é ajustado por eventuais distribuições. Consideramos O dividendo de R\$ 0,45 por ação para estimar o tempo médio de amortização de cada plano, já que existe a obrigação por parte do beneficiário de direcionar todos os dividendos recebidos para o exercício de opções.

Avaliação do preço de mercado: equivalente: (i) ao preço de aquisição do controle da nossa Companhia, para o Primeiro Programa e para o Segundo Programa aprovados no âmbito do Plano de 2008; (ii) ao preço referente a uma transação recente de venda de participação realizada no último trimestre de 2010 entre cotistas do GMT FIP, para o Terceiro Programa e para o Quarto Programa aprovados no âmbito do Plano de 2008; e (iii) ao preço referente à nossa capitalização mais recente, onde um grupo de 29 gerentes e coordenadores tornaram-se nossos Acionistas, para o Quinto

Programa, o Sexto Programa e o Sétimo Programa aprovados no âmbito do Plano de 2008. No caso da mensuração do valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas consideramos o valor estimado na data mais próxima da aquisição, levando em consideração as transações descritas acima. Não houve exercício de opções nos últimos três exercícios sociais – 2015, 2016 e 2017.

Plano de 2012

Taxa livre de risco: Taxa SELIC no momento da concessão do Programa, especificamente 7,11% ao ano na avaliação do Segundo Programa aprovado no âmbito do Plano de 2012.

Prazo de exercício: prazo médio esperado com base na remuneração variável anual estimada para cada Beneficiário e o direcionamento do percentual mínimo para o exercício das opções.

Volatilidade: calculada com base na volatilidade apresentada para nossas próprias ações no período de um ano, e com base na volatilidade de um grupo de empresas comparáveis para períodos mais longos. Valores utilizados foram de 35,6%, 35,1%, 35,0%, 44,2% e 45,0% para períodos de um, dois, três, quatro e cinco anos respectivamente.

Preço de exercício: equivalente ao preço inicial corrigido pelo IPCA acrescido de 3% ao ano, estimado em 8,66% ao ano.

Dividendos: não consideramos dividendos diretamente no preço das opções, já que o preço de exercício é ajustado por eventuais distribuições. Consideramos o dividendo de R\$ 0,45 por ação para estimar o tempo médio de amortização de cada plano, já que existe a obrigação por parte do beneficiário de direcionar todos os dividendos recebidos para o exercício de opções.

Avaliação do preço de mercado: Consideramos a cotação média ponderada por volume dos últimos 30 pregões que antecederam a concessão (i) do Primeiro Programa, de R\$ 17,98; (ii) do Segundo Programa, de R\$ 24,46; e (iii) do Terceiro Programa, de R\$ 22,49.

Plano de 2014

Taxa livre de risco: 11,0 % (onze por cento) (SELIC na atual data);

Prazo de exercício: 3 (três) anos para primeiro lote e 5 (cinco) anos para segundo lote.

Volatilidade: 31,37% (calculada com base nas variações diárias da cotação da ação desde o IPO);

Preço de exercício: R\$ 10,91 (equivalente à média ponderada dos últimos 30 pregões);

Plano de 2015

Taxa livre de risco: 13,65% (média da Taxa DI durante o período de exercício);

Prazo de exercício: cinco anos, com possibilidade de liberar recursos após um ano no caso exclusivo da integralização do plano de opções se o executivo tiver no mínimo 110 de nota PLR..

Volatilidade: 61,85% (calculada com base nas variações diárias da cotação da ação desde o IPO);

Preço médio de exercício: R\$ 7,87 (equivalente à média ponderada dos últimos 30 pregões, com desconto de 10%, corrigido por CDI durante o período de exercício);

Avaliação do preço de mercado: Consideramos a cotação média ponderada por volume dos últimos 30 pregões que antecederam a concessão com desconto de 10% (i) do Plano 01/2015, de R\$ 5,51; (ii) do Plano 02/2015, de R\$ 5,51 e R\$ 10,56.

Plano de 2016

Taxa livre de risco: 13,59% (média da Taxa DI durante o período de exercício);

Prazo de exercício: cinco anos.

Volatilidade: 38,17% (calculada com base nas variações diárias da cotação da ação desde o IPO);

Preço médio de exercício: R\$ 3,97 (equivalente à média ponderada dos últimos 30 pregões, com desconto de 10%, corrigido por CDI durante o período de exercício);

Avaliação do preço de mercado: Consideramos a cotação média ponderada por volume dos últimos 30 pregões que antecederam a concessão com desconto de 10% (i) do Plano 01/2016, de R\$ 4,45.

c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados do exercício antecipado

Não incorporamos qualquer efeito de exercício antecipado, já que o exercício das opções em todos os nossos Programas está diretamente atrelado ao recebimento de remuneração variável anual e ao recebimento de dividendos por cada Beneficiário. Assumimos que cada beneficiário contribui apenas o percentual mínimo de sua remuneração variável anual estimada. Incorporamos o efeito do desligamento de beneficiários da companhia, já que esses beneficiários perdem o direito a opções ainda não exercidas no momento de um eventual desligamento.

d. forma de determinação da volatilidade esperada

Plano de 2008

Dado que não tínhamos ações listadas em mercado na data das concessões dos Programas, estimamos a volatilidade esperada com base na volatilidade da nossa receita bruta mensal, sempre utilizando o período de cinco anos anteriores a cada concessão.

Plano de 2012

Calculada com base na volatilidade apresentada para nossas próprias ações no período de um ano, e com base na volatilidade de um grupo de empresas comparáveis para períodos mais longos.

Plano de 2014

Dado que os programas e os respectivos contratos ainda não foram aprovados pelo Conselho de Administração, não é possível calcular a volatilidade decorrentes do Plano de Opção de Compra de Ações – 01/2014 e Plano de Opção de Compra de Ações – 02/2014, já que as mesmas dependem da quantidade de opções que serão outorgadas pelo Conselho de Administração da Companhia, assim como das premissas chave que serão estabelecidas.

Plano de 2015

Calculada com base nas variações diárias da cotação da ação desde o IPO.

Plano de 2016

Calculada com base nas variações diárias da cotação da ação desde o IPO.

13.9. Ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal agrupados por órgão

Em 31/12/2018

Acionista/Quotista⁽¹⁾	Quantidade Total de Ações	% com Relação ao Capital Social Total
Companhia		
Conselho de Administração	12.282.445	15,65
Diretoria	1.518.720	1,93
Total	13.997.718	17,58

(1) Para não haver duplicidade, nos casos em que um mesmo administrador ocupe cargo na Diretoria e no Conselho de Administração, as ações que tal administrador detém estão computadas apenas no Conselho de Administração.

13.10. Planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Não há planos de previdência concedidos aos membros do nosso Conselho de Administração ou aos nossos Diretores estatutários.

13.11. Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Nos três últimos exercícios sociais, 2018, 2017 e 2016

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração		
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
Número de membros	5,4	5,00	6,00	6,0	4,83	6,00
Número de membros remunerados	5,4	5,00	6,00	3,0	3,50	4,00
Valor da maior remuneração (Reais)	1.617.006	1.971.885	1.976.871	359.889	287.143	240.017
Valor da menor remuneração (Reais)	334.353	990.168	1.134.246	359.889	287.143	240.017
Valor médio de remuneração (Reais)	1.395.556	1.416.600	1.460.411	359.889	287.143	240.017

13.12. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Não há mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13. Percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos,

conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

	Conselho de Administração (anual)	Diretoria Estatutária (anual)	Conselho Fiscal (anual)
31 de Dezembro de 2018	0%	0%	N/A
31 de Dezembro de 2017	0%	0%	N/A
31 de Dezembro de 2016	0%	0%	N/A

13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Nos três últimos exercícios sociais –2016, 2017 e 2018 – não houve qualquer remuneração de administrador ou membro do conselho fiscal recebida por qualquer razão que não a função que ocupam.

13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Nos três últimos exercícios sociais, a Companhia não teve Conselho Fiscal constituído.

Remuneração recebida em função do exercício do cargo ocupado na Companhia

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 (R\$)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	1.079.667	7.536.000	-	8.615.667
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 (R\$)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	1.005.000	7.083.000	-	8.088.000
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 (R\$)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	960.068	8.762.464	-	9.722.532
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações relevantes referentes à remuneração da Administração.

ANEXO G

CANDIDATOS INDICADOS AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

12.5/6. Informações sobre os candidatos indicados para o Conselho de Administração, em forma de tabela:

Candidatos indicados, por maioria, pela Administração da Cia:

NOME	DATA DE NASCIMENTO	PROFISSÃO	CPF	CANDIDATO AO CARGO DE	DATA DA ELEIÇÃO ²	DATA DA POSSE ³	PRAZO DO MANDATO	OUTROS CARGOS OU FUNÇÕES EXERCIDOS NA COMPANHIA	INDICADO PELO CONTROLADOR	MEMBRO INDEPENDENTE	NÚMERO DE MANDATOS CONSECUTIVOS
Joaquim Pedro Andrés Ribeiro	06/12/1975	Economista	002.272.786-82	Membro Efetivo do Conselho de Administração	30/04/2019	30/04/2019	AGO de 2021	Não há	Não	Não	3
Renato José Goettems	05/12/1945	Administrador	003.315.030-34	Membro Efetivo do Conselho de Administração	30/04/2019	30/04/2019	AGO de 2021	Não há	Não	Não	1
Haroldo Rodrigues	24/06/1961	Educador físico	869.526.257-04	Membro Efetivo e independente do Conselho de Administração	30/04/2019	30/04/2019	AGO de 2021	Não há	Não	Sim	-
José Augusto L. Figueiredo	06/04/1966	Engenheiro	841.719.527-00	Membro Efetivo e independente do Conselho de Administração	30/04/2019	30/04/2019	AGO de 2021	Não há	Não	Sim	-
Felipe Villela Dias	18/12/1981	Engenheiro	218.680.308-90	Membro Efetivo e independente do Conselho de Administração	30/04/2019	30/04/2019	AGO de 2021	Não há	Não	Sim	-

Candidatos indicados pelos acionistas:

NOME	DATA DE NASCIMENTO	PROFISSÃO	CPF	CANDIDATO AO CARGO DE	DATA DA ELEIÇÃO ⁴	DATA DA POSSE ⁵	PRAZO DO MANDATO	OUTROS CARGOS OU FUNÇÕES EXERCIDOS NA COMPANHIA	INDICADO PELO CONTROLADOR	MEMBRO INDEPENDENTE	NÚMERO DE MANDATOS CONSECUTIVOS
Rafael Gonçalves Mendes	16.02.81	Engenheiro	303.696.108-90	Membro Efetivo do Conselho de Administração	30/04/2019	30/04/2019	AGO de 2021	Não há	Não	Não	0

² Data da eleição, caso o candidato venha a ser eleito.

³ Prazo do mandato, caso o candidato venha a ser eleito..

⁴ Data da eleição, caso o candidato venha a ser eleito.

⁵ Prazo do mandato, caso o candidato venha a ser eleito..

Bernardo Freitas Carneiro	20.03 .84	Empresário	311.035. 138-26	Membro Efetivo e Independente do Conselho de Administração	30/04 /2019	30/04 /2019	AGO de 2021	Não há	Não	Sim	0
Victor Manoel Cunha de Almeida	15.07 .60	Empresário	288.750. 010-49	Membro Efetivo e Independente do Conselho de Administração	30/04 /2019	30/04 /2019	AGO de 2021	Não há	Não	Sim	0
Raul Baptista Pereira Trejos	10.03 .64	Empresário	789.474. 997-41	Membro Efetivo e Independente do Conselho de Administração	30/04 /2019	30/04 /2019	AGO de 2021	Não há	Não	Sim	0
Claudio Gandelman	05.03 .70	Economista	001.331. 117-41	Membro Efetivo e Independente do Conselho de Administração	30/04 /2019	30/04 /2019	AGO de 2021	Não há	Não	Sim	0

Experiência Profissional dos Candidatos indicados, por maioria, pela Administração da Cia:

Joaquim Pedro Andrés Ribeiro

Graduou-se em Economia na Universidade de Harvard em 1998 e formou-se no curso de especialização OPM da Harvard Business School em 2012. É Sócio-Fundador da Neopar Capital, uma empresa de investimentos de venture capital com foco em startups. Trabalhou no Grupo Technos de Maio de 2008 a Julho de 2014, ocupando o cargo de Diretor-Presidente. Anteriormente, trabalhou na empresa Shoptime no ano de 2005, ocupando o cargo de Diretor-Presidente, e na empresa Time Warner, de 1999 a 2004, onde ocupou o cargo de Gerente. É membro voluntário da Fundação Estudar, Endeavor, YPO e RenovaBR.

Renato Goettems

Graduou-se em Administração na Universidade São Judas Thadeu. Trabalhou por 55 anos no Grupo Technos, tendo ocupado os cargos de vendedor, gerente comercial e diretor comercial, cargo que ocupou durante 26 anos.

Haroldo Rodrigues

Atuou como Diretor e Gerente das Lojas Renner SA de Fevereiro de 2003 a Setembro de 2018. Liderou as áreas de Compras, Operações, Gestão de Lojas e Expansão da companhia. Liderou projetos de consultoria na área de gestão de produtos e serviços para clientes como Rede Globo, Whirlpool, Leader Magazine e Unibanco de 1997 a 2003. Atuou também como Gestor e Superintendente de Negócios e de Lojas da Mesbla de 1986 a 1996. Formou-se em Educação Física pela Universidade Gama Filho em 1984 e pós graduou-se na COPPEAD em 1990.

José Augusto L. Figueiredo

Graduado em Engenharia Mecânica pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e em Psicologia pela Universidade Santa Úrsula. Possui MBA em Administração de Empresas pelo

COPPEAD - Instituto de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e em Marketing na Fundação Machado Sobrinho - Estado de Minas Gerais. Também se formou no Instituto Brasileiro de Governança Corporativa como Conselheiro Independente. É estudante de doutorado em administração de empresas no COPPEAD-UFRJ e professor convidado do MBA Executivo do COPPEAD em Liderança. Conselheiro voluntário da Rede Cidadã (Organização não governamental na cidade de Belo Horizonte) e Mentor na Endeavor (Organização sem fins lucrativos em São Paulo). Como membro do conselho, ele atua na ABRH-SP, ABRH-Rio (Associação Brasileira de Recursos Humanos) e COPPEAD-UFRJ.

Atualmente ocupa o cargo de CEO na Lee Hecht Harrison Brasil, é Vice-Presidente Executivo para a América Latina e é membro do Comitê Executivo Global da LHH. Atua como Coach para Executivos e é Consultor da LHH no Brasil. Certificado em Coaching pela Columbia University, Nova Iorque, EUA. Credenciado pelo International Coach Federação (ICF) como Associate Certified Coach (ACC) e PMP pelo Project Management Institute. Participou da fundação do ICF no Brasil e liderou seus primeiros três anos. Atualmente é Diretor do Conselho Global do ICF com responsabilidade fiduciária nos EUA. Como executivo, ele trabalhou na White Martins / Prax Air, American Cyanamid, American Home Products, BASF e na LHH | DBM desde 2001.

Felipe Villela Dias

Sócio da Visagio onde atua como especialista em finanças em projetos de consultoria. Foi sócio da Squadra Investimentos por dez anos, especializando-se nos setores de construção civil, logística, aviação e de programas de fidelidade. Como sócio da Squadra atuou por um ano como Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Brasil Brokers Participações S.A. É formado em Engenharia de Produção pela UFRJ com especialização em logística pela Coppead. É membro independente do Conselho de Administração da Smiles Fidelidade S.A. e da Santos Brasil Participações S.A

Experiência Profissional dos Candidatos indicados pelos acionistas:

Rafael Gonçalves Mendes

Sócio da Principia Capital Partners desde dezembro de 2017. Entre 2007 e 2017, foi profissional de investimentos e depois sócio da Victoria Capital Partners, gestora independente de private equity focada na América do Sul. Anteriormente, trabalhou para a Goldman Sachs, onde se envolveu em diversas transações de fusões e aquisições (M&A) e de mercado de capitais na América Latina. Entre 2014 e 2016, foi o CEO/Diretor- Presidente do Grupo Oncoclínicas, um dos maiores grupos de oncologia da América Latina.

Atualmente, é membro dos conselhos de administração do Grupo Oncoclínicas, Elemidia e Celleria Farmacêutica, havendo já atuado nos conselhos de administração do Grupo Technos e da South American Lighting. É gestor/administrador de carteiras credenciado na CVM desde 2012 e conselheiro de administração certificado (CCI-CA) pelo IBGC, bacharel em engenharia civil pela Escola Politécnica da USP, Brasil e concluiu OPM (Owner & President Management Program) pela Harvard Business School, EUA.

Bernardo Freitas Carneiro

Sócio Diretor da Stone Pagamentos. Foi CEO da Site Blindado, empresa líder em segurança e credibilidade on-line na América Latina. Começou a empreender na internet com 19 anos, tendo feito parte do startup da Braspag, Netcredit, MoIP e demais empresas do Sieve Group. Bernardo é formado em Administração de Empresas com Ênfase em Finanças e formado na Harvard Business School (OPM 49).

Victor Manoel Cunha de Almeida

Fundador e Presidente do Studio VS, empresa de soluções de TI para a gestão de shopping centers, com uma carteira de clientes de mais de 250 shoppings. Atualmente é conselheiro da Ancar Shopping Centers e da APSA, maior empresa de gestão condominial do Brasil. É doutor em Administração pelo COPPEAD/UFRJ e integra o corpo docente permanente desse instituto, onde desenvolve sua pesquisa nas áreas de marketing e canais de distribuição, tendo coordenado os programas MBA Executivo, MBA em Gestão de Varejo, e Global Partners MBA Program.

Raul Baptista Pereira Trejos

Fundador e Sócio Diretor da Metromax Self Storage, empresa focada no aluguel de boxes de armazenamento para pessoas físicas e jurídicas. Antes da Metromax, Raul foi sócio e diretor executivo da Fiametta S.A., rede com 8 restaurantes no Rio de Janeiro, e ocupou diversas posições de liderança em tradings em empresas voltadas para compras B2B. Raul é Presidente do Conselho de Administração da Escola Americana do Rio de Janeiro, e é formado em direito pela PUC-RJ.

Claudio Gandelman

Economista, com formação no mercado financeiro. Atua no segmento de Internet e Tecnologia há mais de 20 anos. No período compreendido entre 2013 e 2014, foi fundador e sócio administrador da Teckler, plataforma de conteúdo de mídia, também foi Vice-Presidente da Oracle, empresa de sistema de tecnologia voltado para a maior parte dos segmentos da economia. Atualmente, Claudio é sócio administrador da Bronze Ventures, fundo de investimento em startups *early stage*.

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários

Não se aplica, uma vez que não contamos com comitês de assessoramento ao nosso Conselho de Administração em nossa estrutura, sejam eles estatutários ou não. Os assuntos relevantes são sempre discutidos em conjunto com os membros do Conselho de Administração, Diretoria e os executivos envolvidos. Com relação ao controle de crédito de clientes, contamos com um sistema de *credit score* que supre adequadamente nossas necessidades.

12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda

que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo

Não se aplica, pois não temos comitês de assessoramento ao nosso Conselho de Administração constituídos.

12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a. administradores do emissor

b. administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor

c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

Com relação a este item, não existem informações a reportar, uma vez que não há relações conjugais, uniões estáveis ou parentesco até o segundo grau: (i) entre os nossos administradores; (ii) entre os nossos administradores e os administradores de nossas controladas, diretas ou indiretas; (iii) entre os nosso administradores ou os administradores de nossas controladas, diretas ou indiretas, e nossos controladores diretos ou indiretos; e (iv) entre os nossos administradores e os administradores dos nosso controladores diretos e indiretos.

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos três últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social

Não se aplica, pois a Companhia detém o controle da totalidade do capital social de suas controladas.

b. controlador direto ou indireto do emissor

Desde 27 de fevereiro de 2013, data em que o GMT Fundo de Investimento em Participação amortizou a totalidade de suas quotas e encerrou suas atividades, entregando a totalidade das ações da Companhia por ele detidas aos seus respectivos quotistas, a Companhia não possui controlador definido.

c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

Não há qualquer relação relevante de subordinação, prestação de serviços ou controle mantidas entre nossos Administradores e fornecedores, clientes, devedores ou credores.